



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS (PPG/ECsA)

MARIANA COSTA CAVALCANTE

Economia brasileira e o avanço da agroexportação: Análise crítica do desenvolvimento capitalista à luz da teoria marxista da dependência

Brasília – DF

2024

MARIANA COSTA CAVALCANTE

ECONOMIA BRASILEIRA E O AVANÇO DA AGROEXPORTAÇÃO: Análise crítica
do desenvolvimento capitalista à luz da teoria marxista da dependência

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes

Brasília – DF

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Marco Aurelio e Alaisa, pelo apoio e carinho durante toda essa jornada, sempre estiveram do meu lado, em tudo que me proponho a fazer, me sinto eternamente agradecida. Vocês tornaram possível a realização deste trabalho. Aos meus irmãos, que também são meus melhores amigos, aos quais sempre pude contar para todos os momentos. Mesmo à distância, sentia a presença de vocês (agradeço à tecnologia por tornar possível ver vocês mesmo estando longe).

Ao meu companheiro Davi Camargo, agradeço imensamente por estar sempre ao meu lado, me dando todo apoio possível, me motivando nos momentos mais difíceis. Seu amor foi um ponto crucial nesse processo todo, me permitiu compartilhar com você todos os sentimentos que surgiram durante essa fase, sendo um verdadeiro companheiro. Não posso deixar de agradecer a minha amiga Marina, por todo seu apoio e consideração, além de ter tornado minha adaptação a Brasília menos árdua.

Agradeço também aos membros da banca examinadora. Ao meu orientador Roberto Gourlart, por sua orientação e sabedoria, sua paciência e compreensão ao longo deste processo. Ao professor Jales Dantas, pela seus conselhos e suas grandes contribuições para realização desta pesquisa. Ao professor Carlos Eduardo Martins, por servir como fonte inspiradora em trabalhos relacionas à teoria marxista da dependência, pelas suas análises construtivas durante a qualificação que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade de Brasília, pelo espaço oferecido na Biblioteca Central, suas salinhas tornaram-se meus lugares de preferência para estudar. Também aos servidores dessa universidade, sobretudo à Cecília, por ter sido prestativa e esclarecido dúvidas da burocracia universitária.

RESUMO

O propósito do presente trabalho é realizar um estudo crítico do desenvolvimento capitalista brasileiro sob a perspectiva da teoria marxista da dependência. O contexto atual de avanço da agroexportação como setor produtivo decisivo na economia brasileira reforça a lógica de subordinação dependente e do subdesenvolvimento do Brasil. Temos como objeto de estudo, portanto, analisar as contradições configuradas pelas leis de desenvolvimento do capitalismo dependente diante da consolidação do papel da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, sobretudo nos períodos entre 2000 e 2018. Para tanto, o estudo se debruçou nas literaturas existentes acerca da história do desenvolvimento capitalista latino-americano e do surgimento da teoria marxista da dependência e seus fundamentos. Para análise do cenário político latino-americano após os anos de 1980, que resultou no novo padrão exportador de especialização produtiva, e para examinar a categoria da superexploração da força de trabalho no setor agroexportador na região do Matopiba, onde houve um notável crescimento na produção em larga escala de grãos nos últimos anos, realizamos um levantamento de dados relacionados às principais relações comerciais do Brasil, à remuneração média do trabalhador, às formas de transferências de valor, entre outros. Por fim, concluímos que os trabalhadores do setor em maior expansão na região do Matopiba se enquadram na categoria de superexploração da força de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: economia política latino-americana; agroexportação; capitalismo dependente; superexploração da força de trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this work is to conduct a critical study of the Brazilian capitalist development from the perspective of the Marxist theory of dependence. The current context of agri-export advancement as a decisive productive sector in the Brazilian economy reinforces the logic of dependent subordination and underdevelopment of Brazil. We have as object of study, therefore, to analyze the contradictions configured by the laws of development of dependent capitalism before the consolidation of the role of the Brazilian economy in the international division of labor, especially in the periods between 2000 and 2018. To this end, the study focused on the existing literature on the history of Latin American capitalist development and the emergence of the Marxist theory of dependence and its foundations. To analyze the Latin American political scenario after the 1980s, which resulted in the new pattern of exporting productive specialization, and to examine the category of super exploitation of the labor force in the agro-export sector in the Matopiba region, where there has been a remarkable growth in large-scale grain production in recent years, we conducted a survey of data related to the main commercial relations of Brazil, the average remuneration of the worker, the forms of value transfers, among others. Finally, we conclude that workers in the sector in greater expansion in the region of Matopiba fall into the category of super exploitation of the workforce

KEYWORDS: Latin American political economy; agro-export; dependent capitalism; super exploitation of workforce.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Participação dos países na exportação do Brasil em 2002.....	70
Figura 2: Participação dos países na exportação do Brasil em 2018.....	71
Figura 3: Participação dos produtos na exportação do Brasil em 2000.....	78
Figura 4: Participação dos produtos na exportação do Brasil em 2016.....	78
Figura 5: Participação dos produtos na importação do Brasil em 2016:.....	80
Figura 6: Remuneração média do trabalhador do Matopiba no cultivo de soja em 2016	90
Gráfico 1: População, exportações e capacidade para importar da América Latina	25
Gráfico 2: Esquema hipotético de lucratividade.....	39
Gráfico 3: Participação da indústria de transformação no valor agregado total.....	66
Gráfico 4: Índices de preços de commodities (2000-2018).....	68
Gráfico 5: Comércio bilateral brasileiro com a China (2000-2011).....	70
Gráfico 6: Principais destinos das exportações do Brasil (2000-2018).....	72
Gráfico 7: Principais origens das importações do Brasil (2000-2018).....	73
Gráfico 8: Pauta exportadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto	76
Gráfico 9: Pauta importadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto	76
Gráfico 10: Principais exportações brasileiras para a China por grupo de produto	77
Gráfico 11: Remessas de lucros, juros e serviços não fatorais versus entrada de capital estrangeiro (bilhões de US\$)	82
Gráfico 12: Remessas de lucros, juros e serviços não fatorais versus entrada de capital estrangeiro – 1956-2009 (bilhões de US\$)	83
Gráfico 13: Brasil: termos de troca (PX/PM) (1948-2014).....	86
Gráfico 14: Produção de Soja (em grão) em Toneladas no Matopiba.....	87
Gráfico 15: Comparação entre a remuneração média do Cultivo da Soja nos Estados Matopiba, Salário Mínimo Nacional, Rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro e Salário Mínimo Necessário em 2016.....	88
Gráfico 16: Comparação entre a remuneração média do Cultivo da Soja nos Estados Matopiba e Salário Mínimo Necessário entre 2016 e 2019	89
Gráfico 17: Remuneração média do trabalhador no cultivo de soja por tamanho da empresa	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação entre os preços dos produtos primários e dos artigos finais da indústria (preços médios de importação e exportação, respectivamente, de acordo com os dados da câmara de comércio).....	24
Tabela 2: Remessas de rendas e inversões estrangeiras no Brasil (1963-1967).....	32
Tabela 3: Saída e rendimento de investimentos (1950-1963)	33
Tabela 4: Distribuição percentual do capital e lucros da empresa Standard de Nova Jersey em 1958	42
Tabela 5: Comparação dos lucros das empresas norte-americanas em países subdesenvolvidos e no seu país de origem (1945-1948).....	43
Tabela 6: Investimento direto dos EUA na América Latina (valor contábil-1, fluxo líquido de capital-2, lucros reinvestidos-3 e transferência de lucros para os EUA-4)	44
Tabela 7: Esquema de empresas em setores de diferentes níveis de produtividade	57
Tabela 8: Exportações por participação de grupo de produtos: primários e manufaturas – América Latina, Argentina, Brasil, Chile, México e Peru (em %).....	67
Tabela 9: Exportações brasileiras para a China por categoria de produto.....	74
Tabela 10: Importações brasileiras da China por categoria de produto	74
Tabela 11: Distribuição setorial das exportações do Brasil 2000-2002 e 2007-2009	79

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

Cepal – Comissão econômica para a América Latina

Ceso – Centro de Estudos Socioeconômicos

DIEESE – Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDE – Investimento estrangeiro direto

Iipes – Instituto latino-americano de planejamento econômico e social

ISI – Industrialização por substituição de importação

MDIC – Ministério do desenvolvimento, indústria, comércio e serviços

MP – Medida provisória

ORM – POLOP – Organização revolucionária marxista – Política operária

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto interno bruto

SECEX – Secretaria de comércio exterior

TMD – Teoria marxista da dependência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A ECONOMIA AGROMINEIRA EXPORTADORA NA AMÉRICA LATINA	13
1.1 As raízes e o desenvolvimento do subdesenvolvimento: uma economia exportadora.....	13
1.2 Pensamento cepalino: industrialização e nacional-desenvolvimentismo	19
2 ECONOMIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA: DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE	36
2.1 Consolidação do capitalismo monopolista e oligopolista.....	36
2.2 Teoria marxista da dependência: fundamentos e conceitos.....	45
2.2.1 Dependência e superexploração da força de trabalho.....	50
2.2.2 Padrão de reprodução do capital: ciclo do capital nas economias dependentes	60
3 ECONOMIA BRASILEIRA, SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDENCIA: A EXPANSÃO DA AGROEXPORTAÇÃO NO SÉCULO XXI	64
3.1 Contexto da nova divisão internacional do trabalho após 1980: políticas neoliberais e implicações na estrutura produtiva do Brasil.....	64
3.2 Novo padrão exportador de especialização produtiva: categoria da superexploração no setor agroexportador na região do Matopiba entre 2016 e 2019	81
4 CONCLUSÃO.....	94
5 BIBLIOGRAFIA	96

INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1960 e 1980, na América Latina, um grupo de intelectuais emergiu com obras impulsionadas por criar uma sociedade socialista, livre das amarras do capitalismo. Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vania Bambirra, inseridos nesse contexto, contribuíram significativamente para o pensamento marxista na região ao desenvolver a teoria da dependência e realizar estudos sobre o tema. O paradigma introduziu uma compreensão nova do termo “dependência” para realidade latino-americana, ao buscar uma análise do desenvolvimento capitalista desses países.

Entre os formuladores da teoria marxista da dependência (TMD), destaca-se Vânia Bambirra (2019), que incorporou o critério de tipologia das sociedades dependentes para aprofundar a compreensão de cada estrutura no processo de integração monopólica mundial. Tanto o Brasil quanto a Argentina, o Chile e o México são categorizados como países que experimentaram um início precoce de industrialização na América Latina, com os primeiros indícios desse processo evidenciados nas últimas décadas do século XIX. Com a segunda Revolução Industrial (produção de máquinas) nos centros hegemônicos, nasce uma nova fase de industrialização e de expansão capitalista. Nessa etapa, os países dependentes se viram desafiados a aumentar a produção de matéria-prima e promover o crescimento do mercado interno para atender às crescentes demandas impostas pelas nações centrais. Nesse contexto, as sociedades dependentes tenderam à modernização do seu sistema produtivo que, conseqüentemente, fortaleceu o setor exportador e simultaneamente deu início ao processo de industrialização. Assim, apesar do surgimento de uma burguesia industrial, não houve a queda do poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras

A contradição se manifesta aqui: o setor da indústria realiza seu processo e se desenvolve nos países periféricos com o auxílio do setor exportador do país – o capital gerado neste setor é absorvido por aquele para a expansão do capitalismo industrial, construindo uma relação de interdependência entre os dois setores e uma burguesia industrial restrita e comprometida com os setores da oligarquia, mesmo com os antagonismos existentes. Assim, Bambirra (2019) conclui que “esse movimento essencialmente contraditório que define as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente nesse período” (p. 77).

Theotonio dos Santos vai contribuir de forma determinante para TMD com sua obra *Socialismo o Fascismo: el dilema latinoamericano* em 1969 e seu escrito *O novo caráter da dependência* em 1967. O pensador dependentista esclareceu os novos dilemas que América Latina enfrentava perante o contexto de integração capitalista internacional sob o avanço do capital monopólico. Esse cenário reproduziu contradições específicas nos países subdesenvolvidos gerado pelo impasse entre a necessidade de se desenvolver de forma autônoma e os interesses dos grandes monopólios já incorporados nos ditames da nossa economia.

A contradição interna nas economias dependentes é mais evidentemente observada na expansão da capacidade produtiva, a qual ocorre com certas limitações, incluindo a ausência de progresso tecnológico auto-suficiente e a dependência de insumos externos na indústria. Esse aumento de capacidade é facilitado pela penetração do capital estrangeiro no setor industrial, com grandes corporações multinacionais unindo-se à classe dominante latino-americana. Esse processo elimina qualquer vestígio da ideologia “industrializante-desenvolvimentista-nacionalista” que fora em certa época uma posição dominante na política.

Marini (2013), em consonância com Santos e Bamberger, esclarece que à medida que parte da mais-valia produzida nos países dependentes é transferida para as economias centrais, essas economias dependentes procuram compensar essa perda através da superexploração da força de trabalho, na qual se configura na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. O autor argumenta que essa categoria é substancial na economia subdesenvolvida.

As implicações observadas nos países latino-americanos dependentes, nas últimas décadas, sob a nova divisão internacional do trabalho, confirmam a permanência e o fortalecimento das particularidades e tendências que governam a reprodução do capital nessas economias, destacando especialmente a lógica de subordinação dependente e o persistente subdesenvolvimento. Diante desse cenário, torna-se imperativo conduzir uma análise aprofundada da posição econômica brasileira no contexto do capitalismo mundial, e a retomada da Teoria Marxista da Dependência se apresenta como uma ferramenta essencial para compreender a categoria da superexploração da força de trabalho, especialmente no contexto do avanço da agroexportação no Brasil.

A metodologia da pesquisa seguirá com duas etapas. A primeira tem como escopo revisar a literatura teórica e histórica sobre o desenvolvimento latino-americano. Para isso,

buscaremos fontes bibliográficas que oferecem os conteúdos necessários para compreensão e análise dos seguintes tópicos: As raízes e o desenvolvimento do subdesenvolvimento; as teorias e políticas de desenvolvimento atribuídas para a industrialização no país (pensamento cepalino); as implicações da consolidação do capitalismo monopolista e oligopolista; os conceitos e fundamentos da teoria marxista da dependência (Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, Theotonio dos Santos) e o contexto da nova divisão internacional do trabalho.

No primeiro capítulo, abordarei o tema do "desenvolvimento do subdesenvolvimento" de Andre Gunder Frank, um autor que desempenhou um papel decisivo e complementar na construção da perspectiva marxista da teoria da dependência. O primeiro tópico do capítulo examina a formação dos países da América Latina diante da expansão do sistema mercantil-capitalista, explorando como essa dinâmica conduziu ao subdesenvolvimento e dependência. No segundo ponto, serão apresentados os principais aspectos do pensamento cepalino, que representou a ideologia da burguesia industrial nacional nos países latino-americanos.

No primeiro subitem do segundo capítulo, tratarei sobre a consolidação do capitalismo monopolista e oligopolista, uma temática minuciosamente explorada por Paul A. Baran e Paul M. Sweezy. Esses autores enriqueceram a discussão ao compreenderem detalhadamente a utilização do excedente econômico e suas implicações. Eles destacaram como a inadequada utilização desse excedente nos países centrais influenciava seu uso nos países subdesenvolvidos. A expropriação do excedente econômico dos países dependentes pelos países centrais emerge como um dos temas essenciais para a construção da teoria marxista da dependência. No mesmo capítulo, explorarei os conceitos e fundamentos da teoria marxista da dependência, destacando a categoria da superexploração da força de trabalho formulada por Ruy Mauro Marini e o ciclo do capital nas economias dependentes.

Na segunda etapa, procederemos à coleta de dados de determinados bancos para a análise. No capítulo três, examinaremos o contexto que deu origem ao novo padrão exportador de especialização produtiva, transformando a agroexportação no setor produtivo preponderante na economia brasileira nas últimas décadas. Por fim, realizarei uma análise dos dados relacionados às formas de transferência de valor, além de examinar a categoria da superexploração no cultivo de soja na região do Matopiba entre 2016 e 2019, uma vez que a produção em larga escala de grãos expandiu-se principalmente nessa área do país nos últimos anos.

1 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A ECONOMIA AGROMINEIRA EXPORTADORA NA AMÉRICA LATINA

1.1 As raízes e o desenvolvimento do subdesenvolvimento: uma economia exportadora

A compreensão da realidade econômica brasileira demanda um estudo teórico da integração latino-americana no contexto do capitalismo mundial. Nesta abordagem inicial sobre as raízes da evolução do desenvolvimento capitalista na América Latina, pretendo examinar os estudos de Andre Gunder Frank, que se revelaram fundamentais para compreender a acumulação mundial e o papel do investimento e do capital estrangeiro no desenvolvimento metropolitano colonial imperialista, que apresentam elementos substanciais para formação do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* na região latino-americana.

Ao definir a América Latina como desenvolvimento do subdesenvolvimento, Gunder Frank critica a concepção de sociedade dualista, na qual a estrutura do país é formada por dois setores na economia que se contrapõem, formando uma dicotomia que impede o desenvolvimento econômico – conceito sustentado pela maioria dos pensadores de sua época. De um lado, o modelo arcaico representa os setores feudais ou “pré-capitalistas” da economia que determinam o subdesenvolvimento e o atraso do país; de outro lado, o moderno corresponde aos setores com aspectos capitalistas que incorporam em si o desenvolvimento. Assim, Frank (1968) afirma que:

Para explicar el subdesarrollo y el crecimiento limitado del Brasil y áreas similares, se suele recurrir al modelo de una sociedad dualista. Por ejemplo, el geógrafo francés Jacques Lambert dice en su libro *Os Dois Brasís (Los dos Brasiles)* [...]. Del mismo criterio participan Arnold Toynbee (1962) y muchos otros. Celso Furtado (1962), Ministro de Planeación de Brasil hasta el golpe de 1964, llama sociedad abierta al Brasil capitalista moderno, industrialmente más adelantado, y sociedad cerrada al Brasil campesino arcaico. La tesis esencial de todos estos investigadores sostiene que el Brasil moderno está más desarrollado porque se funda en una sociedad capitalista abierta, y que el Brasil arcaico permanece subdesarrollado porque no es un conjunto abierto a la industria y al mundo en general, y, particularmente, porque no es lo bastante capitalista, sino, al contrario, precapitalista, feudal o semifeudal (p. 119)

A abordagem dualista pressupõe que há dois Brasís, onde “o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômicos são vistos como fenômenos independentes, causados respectivamente pelo capitalismo e pelo feudalismo.” (op.cit., p.173). Dessa forma, podemos explorar os seguintes questionamentos: a agricultura comercial fundada em uma base estrutural supostamente feudal ou arcaica seria a causa principal que impede nosso desenvolvimento econômico? A solução estaria na erradicação de quaisquer vestígios de atraso nos setores

econômicos? No contexto brasileiro, a estrutura metrópole-satélite não foi implementada para reproduzir as sociedades feudais presentes na metrópole europeia, mas sim se alinhar ao mecanismo de expansão do sistema capitalista mercantil.

Fueron la colonización europea y el desarrollo capitalista del país los que formaron la sociedad y la economía que actualmente encontramos allí. De existir en Brasil hoy un rezago, arcaico, separado de nosotros por varias centurias, serian los restos de algo que la metrópoli europea implantó allí en el curso de su expansión capitalista. Pero lo que la metrópoli capitalista introdujo en Brasil no fue una estructura económica microsocioal arcaica, sino, al contrario, la aún viva y creciente estructura metrópoli-satélite del capitalismo. [...] Las concesiones de tierra -capitanías y sesmarias-, hechas por el rey a algunos de sus súbditos para que colonizaran el Nuevo Mundo, parecen feudales y, en efecto, tienen antecedentes feudales. Mas su esencia no era feudal, sino capitalista. Se las concibió y funcionaron como mecanismos de la expansión del sistema capitalista mercantil. Sus recipientes las aceptaron pensando en la ganancia comercial, y las financiaron con préstamos comerciales que recibieron y liquidaron —cuando pudieron— del producto de la explotación de otros (FRANK, 1968, p.123-124)

A perspectiva de que os países latino-americanos alcancem um pleno desenvolvimento é ilusória, não devido às relações econômicas organizadas pela economia de subsistência ou feudal, mas sim porque o subdesenvolvimento emerge do processo histórico de desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Frank (1968), no seu argumento, entende que a realidade brasileira no pacto colonial se encontrava sujeita ao início da sua integração na divisão internacional do trabalho e, portanto, no cumprimento do seu papel dentro da lógica de expansão e desenvolvimento de “uma forma única dominante de organização econômica e política que foi chamada de mercantilismo ou de capitalismo mercantil” (p.186). Theotonio dos Santos também apontou suas críticas a tese do dualismo estrutural a fim de compreender o caráter da dependência latino-americano:

As teses do dualismo estrutural também supunham, equivocadamente, a existência de um setor tradicional pré-capitalista dissociado do desenvolvimento do capitalismo europeu, em vez de conceber o chamado setor “tradicional” como um produto da expansão do capitalismo mundial, cuja participação específica nesta expansão ocorre sob a forma de países dependentes, com a conseqüente formação de uma estrutura socioeconômica específica. Portanto, equivocava-se esta teoria ao definir este setor como “tradicional” e, ainda mais, ao relacioná-lo com o setor supostamente “moderno” unicamente sob a forma de uma transição que supõe a passagem de uma sociedade tradicional a uma sociedade moderna. Na realidade, o desenvolvimento combinado e desigual do sistema capitalista mundial encontrava uma estranha materialização nos países dependentes (SANTOS, 2018, p.71).

A concepção de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, mencionado por Santos, encontra-se entre os conceitos abordados pela teoria da modernização. Essa teoria, elaborada por cientistas sociais norte-americanos, sustentava a ideia fundamental de que a modernidade poderia ser atingida e o atraso superado caso os países atrasados

emulassem aqueles já avançados, os quais serviriam como um modelo apropriado de sociedade (MORAES, 2007). O dualismo estrutural, destacado principalmente no livro “Os dois Brasis” do francês Jacques Lambert (1957), figura como uma influência nas teorias sobre modernização nos países periféricos, nisso, pressupõe que a transição se manifesta na coexistência de elementos tradicionais e modernos na sociedade, sendo a modernização o destino indubitável para os países atrasados.

O papel das colônias eram favorecer a acumulação mundial do capital primitivo nas regiões centrais do sistema mercantil-capitalista. Os primeiros passos do desenvolvimento e processo de acumulação europeu começam a partir da sua expansão ultramarina e se consolida nos dois principais comércios triangulares que envolvem os países da Europa, da África, das Américas e do Oriente. No primeiro momento, o incentivo direcionado para as novas rotas de navegação estava na busca incessante pelo ouro e pela exploração do comércio oriental. Assim, Frank (1977) cita uma passagem em que Engels observou esse contexto na Europa:

[...] ouro era a palavra mágica a impulsionar os espanhóis para o outro lado do Atlântico, para a América; ouro era a primeira coisa pela qual o homem branco perguntava ao pôr o pé na terra recém-descoberta. E este desejo ardente de viagens e aventuras distantes, por causa embora do ouro materializado, a princípio, em formas feudais e semif feudais, já indicava uma raiz incompatível com o feudalismo, cuja base repousava na agricultura, e cujos interesses dirigiam-se para a *aquisição de terra*. Além disso, a navegação era ocupação caracteristicamente *burguesa*, que deixou sua marca antifeudal impressa também em todas as marinhas modernas. No século XV o feudalismo encontrava-se, portanto, em completa decadência por toda a Europa Ocidental. (Engels apud FRANK, p.74)

Com a dominação na América, os espanhóis exploraram ouro e prata em abundância; essa procura tornou o caminho a ser percorrido extenso e, dessa forma, as populações indígenas das regiões do Peru, México e América Central foram vítimas da dominação espanhola e submetidas à uma transformação na divisão do trabalho e no método produtivo que seriam necessários para realização do fluxo de prata. A prata e o ouro extraídos das colônias promoveu mudanças significativas no outro lado do mundo – a prata teve um papel fundamental na importação de produtos asiáticos no “intercambio desigual” com a Europa, esta absorvia o excedente nessa troca das seguintes maneiras: a obtenção da prata se deu a partir do trabalho forçado dos latino-americanos; a prata possuía um melhor preço na Ásia e os produtos asiático adquiridos pelos mercadores europeus eram, por estes, reexportados para África e América, assim os europeus acumulavam às custas do trabalho asiático (FRANK, 1980).

De acordo com Arrighi (1996), os britânicos replicaram alguns aspectos do ciclo hegemônico holandês, pois se basearam no princípio da intermediação comercial e financeira

– isto é, no princípio de comprar para revender, receber para despachar, ser abastecido pelo mundo inteiro para poder reabastecer o mundo inteiro (p. 179). Entretanto, como veremos mais adiante, o ponto diferencial no regime britânico foi a “internacionalização dos custos de produção”¹ através da revolução industrial, na qual “a acumulação de capital passou a se basear em empresas capitalistas, que estavam profundamente envolvidas na organização e racionalização dos processos de produção” (op.cit., p.182).

Além disso, a quantidade abundante desses minérios acarretou num cenário de elevação dos preços das mercadorias na Europa. Os trabalhadores europeus ficaram com o ônus do processo inicial de acumulação de capital com a conseqüente redução do salário real, já a burguesia nascente se beneficiou com a concentração de renda diante do aumento de preços e lucros.

Após esgotamento da mineração, as regiões montanhosas das coloniais não eram mais atrativas e como resposta às demandas dos conquistadores a exploração se concentrou na agricultura em larga escala. Perante o aumento dos preços dos produtos agrícolas, os portugueses foram estimulados a expandir a produção de cana-de-açúcar nas terras das colônias, especificamente na região do nordeste do Brasil. Com o preço elevado na Europa, o negócio do açúcar progrediu e atingiu seu auge em meados do século XVII, dentro de um modelo de produção que se diferencia daquele adotado na incipiente produção açucareira realizada por portugueses e espanhóis nas ilhas do Atlântico.

A organização produtiva instalada na colônia brasileira foi definida pela economia de *plantation* – um sistema de empresa comercial agrícola estruturado a partir da especialização da produção e para o mercado de exportação. O plantador estrangeiro com as suas riquezas, o poder político, o racismo como status para domínio da força e o acesso às terras, torna-se um homem de negócio ao buscar um retorno lucrativo considerando seu capital investido na produção de cana-de-açúcar em larga escala (FRANK, 1980).

O pacto colonial exigia uma mão de obra barata e lucrativa, para tanto, encontraram na escravidão uma forma possível e rentável que possibilitaria outra forma de realização da

¹ “Por ‘internalização dos custos de produção’ entendemos o processo pelo qual as atividades produtivas foram introduzidas no campo organizacional das empresas capitalistas e submetidas às tendências a economizar que eram típicas dessas empresas” (ARRIGHI, 1996, p.181). O autor italiano diferencia o regime britânico dos regimes holandês e genovês ao afirmar que estes consistiram na “internacionalização dos custos de proteção”, na qual as empresas capitalistas se comprometiam quase que exclusivamente com o comércio a longa distância e nas altas finanças, nesse caso, as atividades produtivas tinham um papel secundário.

acumulação mundial do capital nas metrópoles europeias (FRANK, 1980). Aqui, a costa da África entra no comércio triangular ditado pelos europeus, inicialmente por Portugal e Holanda, e depois apossado somente pela Inglaterra que realizava a compra e venda de escravos, na qual “revelou-se o negócio mais lucrativo do século XVIII”. Marx (2013) observou a relação entre o capital adquirido no tráfico negreiro e o fortalecimento da nascente indústria britânica e da burguesia ascendente:

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopolia” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. [...] Liverpool teve um crescimento considerável graças ao tráfico de escravos. Esse foi seu método de acumulação primitiva (pp. 823-829)

As colônias, na América Latina, Ásia e África, foram postas como peças essenciais do tabuleiro articulado pelas potências da época que buscavam a qualquer custo alimentar a etapa do processo de acumulação e concentração do capital mercantil. De acordo com dados divulgados pelo autor Ernest Mandel (1970), a riqueza apropriada das colônias pela Europa ocidental superou o montante de investimento realizado para indústria que culminou, posteriormente, na Revolução Industrial:

- a) E. J. Hamilton estima en 500 millones de pesos oro el valor del oro y la plata llevados por los españoles a Europa entre 1503 y 1660.
- b) Colenbrander calcula en 600 millones de florines oro el botín sacado de Indonesia por la compañía neerlandesa de las Indias orientales de 1650 a 1780.
- c) El padre Rinchon estima en casi 500 millones de florines oro sólo la ganancia en la trata de esclavos del capital francés durante el siglo xviii, sin considerar el beneficio obtenido con el trabajo de los esclavos en las plantaciones de las Indias Occidentales, que ascendería a varias veces esa suma.
- d) Según H. Wisemann y la Cambridge History of the British Empire, se considera que las entradas obtenidas con el trabajo de los esclavos en las Indias Occidentales británicas ascendieron por lo menos de unos 200 a 300 millones de libras oro.
- e) Finalmente, en el saqueo de la India sólo en el período de 1750 a 1800, la clase dominante de la Gran Bretaña obtuvo entre 100 y 150 millones de libras oro. Si sumamos estas cantidades, resultan más de 1 000 millones de libras de oro, o sea, más que el valor de todo el capital invertido en todas las industrias europeas por el año 1800. La afluencia de esta gigantesca masa de capital a las naciones mercantiles de Europa entre los siglos xvi y fines del XVIII, no sólo creó un ambiente favorable a las inversiones y el «espíritu de empresa», sino que en muchos casos comprobables financió directamente el establecimiento de manufaturas y fábricas que dieron impulso a la revolución industrial (pp.119-120)

As posições das colônias, as peças essenciais do tabuleiro, foram determinadas pela penetração secular mundial do desenvolvimento capitalista e num único movimento extremamente complexo as economias colonizadas, em posição vulnerável, são capturadas ao serem descapitalizadas pelos pioneiros da partida. Sem poder escapar, integram-se na logica da

divisão internacional do trabalho e, por fim, ficam à mercê dos interesses da burguesia metropolitana e de seus aliados na própria colônia. Assim, Frank (1968) observa:

En la cordillera americana que corre desde la Sierra Madre, en el norte, a los Andes, pasando por el istmo, encontró imperios bien organizados de pueblos civilizados, con riquezas minerales listas para llevar a casa. En África encontró trabajo humano que utilizó para abrir las tierras bajas latinoamericanas, particularmente Brasil. Este expansión no sólo contribuyó al desarrollo económico de la metrópoli, sino que también dejó sus huellas en otros pueblos, cuyos efectos estamos presenciando aún (p.187)

De acordo com Paul Baran (1984), a particularidade inicial que vai se desmontar em subdesenvolvimento nos países expropriados foi o retrocesso destes na sua acumulação primitiva de capital, devido a transferência de grande parte do seu excedente econômico para os países centrais cujo desenvolvimento capitalista seguia em pleno amadurecimento. O desenvolvimento capitalista nos países invadidos foi extraviado e conduzido deliberadamente para responder somente aos interesses do imperialismo ocidental, não à toa a indústria nascente foi asfixiada pela concorrência externa e o caminho já conhecido para o desenvolvimento se torna impossível, como veremos detalhadamente nos próximos item do capítulo (p.138).

Os países centrais, por sua vez, puderam expandir a produção de bens de consumo e, conseqüentemente, favoreceu o desenvolvimento subsequente da produção de bens de capital, resultando num amplo desenvolvimento orgânico industrial. Esse processo representa o modelo clássico de desenvolvimento capitalista. Nas palavras de Furtado (2009), é possível compreender como o amadurecimento dos países centrais ocorreu, delineando o modelo típico do desenvolvimento econômico na fase da Revolução Industrial:

Com feito, ao elevar-se a produtividade física nas indústrias de bens de consumo, os empresários desse setor se viam beneficiados por maiores lucros que se traduziam em aumento de procura no setor dos bens de capital. [...] Esse aumento relativo da procura de bens de capital acarretava aceleração do crescimento. Enquanto não surgisse um aumento compensatório da produtividade, no setor de bens de capital, a expansão do conjunto de empresas que o compunham processava-se através de absorção de mão-de-obra, diante da qual não se levantavam entraves, pois o aumento prévio de produtividade física no setor de bens de consumo provocava uma liberação de força de trabalho. Ora, uma expansão da mão-de-obra empregada na indústria de bens de capital significa, necessariamente, acréscimo da procura de bens de consumo. Essa nova modificação no volume e na estrutura da procura vinha afetar, mais uma vez, a orientação das inversões, em benefício, agora, das indústrias de bens de consumo (pp.151-152)

A expansão do sistema capitalista ocorreu num processo histórico único cujos produtos gerados simultaneamente são: o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento não é uma condição subsequente do subdesenvolvimento, esta não é superada por etapas de evolução capitalista como argumentado por Rostow, a solução também não estaria

na eliminação de uma estrutura atrasada e arcaica, que supostamente coexiste com a estrutura moderna e capitalista formando uma sociedade dualista no país subdesenvolvido (FRANK, 1968, p. 24).

As circunstâncias determinadas pela expansão do capitalismo mundial mercantil europeu acabaram por configurar “as sociedades subdesenvolvidas, não como réplicas de estágios passados das desenvolvidas, mas como contrapartes necessárias à perpetuação do sistema que ambas compõem” (RIBEIRO, 1977, p.25). Portanto, conduziram às particularidades dos países da América Latina como produto desse processo, o que formou uma relação estrutural dependente que os conecta à dinâmica dos centros hegemônicos.

1.2 Pensamento cepalino: industrialização e nacional-desenvolvimentismo

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) surge em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), como centro intelectual para pensar a realidade econômica e social dos países latino-americanos. A criação da Cepal foi movida pelo contexto de denúncias relacionados à exclusão dos latino-americanos do Plano Marshall. Entretanto, a evolução do pensamento tomou diferentes direções, resultando em uma reflexão original e autêntica sobre a realidade da América Latina (BIELSCHOWSKY, 2018, p. 47).

O pensamento cepalino contribuiu de forma decisiva no estudo original da América Latina, não só isso, apontou os caminhos que a realidade econômica latino-americana poderia percorrer naquela época e impulsionou o amadurecimento das teorias sobre o desenvolvimento latino-americano. Os principais intelectuais da Cepal eram Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Victor Urquidi, José Medina Echavarría, Aldo Ferrer, Osvaldo Sunkel.

De acordo com Bielschowsky (2000), o pensamento da instituição seguiu por cinco décadas com ênfases temáticas diferentes, porém, com quatro traços analíticos comuns:

O primeiro diz respeito ao método. Trata-se do *enfoque histórico-estruturalista*, baseado na ideia da relação centro-periferia; dois outros referem-se a áreas temáticas: *Análise da inserção internacional* e *Análise dos condicionantes estruturais internos* (do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda); por último, encontra-se o plano da *Análise das necessidades e possibilidades de ação estatal* (p.17)

O método histórico-estruturalista é um instrumento que propõe analisar “as especificidades da inserção produtiva, social, institucional e internacional dos países da

América Latina e do Caribe como de natureza ‘periférica’” (BIELSCHOWSKY, 2018, p.48). Os cepalinos deduziram facilmente que a história dos países latino-americanos não iria seguir os *mesmos* caminhos que levaram ao desenvolvimento dos países centrais, por isso, foram críticos do conceito de etapismo elaborado por Rostow (op.cit., p.55). Para Celso Furtado (2009), o modelo econômico dos países desenvolvidos não seria simplesmente incorporado pelos países subdesenvolvidos:

Derivar um modelo abstrato do mecanismo dessas economias (Inglaterra e Estados Unidos), em seu estágio atual, e atribuir-lhe validade universal valeria por uma reencarnação do *homo oeconomicus*, em cuja psicologia rudimentar os clássicos pretenderam assentar as leis econômicas fundamentais. A dualidade óbvia que existe e se agrava, cada dia mais, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas, exige uma formulação desse problema em termos distintos (FURTADO, 2009, p.159)

Para teorização sobre o subdesenvolvimento latino-americano, os intelectuais da Cepal consideraram o sistema de relações internacionais como sistema “centro-periferia”. Como vimos no item anterior, o centro representa os países que tiveram um desenvolvimento orgânico industrial que possibilitou um aparelho produtivo diversificado, uma produtividade homogênea em toda sua extensão, um progresso tecnológico maior. As economias latino-americanas, por outro lado, poderiam ser visualizadas como periferia cujo histórico delineava um modelo primário-exportador, voltado “para fora” e, no contexto em que surgia a Cepal, a economia evoluiu para um modelo de crescimento urbano-industrial, voltado “para dentro” (BIELSCHOWSKY, 2018, pp.53-55).

O desenvolvimento “para fora” se situou no período da expansão do comércio internacional datado na segunda metade do século XIX decorrente do desenvolvimento industrial europeu, a prioridade da economia latino-americana era atender a demanda das economias centrais e, por conseguinte, houve uma ampliação do setor exportador que alimentava a especialização produtiva em bens primários (RODRIGUEZ, 1971, pp.4-5). Assim, condicionada por essa especialização, a estrutura econômica permanecia dessa forma:

los servicios comerciales y financieros se establecen de acuerdo a los requerimientos del gran comercio; la infraestructura de transportes se construye con el objetivo primordial de dar salida a los productos de exportación; los servicios públicos tienen en cuenta principalmente los requerimientos de los centros urbanos que sirven de enlace a las economías primario-exportadoras con la economía mundial; el presupuesto público encuéntrase en el comercio exterior la base fundamental de su financiamiento (op.cit, p.5-6)

Essas características apresentam uma peculiaridade que os pensadores da Cepal consideraram como o caso típico das economias latino-americanas subdesenvolvidas: as atividades produtivas para exportação, concebidas durante o período colonial, foram

gradualmente exploradas por empresas de natureza capitalista. Nesse contexto, segundo Furtado (2009), o núcleo capitalista passou a coexistir com a estrutura arcaica nessas regiões, resultando na formação de estruturas híbridas:

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (p.161)

No Brasil, essa penetração capitalista aumentou a massa de salário a ponto de modificar o hábito de consumo, sobretudo com os artigos manufaturados importados. Além disso, a produção de café, sendo a principal atividade exportadora da economia brasileira, distinguia-se das regiões latino-americanas voltadas para a produção de banana ao ser controlada por capitais nacionais. Esse controle permitia a reinversão dos lucros no próprio setor cafeeiro, gerando, com isso, uma demanda por manufaturas, que era atendida por meio de importações (FURTADO, 2009, p.166-168).

Nesse sentido, podemos observar uma economia limitada que está sujeita às flutuações da demanda externa, respondendo de maneira imediata a qualquer sinal de queda, e que dependia de boa parte dos bens de consumo pela importação. Assim, uma crise mundial provocaria um efeito dominó nos outros setores econômicos e nos consumos dos assalariados e não-assalariados. Essa situação ocorreu na crise internacional de 1929, causando uma queda significativa no comércio mundial – no caso do Brasil, o café perdeu sua relevância como produto exportador e a burguesia agrária acabou perdendo sua posição de prestígio, o resultado foi uma redução do setor exportador no rendimento nacional de 17% para 6% entre 1930 e 1950, perdendo o primeiro lugar para os setores industrial e de serviços (SANTOS, 1995, p.36).

Diante desse cenário, os intelectuais do pensamento cepalino identificaram um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento das economias periféricas: a ausência de uma estrutura produtiva interna diversificada. Nesse contexto, o nacional-desenvolvimentismo nasceu como solução teórica e se ergueu na crítica à teoria das vantagens comparativas formulada por David Ricardo, esta considerava que a especialização de cada país, determinada pela geração de um produto que tivesse maior vantagem comparativa e maior diferencial de produtividade, era a melhor forma de difundir a elevação da produtividade e desvalorização das mercadorias a partir do comércio internacional (MARTINS, 2006, p.155).

No esquema clássico da divisão internacional do trabalho da teoria das vantagens comparativas, os países centrais têm sua especialização na produção manufaturados e os países periféricos em produtos primários. A crítica a teoria ricardiana se reforça com a constatação dos cepalinos acerca da deterioração dos termos de troca que consiste na queda dos preços dos produtos primários em relação aos industrializados, este conceito pode ser explicado por três fatores: a baixa elasticidade-renda dos produtos primários, uma menor soma dos custos dos fatores de produção (capital, terra e trabalho) e a menor mobilização dos trabalhadores dos países periféricos (op.cit., p.158-159).

O primeiro fator remete a uma relação entre a demanda e a renda, se baixa significa que a demanda do produto primário diminui com maior o nível de renda dos indivíduos, o que pode ser explicado pelo avanço da industrialização que permitiu a elaboração de matérias primas sintéticas e até mesmo uma alimentação industrializada. Em resumo, o aumento da renda dos indivíduos gerava uma tendência decrescente ao consumo de produtos primários e, acrescentava-se a redução da demanda, a política de protecionismo dos países centrais, sobretudo nos Estados Unidos (op.cit., p.158).

A menor soma dos custos dos fatores de produção, segundo fator explicativo, era determinado pelo excesso de mão-de-obra rural nos países periféricos que tende a rebaixar os salários e os preços dos produtos primários. A introdução de novos processos técnicos no setor agroexportador criou um maior excedente de população ativa que não foi absorvido por outros setores como nos países centrais, isso se explica pelo fato de que nos países periféricos o desenvolvimento industrial crescia de forma lenta e sua capacidade para absorver parte da mão-de-obra expulsa das atividades primárias era mínima e, portanto, as atividades primárias mantinham os salários num patamar baixo (MARTINS, 2006, p.159). De acordo com Prebisch (2011),

o excedente real de população ativa poderia manifestar-se também se o progresso técnico da produção primária não fosse acompanhado de um desenvolvimento prévio ou simultâneo da indústria e de atividades afins e se elas não fossem capazes, portanto, de absorver a mão de obra redundante à medida que ela fosse surgindo (p.203)

Além disso, o excedente de população ativa contribui para uma desmobilização dos trabalhadores nos países periféricos, reforçando a redução dos custos da força de trabalho e, por conseguinte, não se faz tão necessária a inovação tecnológica por parte dos empresários. Já nos países centrais, o alto grau de mobilização e organização dos trabalhadores por maiores salários estimulou em grande medida o dinamismo tecnológico, por parte dos empresários, para poupar

mão-de-obra (MARTINS, 2006, p.159). Assim, Prebisch (2011) analisou como ocorria esse dinamismo nos grandes países industriais:

Sabe-se que equipamentos avançados, que requerem maior quantidade de capital por trabalhador, só são convenientes se o montante dos juros e das amortizações correspondentes é inferior à redução que o novo equipamento ocasiona em outros custos, digamos, para resumir, em mão de obra. Pois bem, a alta progressiva dos salários talvez tenha sido o mais importante dentre os fatores que determinaram a conveniência de se continuar a aumentar, mediante sucessivas inovações técnicas, o capital por trabalhador (p. 222-223)

Com esses três fatores que alimentam a queda relativa dos preços dos produtos primários, Prebisch (2011) constatou que havia uma transferência do fruto do progresso técnico dos países periféricos para os países centrais e a impossibilidade de reter nosso próprio progresso técnico fez com que os argumentos da teoria clássica da divisão internacional do trabalho perdessem credibilidade:

Os argumentos teóricos a que temos nos referido [*as teorias clássicas da divisão internacional do trabalho*] pressupõem reciprocidade na transferência. No entanto, essa reciprocidade não parece existir. Considerando-se as transformações dinâmicas que ocorrem constantemente na economia mundial, a escassa mobilidade dos fatores da produção e o lento desenvolvimento das atividades chamadas a absorver o excedente da população ativa, a periferia tende a transferir uma parte do fruto do seu progresso técnico para os centros, enquanto esses retêm o fruto do seu próprio progresso técnico. Quanto mais a periferia se esforçar para aumentar a sua produtividade, ampliando com isso o excedente de sua população ativa, tanto maior será, mantendo-se iguais as outras condições, essa transferência. Não é possível afirmar, conseqüentemente, que, para elevar o nível da renda na produção primária da América Latina, seja suficiente aumentar a produtividade; também é preciso absorver o excedente de população ativa, por meio do desenvolvimento da indústria e de atividades afins (Itálico nosso; PREBISCH, 2011, p. 212)

Uma pequena parte desse fruto do progresso técnico foi desfrutada nos próprios países periféricos, ela se configurou no aumento da renda da terra. Com esse aumento, o poder e os benefícios estavam nas mãos dos proprietários de terra, o que garantiu um fortalecimento da oligarquia agrária já existente nos países periféricos (PREBISCH, 2011, p.209-210).

Para verificação da deterioração dos termos de troca, Prebisch (2011) trouxe uma análise dos dados encontrados entre as décadas de 1870 e 1940 (tabela 1) que demonstrassem a relação entre os preços dos produtos primários e dos artigos da indústria.

Tabela 1: Relação entre os preços dos produtos primários e dos artigos finais da indústria (preços médios de importação e exportação, respectivamente, de acordo com os dados da câmara de comércio)
(Base: 1876-1880 = 100)

Período	Quantidade de produtos finais da indústria que podem ser obtidos com determinada quantidade de produtos primários
1876-80	100,0
1881-85	102,4
1886-90	96,3
1891-95	90,1
1896-1900	87,1
1901-05	84,6
1906-10	85,8
1911-13	85,8
1921-25	67,3
1926-30	73,3
1931-35	62,0
1936-38	64,1
1946-47	68,7

Fonte: Organização das Nações Unidas, *Postwar Price Relations in Trade Between Underdevelopment and Industrialized Countries*. Documento E/CN.1/Sub.3/W.5. in PREBISCH, 2011, p. 103.

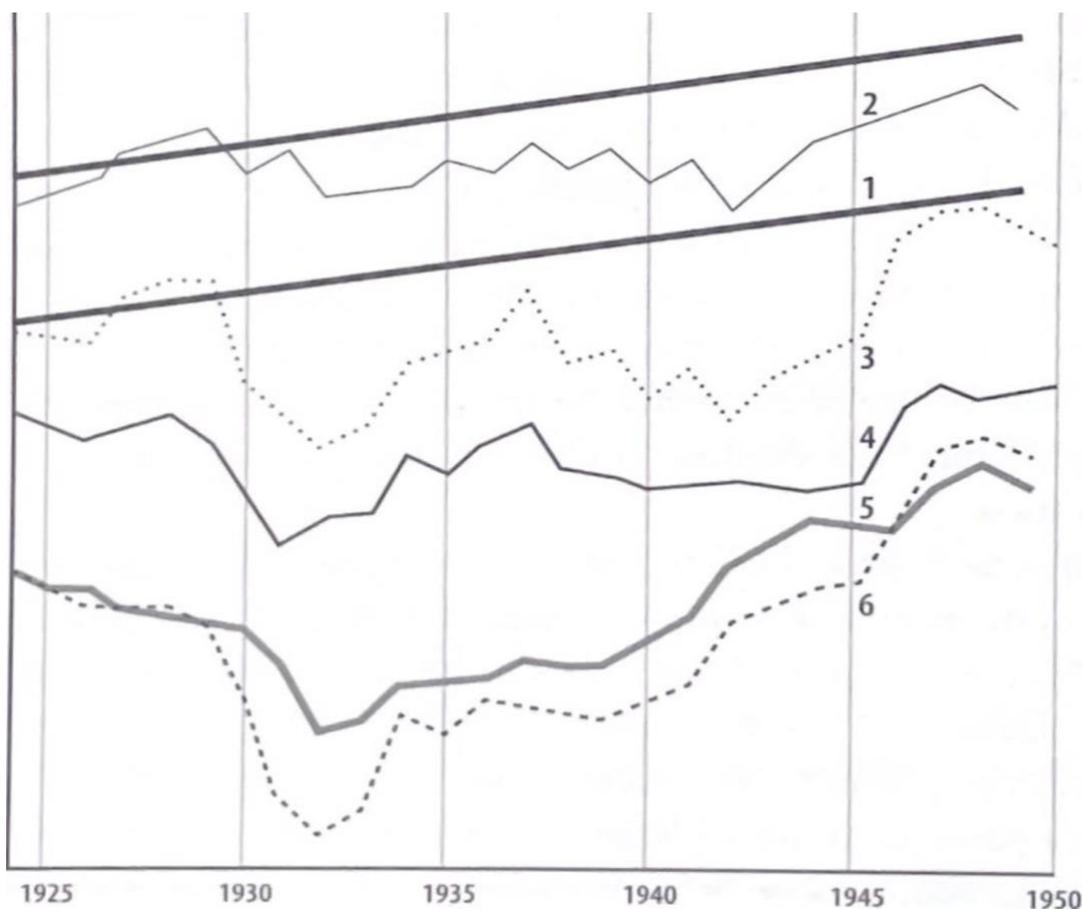
Os índices da tabela 1 mostram a quantidade de artigos da indústria que era possível comprar com uma determinada quantidade de produtos primários. No período 1886-1890, era possível comprar 96,3% dos produtos finais da indústria com dada quantidade de produtos primários. Podemos observar nos índices da tabela 1 que com o passar dos anos a relação de preços desfavoreceu a periferia, pois o menor preço dos produtos primários garantia uma quantidade menor de produtos industriais – no período 1931-1935, por exemplo, era possível comprar apenas 62% dos produtos industriais com a mesma quantidade de produtos primários.

A partir desses dados, podemos verificar que os preços dos produtos industriais não tiveram uma redução em relação aos preços dos produtos primários, mesmo que os países centrais tivessem uma produtividade maior que poderia reduzir os custos e provocar uma diminuição do preço dos produtos industriais. De acordo com Prebisch, no caso dos países industriais, o custo realmente tendia a baixar com o aumento da produtividade, em contrapartida, o aumento mais intenso da renda dos empresários e dos fatores produtivos subiu

os preços em vez de baixar; já nos países periféricos, ao contrário, a renda crescia menos que sua produtividade. Essa realidade se configurou na relação de preço desfavorável para produtos primários (PREBISCH, 2011, p.104).

Ademais, o autor cepalino para confirmar seu ponto analisou os índices da população, exportações e capacidade de importar da América Latina entre os períodos de 1925 e 1949 (Gráfico 1). O gráfico 1 mostra como a crise econômica mundial prejudicou as exportações dos países latino-americanos – uma queda acentuada na capacidade de importar e nos preços de exportação de acordo com as linhas 3 e 6, respectivamente, no início dos anos 1930. Os preços de exportação se mantiveram abaixo dos preços de importação (linha 5) até os anos 1945, o que determinou uma piora dos termos de intercâmbio (linha 4) e, portanto, a capacidade para importar não acompanhou o aumento da população no período.

Gráfico 1: População, exportações e capacidade para importar da América Latina



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), das Nações Unidas in PREBISCH, 2011, p. 168.

Nota: O gráfico foi elaborado a partir dos índices obtidos considerando o índice base do ano de 1937=100.

1. População
2. Volume físico das exportações
3. Capacidade para importar
4. Termos de intercâmbio
5. Preços de importação
6. Preços de exportação

A crise mundial de 1929 afetou a produção cafeeira no Brasil reduzindo o seu índice do volume físico de exportações e seu preço, portanto, as divisas externas e a capacidade de importar do país também sofrem uma drástica redução. Na Argentina, os impactos da crise mundial sobre a economia foram similares:

Seus efeitos contrativos — tanto sobre o comércio quanto sobre a produção em seu conjunto — estão sem dúvida ligados à forte deterioração dos termos de troca. Em janeiro de 1933, os preços das seguintes matérias-primas caem nas porcentagens indicadas, em relação aos preços de janeiro de 1929. Trigo, 58%; lã, 78%; borracha, 87%; cobre, 71%; café, 59%; algodão, 66%. Por outro lado, a redução dos preços das exportações industriais, sensivelmente menor, suporta uma acentuada diferença de comportamento nos ganhos pessoais. Assim, entre 1929 e 1932, os salários conseguem se manter na Grã-Bretanha, enquanto na Argentina e em outros países subdesenvolvidos caem drasticamente (RODRIGUEZ, 2009, p. 64)

Nesse sentido, criou-se um contexto favorável para produção interna — a competitividade com produtos de importação manufaturados diminuiu e o núcleo industrial ligado ao mercado interno brasileiro, já em formação, conseguiu prosperar, em princípio, pelas indústrias produtoras de artigos para consumo geral, como tecidos e alimentos, antes importados (FURTADO, 2009, p.168). Assim, surgia em certos países da América Latina uma economia com crescimento urbano-industrial, voltada “para dentro”.

Entretanto, o desenvolvimento “para dentro” se deparou com muitos obstáculos. Os pensadores da Cepal, ao identificarem as dificuldades para desenvolvimento pleno e ao proporem as soluções, difundiram o nacional-desenvolvimentismo. O principal obstáculo, apontado por Prebisch (2000), para receber o progresso técnico e obter transformações significativas era a estrutura social: a estrutura que prevalecia nas economias latino-americanas impedia o avanço dos elementos dinâmicos da sociedade; era uma estrutura social montada na distribuição desigual de riqueza e renda, o que reduzia o incentivo a atividade econômica, ademais, estimulava um consumo exorbitante das camadas superiores em produtos suntuários e limitava a disponibilidade de poupança para o investimento produtivo que acrescentava na acumulação de capital (p.454).

Para Presbich, se ocorresse um aumento contínuo da acumulação de capital que a implementação de tecnologia exige e uma política redistributiva da renda, o crescimento da renda per capita seria atingido de tal forma que daria corpo ao mercado interno desses países. Sem proporcionar a elevação da renda da população, o crescimento “para dentro” com a industrialização seria insuficiente para eliminar a dicotomia estrutural existente e dinamizar o desenvolvimento latino-americano (op.cit., p. 461).

Furtado observou também a desigualdade de renda como empecilho para dinâmica do desenvolvimento, não só isso, o padrão de distribuição e o comportamento dos salários das economias periféricas seriam os principais fatores que as levariam a uma tendência a estagnação. Para o autor, com uma economia caracterizada pela concentração de renda, a substituição de importação se limitou nos ramos produtores de bens de elaboração simples e com menos custos e encontrou dificuldades para a diversificação do núcleo industrial que poderia viabilizar a produção de certos equipamentos industriais necessários para expansão da capacidade produtiva (RODRIGUEZ, 2009, p.320). Segundo Bielschowsky (2000),

Furtado parte da ideia de que a má distribuição de renda seria responsável por orientar a estrutura produtiva a um padrão de industrialização pouco empregador de trabalho, e reforçador da má distribuição. À medida que a industrialização prosseguia a estágios mais avançados, os novos setores não somente eram cada vez mais intensivos em capital, como ainda exigiam cada vez maiores escalas. Em outras palavras, empregavam cada vez menos mão-de-obra e exigiam cada vez mais mercado consumidor. O resultado estaria sendo uma tendência simultânea à queda na taxa de lucro, à redução na participação dos salários na renda e à falta de mercado consumidor para os novos produtos, com consequente perda de dinamismo de crescimento e tendência à estagnação (p.40)

A tese da estagnação não se sustentou após a recuperação do crescimento no Brasil e em toda a América Latina no final da década de 1960. Em resumo, os cepalinos afirmavam que a industrialização substitutiva por si só não abriria o caminho para o desenvolvimento, assim encontraram a solução nas transformações estruturais a partir de profundas reformas – como agrária, patrimonial, financeira, tributária, educacional e tecnológica –, tendo a ação estatal como principal articulador para a superação da condição periférica desses países. Aqui, a ideia de “dependência”, expressão não utilizada pela Cepal, não é uma condição *sine qua non* do desenvolvimento capitalista na América Latina.

Na Cepal, a "condição periférica" era interpretada como o determinante de problemas que deviam ser superados mediante políticas econômicas e sociais bem orquestradas, em nível nacional e internacional, ou seja, não significava uma fonte de exploração insuperável que implicasse a necessidade de romper com o capitalismo (BIELSCHOWSKY, 2018, p. 71)

O objetivo da política de desenvolvimento dos cepalinos era orientar a ação do Estado e os agentes econômicos privados de forma a atribuir racionalidade ao processo econômico. Para realização de um programa de desenvolvimento, era necessário um orientações técnicas e um “Estado planejador” que fosse capaz de tomar e executar decisões. A intervenção estatal se manifestaria através de um programa de investimento “orientado especialmente para a infraestrutura física, a energia, a formação de recursos humanos, o desenvolvimento tecnológico e todas as áreas nas quais o investimento privado não é suficiente” e por meio dos

“instrumentos convencionais de política - monetários, cambiais, tarifários e fiscais- que influenciam as decisões dos agentes econômicos” (PREBISCH, 2011, p.51).

No início dos anos 1960, o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes) foi criado com objetivo de produzir quadros técnicos, com estatísticas e informações econômicas básicas, para uma análise macroeconômica consistente que permitisse previsões e projeções gerais das economias latino-americanas. A determinação de alguns dados prévios – como, por exemplo, o “sistema de contas nacionais”, as estimativas de demanda externa e interna, a taxa de crescimento desejada durante o programa e o volume necessário de investimento e poupança interna para alcançar os objetivos – era fundamental para elaboração do planejamento da economia e uma política econômica eficaz (BIELSCHOWSKY, 2018, p. 65; CEPAL, 2000). Os inúmeros documentos gerados pela Cepal nesse período possibilitaram sua influência no processo de planejamento para o desenvolvimento dos países da América Latina:

Durante toda a década [1960], a Cepal manteria um diálogo com as posições políticas moderadas, situadas inclusive à direita do espectro político, bem como com o mundo da diplomacia internacional, em várias áreas: na mobilização da Aliança para o Progresso, no tema da integração regional e da Alalc, na criação da Unctad e na multiplicação da assistência técnica em planejamento indicativo que era oferecida aos governos da região. A modernização das tecnoburocracias latino-americanas se beneficiou muito do trabalho da Cepal e do Ilpes nesse período (BIELSCHOWSKY, 2018, p. 68)

Em síntese, os pensadores cepalinos consideravam o Estado como o principal impulsionador e condutor para o processo de desenvolvimento na América Latina; assim, as contradições anunciadas pelo desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos poderiam ser eliminadas com a ação do Estado.

No plano político, a época do fortalecimento do desenvolvimento industrial na América Latina foi marcada pelo populismo. Como já vimos, o desenvolvimento industrial gerou grandes centros urbanos, a burguesia industrial e uma classe de operários que recebiam seus salários e asseguravam a demanda dos produtos industriais nacionais, os interesses de cada classe eram muitos e para conduzir o crescimento desse movimento surgiu governos como o de Vargas no Brasil, de Calles ou Cárdenas no México, de Alessandri no Chile, de Batlle y Ordóñez no Uruguai e de Perón na Argentina. Alguns pensadores da Cepal tiveram uma participação ativa na política dos governos de seus países – Prebisch, por exemplo, foi diretor do Banco Central no governo Perón (BAMBIRRA, 2019, p. 91; MARINI, 2010, p.104).

Esses governos corresponderam sobretudo aos interesses das suas respectivas burguesias industriais a fim de obter transformações modernizadoras, mas sem colocar em questão a situação das classes dominantes representada pelo poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras. Vania Bambirra (2019) analisa que o controle do poder por parte da burguesia industrial tratou-se de uma hegemonia comprometida, definidora do caráter e limites do desenvolvimento do capitalismo dependente, e certos sociólogos consideram também uma situação de “amálgama de poder” que retrata o compromisso com os interesses de várias classes e setores – em certa medida, esses governos mantinham um compromisso com as oligarquias, mantendo seu poder econômico e privilégios, que acabavam por renunciar parte das reivindicações da burguesia industrial. Isso evidenciou a interdependência existente entre o setor exportador e o setor industrial – pois, este, mesmo com certa independência, se limitou ao depender do setor exportador para impulsionar sua expansão:

A indústria surge impulsionada originalmente pelas próprias leis de movimento que regem o desenvolvimento do setor exportador, mas logo gesta sua própria dinâmica e se torna independente deste setor. No entanto, sua independência é relativa, pois, embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de sobrevivência e expansão. Seus limites estão dados, portanto, pela dependência em relação ao funcionamento do setor exportador, que é, em última instância, a dependência em relação ao funcionamento do sistema capitalista mundial em seu conjunto. E, embora o desenvolvimento da indústria nos países periféricos questione e abra caminhos para a superação da divisão internacional do trabalho, a indústria necessita do setor exportador como condição para a realização de seu próprio processo (BAMBIRRA, 2019, p. 77)

A contradição se manifesta aqui: o setor da indústria realiza seu processo e se desenvolve nos países periféricos com o auxílio do setor exportador do país – o capital gerado neste setor é absorvido por aquele para a expansão do capitalismo industrial, construindo uma relação de interdependência entre os dois setores e uma burguesia industrial restrita e comprometida com os setores da oligarquia, mesmo com os antagonismos existentes. Por isso, Bambirra (2019) conclui que “esse movimento essencialmente contraditório que define as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente nesse período” (p. 77).

Ademais, os Estados populistas dos países latino-americanos, ao buscarem dinamizar o próprio mercado interno que o avanço da industrialização exigia, realizaram algumas concessões à classe operária e às classes médias. No contexto em que o movimento operário e a pressão das massas urbanas aumentavam cada vez mais, os programas de transformações econômicas, políticas e sociais do período recorreu a aliança da burguesia com o proletariado industrial e a classe média assalariada sem deixar de expressar os interesses da burguesia industrial. Não podemos negar que os principais líderes desses governos que representaram a

elite industrial tinham plena consciência de seu objetivo principal: promover um desenvolvimento capitalista nacional autônomo (BAMBIRRA, 2019, p. 94; SANTOS, 1995, p. 38-39; MARINI, 2013, p.58)

As figuras de seus líderes [*governos populistas*] de maior destaque – como Vargas, Perón e Cárdenas – representavam a síntese das características mais destacadas dessa situação de compromisso que configurava o poder burguês-oligárquico: o paternalismo de origem oligárquica e o caráter modernizante da jovem burguesia industrialista. A bem dosada utilização desses ingredientes dava aos líderes populistas o carisma necessário para que, jogando com os traços conservadores e modernos – os primeiros ainda vigentes nas sociedades latino-americanas e os segundos em curso de desenvolvimento –, pudessem motivar as grandes massas, controlá-las e utilizá-las como instrumento de realização da política de desenvolvimento capitalista (Itálico nosso; BAMBIRRA, 2019, p. 95-96)

A década de 1950 representou o momento de expansão da economia e do crescimento industrial para muitos países da América Latina – no Brasil, no último mandato presidencial de Getúlio Vargas (1951-1954), o crescimento do PIB foi considerável, mas não expressivo devido a inflação do país; já no mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o crescimento foi significativo com grande aporte dos capitais externos. Após 1960, houve o esgotamento do desenvolvimentismo e de sua teoria diante da crise e do estancamento que assolou a maioria das economias latino-americanas, esse foi um período em que boa parte dos pensadores cepalinos retificaram suas análises, passando a dar prioridade às reformas estruturais e à distribuição de renda. É nesse contexto que parte o esforço do Celso Furtado em demonstrar a tendência a estagnação desses países que no período subsequente, como já se afirmou no presente capítulo, a tese não se sustentou com a forte retomada do crescimento da economia durante o período entre 1968 e 1973 (MARINI, 2010, p. 111;114).

Neste momento, concentraremos nossa atenção no contexto que conduziu a crise do nacional-desenvolvimentismo, pois esta evidenciou os limites do desenvolvimento capitalista na região e possibilitou o contexto que deu origem a grandes debates pela busca de novas análises para compreensão da realidade latino-americana e, por conseguinte, a um novo paradigma, a teoria da dependência. De acordo com Marini (2010), a crise econômica que ocorreu na América Latina foi uma crise de acumulação e de realização da produção. Um dos pontos cruciais levantado pelos teóricos da dependência que revelou os limites do desenvolvimentismo, como já mencionado anteriormente, encontra-se na necessidade do setor exportador como condição para realização do processo de sobrevivência e expansão do setor industrial.

Sem nenhuma perspectiva de criar um espaço econômico adequado exigido pelo crescimento industrial, a queda do crescimento da economia se manifestou na incapacidade de importar os itens necessários ao desenvolvimento do processo de produção. Como sabemos, a ISI se baseou na produção de bens de consumo para satisfazer uma demanda preexistente e na obtenção de bens de capital via importação, isso leva a concluir que esse processo exigia uma crescente massa de divisas para manter a capacidade de importar do país. A principal fonte das divisas vinha da exportação das atividades do setor primário, entretanto, esta fonte se tornou insuficiente diante da queda dos preços de exportações na época – a exemplo do café, seu preço caiu de 124, em 1954, para 88, em 1955; 76, em 1958; 60, em 1959; 56, em 1962; 55, em 1963; 73, em 1964; 73, 1965 (SANTOS, 2018, p.151). Segundo Marini (2010),

O setor manufatureiro não se preocupava em conquistar mercados externos e destinava toda a sua produção ao mercado interno, ou seja, continuava dependente do setor primário para obter as divisas necessárias para a aquisição dos bens intermediários e de capital exigidos para sua expansão. Seguindo esse caminho, a indústria – anunciada pela Cepal como a alavanca do desenvolvimento autônomo – não fazia mais que impulsionar a reprodução ampliada da relação de dependência da América Latina com relação ao mercado mundial, sem conduzi-la a uma superação efetiva (p.112)

Outra fonte de divisas apontada por Marini (2010) correspondia aos capitais externos, o afluxo destes se efetuava por meio de investimentos diretos, empréstimos, financiamentos e doações. No Brasil, ante o cenário desfavorável das exportações, o estímulo ao afluxo de capitais estrangeiros se deu principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, alegava-se que era uma forma de solucionar o desequilíbrio das contas externas fruto da insuficiência das exportações e obter o impulso na industrialização. As medidas adotadas para esse estímulo beneficiaram os empreendimentos estrangeiros no país em detrimento da indústria nacional, assim, de acordo com Caio Prado Junior (1998):

Pela Instrução n. 113, baixada pela Superintendência da Moeda e do Crédito em 17 de janeiro de 1955, a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil era autorizada a emitir licença de importação sem cobertura cambial (isto é, sem licitação prévia nos leilões de câmbio), de equipamentos industriais que correspondessem a inversões estrangeiras. Praticamente, isso dava aos inversores estrangeiros o direito de trazerem seus equipamentos sem nenhuma despesa cambial, enquanto os industriais nacionais eram obrigados a adquirir previamente, com pagamento à vista, as licenças de importação exigidas para trazerem do exterior os equipamentos de que necessitassem. Os interesses imperialistas eram tão poderosos junto às autoridades brasileiras, que logravam inclusive favores negados aos próprios nacionais (p. 314)

A Instrução n. 113 pode ser considerada o marco que firmou a internacionalização e a maior presença imperialista na economia brasileira diante do processo de integração monopólica mundial (veremos em detalhes no próximo capítulo), que acabou por eliminar qualquer possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo no país. No primeiro

momento, o investimento externo contribuiu para o crescimento do setor industrial resultando, como vimos, no crescimento da economia. Para alguns cepalinos, como a Maria da Conceição Tavares, capital estrangeiro poderia ser uma saída estratégica diante do esgotamento do modelo de substituição de importações e da dependência das divisas do setor exportador:

Para ela [Maria da Conceição Tavares], a partir do terceiro período da substituição de importações, surgido desde 1954, o crescimento do produto industrial exige altas taxas de formação de capital que somente podem ser obtidas com as entradas de capital estrangeiro ou por meio do incremento do poder de compra das exportações. Para alcançar uma melhoria nas relações de troca era necessário resolver o problema da absorção da mão de obra excedente e diversificar as exportações incorporando crescentemente produtos manufaturados. Tavares propõe a reforma agrária para drenar os excedentes de mão de obra, uma vez que a elevada densidade de capital das tecnologias de produção de bens de capital e de bens duráveis não permitia fazê-lo. A autora atinge o calcanhar de Aquiles do nacional-desenvolvimentismo cepalino, que silenciava diante da questão agrária em razão da necessidade de obter divisas do setor agrícola para financiar a substituição de importações. O novo modelo apresentado por Maria da Conceição Tavares se baseava na penetração do capital estrangeiro para saltar os limites de obtenção de divisas estabelecidos pelos saldos comerciais, na reforma agrária, para absorver excedentes de mão-de-obra e impulsionar a elevação do valor agregado nacional e numa política externa mais ativa para penetrar nos mercados dos países centrais, estabelecer acordos de integração regional e diversificar a pauta exportadora (MARTINS, 2011, p.223)

Entretanto, a longo prazo, a participação do capital estrangeiro na economia evidenciou suas contradições – as inversões estrangeiras precedentes resultaram no aumento contínuo de seus lucros e, portanto, no crescimento de remessas de rendas, uma quantidade tal que inviabilizava as novas inversões de cobrirem.

Tabela 2: Remessas de rendas e inversões estrangeiras no Brasil (1963-1967)

	1963	1964	1965	1966	1967
Remessas de rendas	-147	-192	-269	-291	-313
Inversões	51	76	75	133	84
Saldo	-96	-116	-194	-158	-229

Fonte: Boletim do Banco Central in Prado Junior, 1998, p.317.

Caio Prado traz em seu livro *História Econômica do Brasil* os dados da tabela 2 que verifica os crescentes déficits nas finanças externas do país gerados pelas operações dos empreendimentos estrangeiros entre o período de 1963 e 1967. Como vemos na tabela, as reinversões não superam o volume de remessas para fora, este se ampliou a cada ano porque,

conclui o autor, “a natural expansão das empresas imperialistas instaladas no país, e portanto a ampliação de seus negócios e lucros, levam a um aumento de suas remessas para o exterior” (op.cit., p.317) e, sem a devida proporção de novas inversões, o balanço final permaneceu negativo.

Ademais, o autor Caio Prado apontou que, nos anos seguintes, a desvalorização cambial e as altas taxas de inflação no país foram reflexos desse desequilíbrio das contas externas – no caso do Brasil, a dívida externa líquida aumentou de US\$ 3,248 bilhões em 1962 para US\$ 7,281 bilhões em 1972 (BASTIAN, 2017, p.381). O estímulo ao capital estrangeiro no país se fez sobretudo à custa de um grande endividamento externo, pronunciado pela submissão da economia brasileira aos trustes e à finança internacional. O problema do endividamento poderia ser mascarado com o aumento das exportações, porém o período encontrava-se num quadro de estrangulamento externo.

Ainda sobre o volume de inversões estrangeiras, Baran e Sweezy (1978) elaboraram um quadro com dados da saída e rendimento de investimentos dos Estados Unidos no exterior entre 1950-1963 (Tabela 3). No primeiro item do próximo capítulo, abordaremos com maiores detalhes as implicações da consolidação do capitalismo monopolista nos países subdesenvolvidos, por enquanto, porém, cabe aqui trazer esses dados para mostrar a descapitalização desses países com a entrada dos empreendimentos norte-americanos.

Tabela 3: Saída e rendimento de investimentos (1950-1963)
(em milhões de dólares)

	<i>Saída Direta de Capital de Investimento Líquido</i>	<i>Renda do Investimento Direto</i>
1950	621	1.294
1951	528	1.492
1952	850	1.419
1953	722	1.442
1954	664	1.725
1955	779	1.975
1956	1.859	2.120
1957	2.058	2.313
1958	1.094	2.198
1959	1.372	2.206
1960	1.694	2.355
1961	1.599	2.768
1962	1.654	3.050
1963	1.888	3.059
Totais	17.382	29.416

Fontes: Departamento de Comércio dos EUA, Survey of Current Business in Baran e Sweezy, 1978, p. 111.

Na tabela acima, podemos verificar que as empresas monopólicas, atuando na forma de subsidiárias nos países subdesenvolvidos, apanham o rendimento do investimento; retornando aos cofres da “empresa-mãe” nos Estados Unidos um volume de lucros e outros dividendos muito superiores aos investimentos realizados. Os dividendos oriundos do investimento direto no exterior, entre os anos 1950-1961, foram contabilizados em 29.416 milhões de dólares, enquanto o total enviado como capital foi 17.382 milhões de dólares, portanto, as empresas norte-americanas receberam nesse período mais de 12 bilhões de dólares do que o total investido no exterior (Baran e Sweezy, 1978, p. 111-112).

De acordo com Theotonio dos Santos (2018), esses mesmos investimentos norte-americanos, no período entre 1951 e 1962, foram destinados ao Brasil cerca de 1.012 milhões de dólares, aproximadamente 20% do total investido na América Latina, sobretudo no setor manufatureiro, o que tornou a burguesia industrial do país em sócia menor da corporação estrangeira (p.99). A consequência disso foi o esgotamento ideológico e político de cunho nacional-desenvolvimentista, como o autor dependentista destaca:

Com a formação de um bloco das classes dominantes latino-americanas unificado através do capital estrangeiro, o setor industrial dessas classes abandona, conseqüentemente, suas posições nacionalistas. Em consequência, rompe-se progressivamente o domínio ideológico e político que o setor industrial ostentava sobre os movimentos populares sob a forma de movimentos e governos populistas. Tais movimentos populistas se caracterizam (a exemplo do peronismo e do varguismo) por uma vasta ideologia industrializante-desenvolvimentista-nacionalista, baseada em uma dominação estatal paternalista sobre os trabalhadores. Sua base social era a luta das burguesias nacionais, com o apoio do movimento de trabalhadores recém-emigrados do campo no período do desenvolvimento industrial (SANTOS, 2018, p.52-53)

Ruy Mauro Marini (2010) também traz suas críticas a ideologia representada pela Cepal ao afirmar que seus pensadores consideravam o desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômenos quantitativamente distintos, mas não qualitativamente, isto é – “o subdesenvolvimento se definiria por meio de uma série de indicadores: produto real, grau de industrialização, renda *per capita*, índices de alfabetização e escolaridade, taxas de mortalidade e expectativa de vida etc.” (p.106). O que significa, na prática, que a superação do subdesenvolvimento poderia ser alcançada a partir de projetos e medidas reformistas articuladas pelo Estado nacional. A Cepal representou uma tentativa ideológica na busca por solucionar os problemas estruturais, por meio de políticas econômicas destinadas a promover um desenvolvimento capitalista pleno, visando assim encerrar definitivamente a condição de dependência. Do ponto de vista do Theotonio dos Santos (2018),

As tentativas ideológicas de encontrar uma solução para estes problemas estruturais com base no sistema atual só desviam a luta de libertação nacional destes povos para caminhos reformistas, cujos limites e objetivos de classe são evidentes. Para alcançar uma visão científica da crise do comércio exterior latino-americano é preciso, ao contrário, situar-se na perspectiva da superação do sistema capitalista internacional e nacional. Apenas a perspectiva da emancipação nacional dá sentido à análise destes problemas aparentemente técnicos e neutros, “tecnificados” e “neutralizados” pelos interesses de classe que querem impedir sua solução (SANTOS, 2018, p.69)

Por fim, o cenário do processo de crise do nacional-desenvolvimentismo dado pela penetração do capital estrangeiro após os anos 1950, de acordo com os teóricos da dependência, promoveu um novo caráter da dependência nos países latino-americanos. Período marcado pelo avanço do setor industrial que se deu com o domínio e controle do capital estrangeiro, sobretudo estadunidense, no setor manufatureiro dos países dependentes; pela monopolização com a instalação de grandes empresas; pelo processo de desnacionalização; pela submissão das classes dominantes locais; pela dependência da importação de tecnologia, de máquinas e equipamentos elaborados nos países desenvolvidos (BAMBIRRA, 2019, p.126).

Enquanto isso, qualquer política e iniciativa para um desenvolvimento autônomo e independente se perdeu para dar lugar a um desenvolvimento industrial que correspondesse as leis específicas desse novo modelo de capitalismo dependente. Como veremos mais adiante, essa conjuntura proporcionou uma nova interpretação da realidade latino-americana realizada pelos pensadores da teoria da dependência.

2 ECONOMIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA: DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Após o período de expansão e consolidação do capitalismo ocidental ao redor do mundo, emerge o estágio do capitalismo monopolista e oligopolista (século XIX), no qual Paul A. Baran e Paul M. Sweezy debruçaram de forma minuciosa, sobretudo no escrito de *Capitalismo Monopolista* (1978). O estudo enriqueceu o tema, como veremos mais adiante, através de um novo prisma da análise marxista, na qual compreende o predomínio do monopólio como elemento essencial do capitalismo e as consequências deste nas “leis do movimento” da economia capitalista.

O caminho que a Ciências Sociais percorria nos Estados Unidos instigou um estudo crítico e aprofundado da realidade social dos autores de *Capitalismo Monopolista*. Para eles, a busca incessante do cientista social em revelar “pequenas verdades sobre as várias partes e aspectos da sociedade” promoveu acumuladas produções intelectuais que abandonaram qualquer compromisso em assimilar e explicar “as grandes verdades sobre a própria ordem social” (op.cit, p.12).

A metodologia de Hegel e Karl Marx destacou a exploração da ordem social como um todo, em oposição à análise fragmentada das partes. Os seguidores desses pensadores continuam a buscar uma explicação abrangente do funcionamento da sociedade. No entanto, conforme apontado por Baran e Sweezy (1978), a ciência social marxista estagnou (p.13). Um dos pontos fundamentais observado pelos autores para explicar a estagnação dos marxistas está na análise dos fundamentos da teoria econômica marxista que ainda se baseavam num regime de concorrência. Assim, Baran e Sweezy se empenham à um tema central no livro que é compreender o capitalismo monopolista e um de seus elementos principais: a criação e absorção do excedente econômico (pp. 14-17).

2.1 Consolidação do capitalismo monopolista e oligopolista

Baran e Sweezy (1978) definem o excedente econômico² como sendo a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção, então seu volume indica a produtividade

² O conceito “mais-valia” marxista comporta lucros + juro + renda – as formas como os capitais individuais se apropriam de mais-valia numa economia capitalista de regime concorrencial, outros itens que podem ser

e riqueza, já sua composição se refere ao modo de utilização contendo, assim, o que é investido, consumido ou desperdiçado (p.19). Para os autores, o excedente econômico tende a se elevar numa economia capitalista em regime monopolista, o que leva a uma comparação com a lei da tendência decrescente da taxa de lucro formulada por Karl Marx. Este teorema, por se tratar de uma análise que pressupõe um sistema competitivo, os autores não a negam nem a modificam. Na realidade, de acordo com Baran e Sweezy, a modificação ocorreu na estrutura da economia capitalista, na qual se encontra atualmente na sua forma monopolista e não mais na sua forma competitiva (p. 79).

Para chegar na conclusão da lei do excedente crescente, os autores respondem as indagações referentes a concorrência no capitalismo monopolista. Baran e Sweezy (1978) afirmam que a despeito do abandono da concorrência de preços, há novas formas de concorrência no regime monopolista, algumas delas atuam diretamente no custo de produção – são estas que os autores examinaram para concluir seus efeitos sobre a magnitude do excedente (p.74).

Baran e Sweezy essencialmente questionam “o sistema de oligopólios³ cria pressões que forcem os diretores de empresas a reduzir os custos e melhorar a eficiência”? (p.75). Segundo esses autores, a determinação da inovação e do progresso tecnológico não reside na vontade racional dos empresários. Como exploraremos adiante, Baran e Sweezy identificam dois aspectos da concorrência extrapreço que são decisivos nos modos de comportamento do sistema de oligopólio. O primeiro se refere a dinâmica da divisão do mercado:

Para começar, a firma com menores custos e lucros mais altos desfruta uma variedade de vantagens sobre os rivais que têm custos mais elevados na luta pelas parcelas do mercado. [...] há um forte incentivo positivo para que a grande empresa na indústria oligopolista busque continuamente reduzir seus custos, e isso mais depressa do que os seus rivais. É aqui que entra em jogo o fator da autodefesa considerado tão crucial por Adam Smith. Qualquer companhia que se atrasar na corrida para reduzir os custos enfrentará logo problemas. Seu poder de reagir ao ataque é solapado, sua liberdade de manobra é reduzida, sua capacidade de usar as armas normais da luta competitiva é enfraquecida. (BARAN E SWEEZY, 1978, pp.75-76)

Esse tipo de ameaça leva as firmas a temerem sua própria deterioração e, por conseguinte, buscam uma posição mais favorável nessa corrida – os autores concluem que a

acrescentados são fatores secundários (ver Karl Marx, O Capital, livro III). Sob o capitalismo monopolista, os autores Baran e Sweezy utilizam e preferem o conceito de “excedente” para efetuar as modificações necessárias no plano teórico, pois o termo excedente compreende vários outros componentes que assumem um papel decisivo (Baran e Sweezy, 1978, pág. 19, nota 6)

³ Os autores utilizam a palavra “monopólio” para se referir também aos casos de oligopólio (Baran e Sweezy, 1978, nota 3, p. 16.).

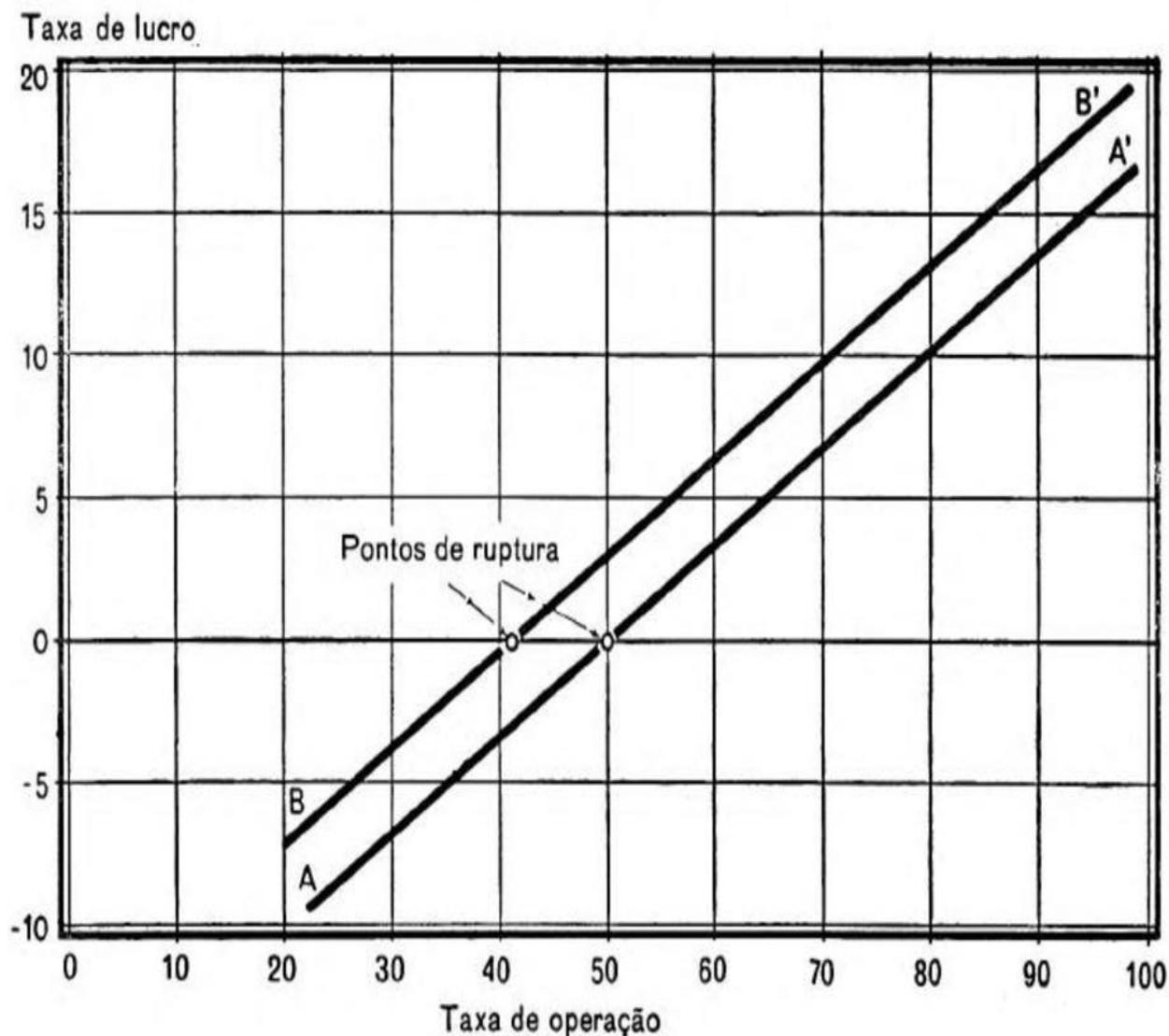
pressão oriunda da possibilidade de fracasso se entrelaça com a busca pelo êxito, desempenhando papéis essenciais tanto em sistemas oligopolistas quanto em ambientes competitivos (p. 77).

O outro aspecto da concorrência extrapreço aparece nas indústrias de bens de capital/produção cujo consumidor final está incessantemente em busca de aumentar os lucros e diminuir os custos – por isso, “os fabricantes de bens de produção obtêm mais lucros ajudando os outros a também obter mais lucros”. Se há incentivo nas indústrias de bens de capital em produzir novos produtos, a inovação e progresso tecnológico não encontram seu fim no capitalismo monopolista e, portanto, os capitalistas conseguem elevar sua produtividade (BARAN E SWEEZY, 1978, p.78). Ademais, como será explorado nos itens subsequentes desta pesquisa, a presença de indústrias de bens de produção emerge como um fator determinante para o desenvolvimento capitalista de uma nação. A obtenção desse aparato assegura às empresas custos de produção mais baixos, conferindo-lhes, como vimos na concorrência sob o sistema de oligopólio, uma posição vantajosa em relação às demais.

A partir da análise das formas de concorrências existentes no capitalismo monopolista, Baran e Sweezy (1978) afirmam que há uma tendência decrescente dos custos de produção. Como vimos, o resultado da redução dos custos é uma ampliação das margens de lucros que eleva os lucros globais e, por sua vez, cria-se uma tendência crescente do excedente. Com tal característica, o sistema aparenta ser racional, porém não o é. No regime monopolista, o principal objetivo dos capitalistas é maximizar o lucro a qualquer custo, a despeito da absorção do excedente para consumo e investimento estar aquém da sua capacidade, tornando o sistema mais irracional e contraditório (p.78-79). Por isso, o problema surge na incapacidade de absorver ou utilizar o máximo desse excedente.

Para entender o porquê dessa incapacidade, sobretudo da absorção para investimento, Baran e Sweezy (1978) criam um esquema de lucratividade (Gráfico 2) para demonstrar a relação entre a taxa de lucro e a taxa de operação (produção como percentagem da capacidade). Nessa demonstração, os autores encontram na taxa de operação, que representa a relação entre a produção real e a capacidade de produção, outra variante na magnitude do excedente (p.91).

Gráfico 2: Esquema hipotético de lucratividade



Fonte: Baran e Sweezy, 1978, p. 90.

Como podemos observar no Gráfico 2, o declínio na taxa de operação, que corresponde a uma combinação do aumento da capacidade e/ou redução da produção, resulta no declínio dos lucros (p.88). A tendência crescente do excedente desloca a linha BB' acima da linha AA'. Isso significa que na linha BB', representada com maior excedente, o "ponto de ruptura" (não há lucro nem prejuízo) é atingido por uma taxa de operação menor se comparado com a linha AA' (na linha BB' o ponto de ruptura é cerca de 40% da capacidade, já na linha AA' o ponto está em 50% da capacidade). Ademais, também significa que a linha BB' consegue obter maior taxa de lucro com uma taxa de operação menor em comparação a linha AA' (BARAN E SWEEZY, 1978, p.91).

Na conclusão dos autores, "se a economia se eleva de uma posição de produção aquém da capacidade, tanto o excedente como o seu segmento que buscam investimento aumentarão

absoluta e relativamente” (op.cit., p.91). Em síntese, o sistema capitalista sob o monopólio se caracteriza pela busca de maior lucro cujo fim não se encontra. Há um menor número de firmas com uma maior concentração de excedentes, proporcionando a essa firma maior capacidade de produção e, por conseguinte, um objetivo de aumentar sua produção para obter uma taxa de lucro maior⁴. A produção pode aumentar em termos absolutos e, assim, seu excedente se acumular ainda mais, porém como a absorção desse excedente não acompanha o ritmo de abundância, a produção se mantém aquém da capacidade e o ciclo se repete, pois a cada momento que passa as grandes firmas se deslocam para a esquerda do Gráfico 2. Por isso, Baran e Sweezy (1978) afirmam que:

Por mais que se procure, é impossível evitar a conclusão de que o capitalismo monopolista é um sistema autocontraditório, que tende a criar um excedente cada vez maior, embora não consiga proporcionar o consumo e o investimento exigidos para a absorção do excedente crescente e, portanto, para o funcionamento tranquilo do sistema. Como o excedente que não pode ser absorvido não será produzido, segue-se que o estado normal da economia capitalista é a estagnação. Com um dado estoque de capital e um dado custo estrutura de preço, o ritmo de operação do sistema não se pode elevar acima do ponto em que o volume de excedente produzido pode encontrar o emprego necessário. E isto significa a subutilização crônica dos recursos humanos e materiais disponíveis (p.113)

A despeito do sistema em si ser incapaz de proporcionar uma absorção máxima do crescente excedente, há forças neutralizantes que inibem a possibilidade do sistema se entregar de vez para uma depressão crônica (p.113). Veremos de forma sucinta três das principais forças que ajudam na absorção do excedente apontadas pelos autores: campanha de vendas, administração civil e militarismo e imperialismo.

Como vimos, estamos lidando com um sistema alimentado por excessos e estes, por sua vez, não são canalizados de forma racional, o que torna o “excesso” um problema geral. Como o objetivo principal é maximizar o lucro do capitalista, o diagnóstico não estará no “excesso” de oferta e, por isso, a solução não é a diminuição da oferta. Ademais, reduzir os preços sob regime monopolista não entra em questão, então encontram a solução cabível no estímulo da procura. Sendo assim, a campanha de vendas passa a ser aplicada de forma intensa pelas grandes empresas para expansão do seu próprio mercado, não à toa, as despesas e o interesse

⁴ Um exemplo aritmético acerca dos lucros da General Motors em 1957 de um estudo da Comissão Kefauver analisado pelos autores Baran e Sweezy: “Em 1957, a General Motors produziu 3,4 milhões de carros e os vendeu pelo preço médio de 2.213 dólares por automóvel. Os custos variáveis (principalmente o trabalho pago à hora e o material) elevaram-se a 1.350 dólares por veículo, deixando 863 dólares para despesas gerais e lucro. A despesa geral total foi de 1.870 milhões de dólares, dando como média, para 3,4 milhões de unidades, 550 dólares por unidade. O lucro foi, portanto, de 313 dólares por unidade, ou um agregado de 1.068 milhões de dólares. Se a produção tivesse caído em 25%, os lucros por unidade teriam baixado em 58%, para 130 dólares por unidade, ao passo que se a produção tivesse aumentado em 25% os lucros teriam subido 35%, atingindo 423 dólares por unidade. Os lucros teriam desaparecido totalmente a uma produção de cerca de 2,2 milhões de unidades, ou 65% da produção real daquele ano.”, ver Baran e Sweezy, *Capitalismo Monopolista*, 1978, p.89.

na publicidade e na promoção de vendas tornam-se cada vez maiores. A administração civil, sem pormenorizar, está relacionada ao papel do Governo em criar a procura – como exemplos, temos as compras governamentais diretas de bens e serviços e as políticas econômicas e governamentais que garantem a capacidade aquisitiva das pessoas e das firmas comerciais (BARAN e SWEEZY, 1978, pp.114-115; 147).

Para entender a força neutralizante do militarismo e imperialismo, temos que ter em mente o capitalismo como sistema internacional e hierárquico. A manutenção da hierarquia das nações, que gera relações de exploração, torna necessário o uso internacional da força armada por parte dos países imperialistas. Ao observar a absorção do excedente pela máquina militar nos Estados Unidos, os autores Baran e Sweezy afirmam como esse dispêndio governamental traz lucros e benefícios para o capitalismo monopolista a partir da exploração das ex-colônias dos poderios europeus, especialmente a América Latina (op.cit., p.184).

As necessidades militares dos americanos aumentaram de forma considerável no período pós-guerra diante da ascensão do socialismo como sistema mundial. Para manter o status quo de liderança mundial, os Estados Unidos traçaram políticas antissocialistas deduzidas por uma ideia de que a ameaça soviética era militar e agressiva, no entanto, diversos acadêmicos reconheciam que a política externa soviética era predominantemente defensiva e diferia substancialmente das políticas belicosas agressivas adotadas pela Alemanha nazista e seus aliados do Eixo (op.cit., p.188).

O objetivo central da expansão da máquina militar americana residia na prevenção do avanço do socialismo, especialmente nos países que consideravam esse sistema como alternativa ao sistema capitalista. Nos países subdesenvolvidos, sob o regime socialista, a proclamação da soberania nacional, o controle dos próprios recursos e a eliminação da dependência em relação aos países centrais poderiam ser alcançados. Isso resultaria na superação da condição de explorados e subordinados ao controle monopolista estrangeiro, possibilitando um progresso autônomo na industrialização (pp. 193; 202). Esses avanços representavam uma ameaça para as principais nações capitalistas, não tanto pelo temor de perderem parceiros comerciais para o socialismo, mas sim de enfrentarem outra ameaça:

Os Governos capitalistas em geral não comerciam entre si: a maior parte das transações comerciais no mundo capitalista é realizada pelas empresas privadas, principalmente pelas grandes empresas. Interessam-se não pelo comércio como tal, mas pelos lucros: a razão pela qual se opõem, juntamente com os Governos que controlam, à difusão do socialismo não é a de reduzir este, necessariamente, as possibilidades de importação ou exportação (embora isso possa de fato ocorrer), mas

pelo fato de que o socialismo necessariamente lhes reduz as oportunidades de lucrar com transações com e dentro da área recém-socializada. E quando levamos em consideração o fato de que para as empresas, nos principais países capitalistas, as taxas de lucro das transações com e dentro dos países menos desenvolvidos e subdesenvolvidos são geralmente mais altas do que as taxas de lucro interno, a razão para a veemência da oposição à difusão do socialismo precisamente nessas áreas será compreendida (BARAN e SWEEZY, 1978, p.194)

Para ilustrar situações em que as empresas obtêm lucros significativamente maiores ao alocar seus capitais em países subdesenvolvidos, os autores apresentam dados de 1958 referentes à principal multinacional da época, a Standard Oil de Nova Jersey (tabela 4).

Tabela 4: Distribuição percentual do capital e lucros da empresa Standard de Nova Jersey em 1958

	Capital	Lucro
Estados Unidos e Canadá	67	34
América Latina	20	39
Hemisfério Oriental	13	27
Total	100	100

Fonte: Notice of Special Stockholders' Meeting (7 de outubro de 1959); Form 10-K for the Fiscal Year Ended December 31, 1962 (apresentada à Comissão de Títulos e Valores, de acordo com o artigo 13 da Lei de Títulos de 1934) e o Annual Report de 1962 in Baran e Sweezy, Capitalismo Monopolista, 1978, p. 195.

Como podemos observar na tabela acima, a maior empresa multinacional da época possuía uma pequena parcela de capital investida no exterior, não obstante seus lucros eram maiores no exterior do que os internos, assim, os autores concluem que “a Standard Oil de Nova Jersey é um grande e constante *importador* de capital” (p.196). Ao verificarem que o lucro sobre investimento era mais elevado, os investimentos no exterior das companhias americanas aumentaram de 7,2 bilhões de dólares em 1946 para 40,6 bilhões em 1963 – “Muitas firmas informam um lucro percentual ‘duas vezes mais elevado do que na América (EUA)’. A maioria delas cita baixos salários no exterior – e menor concorrência” (BARAN e SWEEZY, 1978, p.200).

Na sua obra *Economia Política do Desenvolvimento*, Paul Baran (1985) também traz outro exemplo comparativo dos lucros das empresas norte-americanas que operam em países subdesenvolvidos com a rentabilidade das inversões internas (tabela 5). Analisando a tabela 5, percebemos que, no ano de 1948, as remessas de ganhos provenientes de investimentos estrangeiros compreenderam 19,8% da receita cambial dos países subdesenvolvidos, enquanto

os lucros obtidos com os investimentos no próprio país, no mesmo período, foram de 13,8%. Em 1949, esses dados por país evidenciam que as remessas de rendas de capitais estrangeiros representaram 5% da receita cambial da Índia; 8,5% da Indonésia; 6,5% do Egito; 10% do México; 8,6% do Brasil; 17,1% do Chile; 17,7% da Bolívia; 34,3% da Rodésia do Norte; e 53,1% do Irã (op.cit., p.205).

Tabela 5: Comparação dos lucros das empresas norte-americanas em países subdesenvolvidos e no seu país de origem (1945-1948) (em %)

Ano	Relação entre lucros e capital social em países subdesenvolvidos	Relação entre lucros e capital social nos Estados Unidos
1945	11,5	7,7
1946	14,3	9,1
1947	18,1	12,0
1948	19,8	13,8

Fonte: BARAN, 1984, p.205.

Portanto, os recursos transferidos como lucros e dividendos de investimentos estrangeiros constituem, conseqüentemente, uma parcela significativa da receita cambial dos países subdesenvolvidos. Baran (1984) concluiu que a relevância essencial dessas transferências torna-se evidente quando se compreende a proporção do excedente econômico das nações subdesenvolvidas que é deslocada para o exterior por meio desses capitais estrangeiros. Não seria estranho, então, que esses países considerem o investimento estrangeiro um preço excessivamente alto a ser pago, sobretudo, como afirma Baran, “quando se percebe quão modesta é a sua contribuição – se é que há alguma – ao crescimento econômico dos países que o acolhem” (p.206).

Sob a influência de Baran e Sweezy, Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1971), autores da teoria marxista da dependência, conduziram uma análise aprofundada das empresas multinacionais estadunidenses e seus investimentos diretos nos países latino-americanos (tabela 6). Podemos observar na tabela 6 que, em 1946, o valor contábil dos ativos de investimento

direto dos EUA na América Latina era cerca de 3000 milhões de dólares, em 1967, os investimentos na região subiram para 10213 milhões de dólares. Entre os anos de 1946 e 1967, as transferências de lucro para os EUA somaram um total de 14800 milhões, uma cifra substancialmente maior que a soma das novas entradas de capital e os lucros reinvestidos na região latino-americana em todo o período, cujo total foi 9839 milhões de dólares.

Tabela 6: Investimento direto dos EUA na América Latina (valor contábil-1, fluxo líquido de capital-2, lucros reinvestidos-3 e transferência de lucros para os EUA-4) (em milhões de dólares)

Años	Valor en libros (1)	Nuevas entradas de K (2)	Utilid. re-invertidas (3)	2 + 3	$\frac{3}{2+3}$ %	Transf. de utilid. E E. U U. (4)	$\frac{4}{2+3}$ %	$\frac{4}{2}$ %
1946	3045	71	89	160	55,6	281	175,6	395,8
1947	3625	457	117	574	20,4	414	72,1	90,6
1948	4148	333	209	542	38,6	488	90,0	146,5
1949	4590	332	147	479	30,7	377	78,7	113,6
1950	4735	40	109	149	73,2	522	350,3	1305,0
1951	5176	166	249	415	60,0	652	157,1	392,8
1952	5758	277	303	580	52,2	599	103,3	216,2
1953	6034	117	152	269	56,5	570	211,9	487,2
1954	6244	88	125	213	58,7	589	276,5	669,3
1955	6608	193	192	385	49,9	678	176,1	351,3
1956	7459	592	241	833	28,9	800	96,0	135,1
1957	8325	1.163	239	1.402	17,0	880	62,8	75,7
1958	8730	299	143	442	32,4	641	145,0	214,4
1959	8218	218	202	420	48,1	600	142,9	275,2
1960	8365	95	215	310	69,4	641	206,8	674,7
1961	8166	173	255	428	59,6	730	170,6	422,0
1962	8472	32	268	300	89,3	761	253,7	2378,1
1963	8662	69	173	242	71,5	801	331,0	1160,9
1964	8894	143	216	359	60,2	895	249,3	625,9
1965	9391	176	306	482	63,5	869	180,3	493,8
1966	9826	190	302	492	61,4	965	196,1	507,9
1967	1.0213	191	172	363	47,4	1.022	281,5	535,1
Totales		5.415	4.424	9.839	45,0	14.775	150,2	272,9

Fonte: CAPUTO e PIZARRO, 1971, p.123.

A partir das análises dos dados sobre a entrada e saídas de capitais especificamente na América Latina, Caputo e Pizarro (1971) concluem que:

Decimos que existe contradicción entre las proposiciones desarrollistas respecto al capital extranjero y la lógica del desarrollo capitalista, puesto que el capitalismo para subsistir necesita realizar el excedente generado en los centros dominantes del sistema. Existen distintas formas de realizar dicho excedente y, en la etapa monopólica, una de las más desarrolladas es la exportación de capitales (CAPUTO e PIZARRO, p.128)

Dessa forma, há um significativo empenho em manter os países subdesenvolvidos afastados do caminho do socialismo, manifestado sobretudo pelo suporte econômico e militar oferecido por um país central e imperialista, como os Estados Unidos. O policiamento do império americano com suas bases militares no exterior, tanto no financiamento de ditaduras nos países periféricos quanto na aliança militar ordenada pela OTAN, torna-se imprescindível para impedir o avanço do socialismo e assegurar sua posição de dominação no capitalismo mundial. Nesse caso, o dispêndio governamental com o militarismo enlaçado com imperialismo realiza um papel fundamental no capitalismo monopolista de elevar rendas e lucros (BARAN e SWEEZY, 1978, p.203).

2.2 Teoria marxista da dependência: fundamentos e conceitos

A teoria da dependência nas ciências sociais emergiu como uma abordagem crítica voltada para compreender as limitações do desenvolvimento capitalista na América Latina. Esse surgimento ocorreu à luz da constatação de que uma revolução democrática-burguesa na região, sustentada por uma aliança tática entre o proletariado e a burguesia nacional, se revelou impraticável. Nesse ponto, a tese da revolução por etapas defendida pelos Partidos Comunistas e a ideologia desenvolvimentista da Cepal se entrelaçam ao reconhecerem que, sob o caráter anti-feudal e anti-imperialista, a burguesia industrial em ascensão e o Estado nacional detinham um potencial transformador da realidade latino-americana (MARINI, 1992, p. 85-86; SEABRA, 2019, p.263)

O avanço teórico radicalizado e de orientação marxista sobre a dependência foi elaborado por Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Orlando Caputo em meados das décadas de 60 e 70. Essa abordagem, conhecida como teoria marxista da dependência, propõe superar as vertentes existentes e reinterpretar o processo de desenvolvimento capitalista na América Latina. Fundamentando-se na teoria do valor de Karl

Marx, esses pensadores produziram conceitos essenciais que enriqueceram e aprimoraram a compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento e da dependência nos países latino-americanos.

No período dos anos 1960, como apontamos nos itens anteriores do presente trabalho, a crise generalizada nos países latino-americanos firmou o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, isto é, liquidou qualquer perspectiva de um desenvolvimento nacional autônomo. Esse cenário reproduziu contradições específicas nos países subdesenvolvidos gerado pelo impasse entre a necessidade de se desenvolver de forma autônoma e os interesses dos grandes monopólios já incorporados nos ditames da nossa economia.

Como sabemos, a incorporação do capital monopólico foi produto da integração dos sistemas de produção conduzido pelo centro hegemônico de poder – os Estados Unidos. Nas economias dependentes da América Latina, que haviam passado pela etapa da industrialização substitutiva de bens de consumo não-duráveis, a segunda etapa do processo de industrialização se estabelecia para implementar a indústria pesada que, por sua vez, demandava um maior excedente de capital. Com o estrangulamento externo, o capital proveniente do setor exportador se tornou escasso, porém, no mesmo período, estava ali presente o capital estrangeiro buscando oportunidades de investimento, assim, afirma Marini (2013), enquanto a nossa burguesia considerava “conveniente desenvolver seu próprio setor de bens de capital, topam com o assédio do capital estrangeiro, que as pressiona para penetrar na economia periférica e implementar este setor” (p.60)

Para entender esse ponto, as grandes influências para construção da teoria marxista da dependência, como Paul A. Baran, Paul M. Sweezy e Ernest Mandel, analisaram de forma minuciosa as implicações da consolidação do capitalismo monopolista e oligopolista e, portanto, compreenderam as razões fundamentais que determinaram a integração do sistema de produção no capitalismo mundial. Diante da centralização e concentração do capital, as corporações monopolistas das economias centrais contavam com um grande aumento do excedente econômico, gerando uma abundância de recursos passível de ser investido, assim, atravessaram suas fronteiras em busca de oportunidades.

O aumento do excedente passível de ser investido que estes centros dispõem, por muito que seja malgasto em atividades não produtivas – como a indústria bélica e a publicidade –, acarreta um aumento constante dos investimentos diretos nas economias periféricas, através dos quais se realiza progressivamente a integração do sistema produtivo destas economias ao sistema do centro integrador. Este processo se coliga com o crescimento e a diversificação do sistema periférico (MARINI, 2013, p.54)

Ademais, os países centrais, diferentemente dos países subdesenvolvidos, passavam por um acelerado progresso tecnológico que acarretou o maior desenvolvimento do setor de bens de capital. Nesse contexto, era importante que os países periféricos avançassem no processo de industrialização para criar um mercado complementar às produções de bens de capital dos países desenvolvidos. Assim, Marini (2013) afirma:

Isto fez com que, por um lado, os tipos de equipamentos produzidos, sempre mais sofisticados, devessem ser aplicados em atividades industriais mais elaboradas nos países periféricos, existindo interesse, por parte dos países centrais, de impulsionar ali o processo de industrialização. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu, nos países centrais, o prazo de reposição do capital fixo – que passou de uma média de oito anos para quatro anos –, surgiu a necessidade de exportar para a periferia os equipamentos e máquinas que se tornavam obsoletos e ainda não tinham sido totalmente amortizados (MARINI, 2013, p.59)

Dessa forma, o aumento da capacidade produtiva dos países periféricos se realizou por meio da penetração do capital estrangeiro no setor industrial representada por grandes corporações multinacionais cujo pacto com a classe dominante latino-americana eliminou qualquer vestígio da ideologia “industrializante-desenvolvimentista-nacionalista” que fora em certa época uma posição dominante na política (SANTOS, 2018, p. 51). Além disso, como vimos no capítulo, a descapitalização dos países subdesenvolvidos, sob dividendos e remessas de lucros, pelas economias dominantes era maior que o investimento realizado por estas – investimentos diretos de capital ligados às empresas monopolistas que instalam de forma subsidiária seus ramos produtivos nas economias dependentes.

O cenário de crise nos países latino-americanos também provocou grandes movimentos populares, na maioria dos países a resposta perante a luta de massas foi a repressão e iniciou-se, assim, as ditaduras militares financiadas pelos Estados Unidos sobretudo para impedir que o fortalecimento dessas lutas viesse a ser conduzido pelo campo socialista. Em outros países, esse período conturbado culminou na Revolução – como a Venezuela em 1958 e a Cubana em 1959; no caso da Revolução Guatemalteca, sob o governo de Jacobo Arbenz, e da Revolução Boliviana de 1952, foram posteriormente atingidas pelo golpe de Estado (MARINI, 2010, p.114).

Os movimentos revolucionários se vincularam a luta anti-imperialista e a luta anticapitalista, muitos desses com a luta armada, e formaram a chamada “esquerda revolucionária” latino-americana. A Revolução Cubana mostrou sua força contra a dominação imperialista e, depois de certo tempo, abraçou as ideias do socialismo – apontando um caminho possível para todo o continente:

a revolução cubana avança ao socialismo e indica um caminho: para lograr a libertação nacional e social deve-se liquidar a base de sustentação da dominação imperialista, o capitalismo dependente. A revolução cubana demonstra na prática o que teoricamente era óbvio: o socialismo é viável e necessário na América Latina (BAMBIRRA, 1978, p. 19)

A Revolução Cubana trouxe consigo grandes transformações dentro da esquerda em toda a América Latina. No caso do Brasil, a década marcada pela crise conjuntural e por lutas sociais favoreceu o desenvolvimento de uma nova esquerda, temos como exemplo a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) fundada em 1961 com a participação dos intelectuais da teoria marxista da dependência. A Polop combatia a hegemonia marxista do Partido Comunista ao buscar uma nova compreensão da dinâmica do capitalismo brasileiro aplicando o marxismo e uma releitura do caráter da revolução no país:

[...] coube à Polop defender pela primeira vez o caráter socialista da revolução brasileira, iniciando uma discussão que permanece vigente na esquerda através da atual controvérsia entre revolução socialista e revolução de libertação nacional. Naquele então, a posição da Polop era no sentido de questionar diretamente a concepção reformista que, ao falar de revolução anti-imperialista e anti-feudal, dava à revolução um caráter democrático-burguês. Desta concepção se derivava a tese reformista da frente única entre a burguesia e a classe trabalhadora, principal alvo dos ataques da Polop, que percebia claramente que, pelas condições de atraso político do proletariado, essa frente conduziria à inevitável subordinação da classe à política burguesa (MARINI, 2013, p.218-219)

Na Polop, a elaboração teórica e a luta ideológica tinham teor revolucionário e se apoiavam nas críticas às linhas reformistas, nas quais eram representadas pelo movimento nacionalista e pelo Partido Comunista Brasileiro. Após o golpe militar em 1964 no Brasil, muitos intelectuais começaram a convergir para o Chile – onde até então mantinha seu regime democrático com o poder nas mãos da Unidade Popular encabeçada por Salvador Allende –, dessa forma, o Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Universidade do Chile abriu as portas para os pensadores de esquerda latino-americano e possibilitou o diálogo e a discussão extremamente rica entre eles para maior compreensão da nossa realidade e a elaboração de uma nova teoria (MARINI, 1992, p. 88; SEABRA, 2019, p.275).

Como já mostramos no primeiro capítulo do trabalho, André Gunder Frank foi um grande precursor das críticas às teses do estruturalismo, a partir disso, concluiu que crescimento e desenvolvimento econômico eram fatores distintos, dado que uma economia dependente poderia crescer economicamente, porém seu crescimento significaria mais dependência, assim, o pensador alemão formulou o conceito de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” de importante contribuição para teoria marxista da dependência (MARINI, 1992, p.89).

Assim, de acordo com Marini (2022), a dependência se configurava a partir de:

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (p. 141)

Os dependentistas, de acordo com Theotonio dos Santos (2021, p.252), supera o ponto de vista que considera o subdesenvolvimento como um fenômeno de estruturas atrasadas e não-capitalistas, pois analisam o subdesenvolvimento como um produto resultante do processo de expansão do capitalismo mundial, assim – “o subdesenvolvimento se estabelecia” nos países latino-americanos, “não como não-desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial” (MARTINS, 2006, p.171).

A situação colonial para a situação de dependência foi promovida pelo surgimento da grande indústria nas economias centrais que firmou a divisão internacional do trabalho hierarquizada com bases sólidas – na qual determinou, por sua vez, a posição de subordinação de certos países dentro da economia capitalista mundial e a integração progressiva do sistema de produção das economias dependentes ao dinamismo do capitalismo internacional (MARINI, 2022, p. 172-173).

Na teoria da dependência, o termo “dependência” adquiriu uma nova perspectiva, levando em conta o dinamismo das relações entre elementos externos e internos. Nesse contexto, os teóricos dessa abordagem vincularam “a capacidade de apropriação de mais-valia na economia mundial, não apenas à existência de monopólios tecnológicos, comerciais e financeiros, mas também ao seu dinamismo” (MARTINS, 2006, p.178). Assim, à medida que uma porção da mais-valia produzida nos países dependentes é transferida para as economias centrais, a classe dominante nacional busca compensar isso por meio da superexploração do trabalho, caracterizada pela remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor.

Por fim, as visões dos autores Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Orlando Caputo modificaram definitivamente o status teórico da dependência – as novas categorias e o referencial teórico-metodológico de Karl Marx foram os atributos essenciais para construção de uma teoria marxista da dependência (TMD). Não obstante a sua relevância para compreensão da nossa realidade, a TMD teve por muito tempo sua divulgação banida dentro dos centros acadêmicos, onde substituíram nas suas análises “a dialética dependência-imperialismo, por noções como interdependência” como a elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (SEABRA, 2019, p.262).

2.2.1 Dependência e superexploração da força de trabalho

Ruy Mauro Marini, com suas principais obras *Subdesenvolvimento e Revolução* (1969), *Dialética da Dependência* (1973), *As razões do neodesenvolvimentismo - resposta a FH Cardoso e J. Serra* (1978), *O ciclo do capital na economia dependente* (1979), entre outros, empenhou-se nos estudos da dialética do desenvolvimento capitalista nos países dependentes e produziu os conceitos essenciais para a sustentação da teoria marxista da dependência – a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo.

No decorrer deste estudo, buscaremos discorrer sobre a superexploração da força de trabalho, com objetivo de analisar sua relevância em um dos setores mais decisivos da economia brasileira. Para alcançar esse propósito, pretendo primeiramente apresentar alguns dos fundamentos teórico-metodológico dos pensadores clássicos das Ciências Sociais, Karl Marx e Engels. Isso se faz necessário, uma vez que a categoria desenvolvida por Ruy Mauro Marini se fundamenta na lei do valor, cuja formulação emergiu da metodologia desses pensadores, o materialismo histórico-dialético.

Os grandes pensadores Karl Marx e Engels aparecem em sua época como críticos da dialética hegeliana, do socialismo utópico, da economia política como veremos nos textos *A história dos homens* (“Feuerbach” – 1932) e *Introdução à crítica da Economia Política* (1859). O conceito de materialismo histórico aplicado por Marx e Engels baseia-se em alguns pressupostos: primeiro o de que toda história humana presume a existência de indivíduos humanos vivos. O outro estaria no sentido dos meios para satisfazer as necessidades dos corpos humanos vivos, isto é, a produção da vida material, são um ato histórico, condição básica para termos história. Assim, Marx e Engels (1989) afirmam que:

O primeiro ato histórico é portanto engendrar os meios para a satisfação dessas necessidades, produzir a vida material mesma, e isto é um ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje, como há milênios, precisa ser preenchida a cada dia e a cada hora tão-somente para manter os homens vivos. (p.194)

Os autores contestam, ao considerarem a ordem material como ponto de partida, a dialética idealista hegeliana cujo primeiro ato reside no pensamento. A abordagem hegeliana tem como ponto de partida o que os homens pensam e como se representam visando, então, chegar aos homens em si, efetivamente ativos. Marx e Engels entendem que “os homens precisam estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’” (op.cit., p.194), logo, é no processo efetivo de vida dos indivíduos vivos que se manifesta o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e suas consciências.

A produção das ideias, representações, da consciência está de início imediatamente entrelaçada na atividade material e no intercâmbio material dos homens, linguagem da vida efetiva. O representar, pensar, o intercâmbio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como afluência direta do seu comportamento material. O mesmo vale para a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc., mas os homens efetivos [...] (MARX e ENGELS, 1989, p.192)

Em relação à metodologia, Karl Marx (2008) expõe sua crítica à economia política considerando primordialmente a produção material de indivíduos socialmente determinada cuja análise é o ponto de partida:

No nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida. O caçador ou pescador particular e isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo, pertence às triviais imaginações do século 18. (p.237)

Os economistas clássicos, como Adam Smith e Ricardo, são orientados por uma perspectiva da classe burguesa e, nesse sentido, enxergam no indivíduo isolado o caminho para realizar seu trabalho científico no estudo da sociedade burguesa; são eles que vão buscar compreender o comportamento dos indivíduos de acordo com seus interesses materiais e econômicos. A dialética de Marx, a despeito de ser materialista, não vai por esse caminho, seu percurso segue um sentido contrário dos economistas políticos para alcançar o conhecimento teórico do objeto de estudo que é a estrutura econômica de sua época (LOWY, 1985; MARX, 2008).

O método da economia política a qual Marx critica, ao definir o objeto de estudo, começa pelo o que existe – isto é, o concreto, o dado imediato, a expressão empírica – e, no fim, somente descobrem algumas “relações gerais abstratas determinantes” e elaboram “uma representação caótica do todo”. Aqui não consideram, como ponto de partida, abstrair os elementos determinantes para a existência do concreto analisado, ao contrário de Marx que afirma ser exatamente o caminho certo a ser seguido.

Para Marx, o concreto não revela de imediato sua essência, é necessário, portanto, que o pesquisador faça o caminho de volta, inverso dos economistas políticos: primeiramente, não se deve desconsiderar o concreto, longe disso, porém é preciso negá-lo e ir além de sua aparência para a compreensão dos “movimentos” que o asseguram. O pesquisador, através da capacidade de abstração, isto é, da elevação do abstrato à concreção, vai se deparar com múltiplas determinações e, a partir disso, seu papel será investigá-las para a reprodução e a recomposição do processo de concreção – “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, 2008, p.259).

é precisamente porque, em cada época da humanidade, a luta de classes se rege por leis específicas que se faz necessário construir o instrumento teórico que nos permita explicar o seu desenvolvimento. Dependendo do nível de análise, mais abstrato ou mais concreto, a ênfase se desloca para a maneira como as leis gerais se realizam através da luta de classes ou para o modo como a luta de classes atua sobre a realização dessas leis. Um marxista sabe que uma e outra maneira de abordar o problema nada mais é do que isso: abordagens impostas pelo nível da análise, e é porque a luta de classes é a expressão de contradições que se regem por leis específicas que é tão necessário nunca se contentar com a descrição da forma aparente da luta de classes, mas sim munir-se de conceitos rigorosos que permitam iluminar suas determinações profundas. (MARINI, 2008, p.181-182)

A sociedade burguesa, objeto de estudo desses autores, é uma totalidade viva e, portanto, possui suas várias determinações – de acordo com Marx uma unidade de diversos – que se relacionam entre si de forma recíproca e orgânica. A visão dos elementos de uma totalidade é uma categoria da metodologia dialética que vai em sentido oposto àqueles que isolam o objeto dos elos de suas relações com o todo (MARX, 2008).

O princípio da totalidade como categoria metodológica obviamente não significa um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível, uma vez que a totalidade da realidade é sempre infinita, inesgotável. A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto. (LOWY, 1985, p. 16)

Uma outra categoria importante do método dialético é a contradição. Essa categoria da dialética se dedica à análise das contradições internas da realidade e, por conseguinte, seus componentes conflituosos que se enfrentam constantemente – por exemplo, as contradições entre as classes sociais da sociedade burguesa. Essa perspectiva da dialética expressa a ideia da dinâmica histórica que será, em Marx, o ponto fundamental da sua teoria social (op.cit.)

Interpretar a realidade como dinâmica não é algo que se encontra somente em Marx, a dinâmica histórica é considerada por outros cientista sociais como Max Weber e Émile Durkheim. Entretanto, entre esses autores, a diferença essencial consiste no motor e nas forças que dinamizam essa realidade – para Marx, essa dinâmica nutre-se dos conflitos existentes, das contradições inerentes ao modo de produção historicamente estabelecido. É aqui que a dialética marxiana encontra sua dimensão revolucionária, pois a dinâmica gerada pelos componentes conflituosos provoca a transformação da própria realidade e sua superação – “o marxismo não é uma teoria científica como as outras, não visa simplesmente descrever ou explicar, mas visa transformar a realidade, visa uma transformação revolucionária” (op.cit., p.18). Dessa forma, a dialética marxista destaca a importância da relação entre teoria e prática:

Ora, qualquer marxista sabe, com Marx e Engels, que a história da humanidade é a história da luta de classes e, com Lênin, que a luta de classes é o único terreno em que um marxista se move com firmeza. No entanto, isto não significa que a luta de classes

se explique por si mesma ou, se quiser, que seja o *Deus ex machina* que permite explicar tudo. Ao contrário, para um marxista a tarefa sempre reside tanto no plano da análise abstrata quanto no concreto, em saber o que explica a luta de classes, e isto remete, necessariamente, ao exame das condições materiais em que ela se dá. Essas condições, que se captam mediante conceitos e se regem por leis e tendências objetivas, geram contradições, que não são, nem muito menos, "parâmetros econômicos" que "o jogo político faz mover-se em uma ou outra direção". A luta de classes é a síntese das condições em que os homens fazem a sua existência, e por isso mesmo é regida por leis que determinam o seu desenvolvimento. É por isso que a relação entre teoria e prática constitui o eixo da dialética marxista (MARINI, 2008, p.180)

O conhecimento científico que Marx busca não se contenta somente com a interpretação da realidade, sua metodologia-teórica nos traz uma visão crítica a partir do estudo dessas contradições e, sob um ponto de vista de classe, nos leva à conclusão da possibilidade de transformação – nada é estático e não cabe aqui justificar o *status quo* como forma de legitimar a posição da classe dominante. Com isso, Marini (2008) afirma que a distinção entre esta perspectiva e as análises não marxistas reside na capacidade de explicar uma realidade social específica. As abordagens não marxistas, diante da dificuldade em fornecer uma explicação, frequentemente recorrem à "chave-mestra" da luta de classes, que, neste contexto, não apenas falha em abrir a porta, mas também fecha o acesso ao tesouro do entendimento (p.182).

Agora, avançaremos para a compreensão da categoria proposta por Marini: a superexploração da força de trabalho. Nos escritos *Dialética da Dependência* (1973) e *As razões do neodesenvolvimentismo - resposta a FH Cardoso e J. Serra* (1978), Marini explica por que a situação de dependência nos países latino-americanos se consolidou com o surgimento da grande indústria. Nesse contexto, ele fundamenta a superexploração da força de trabalho, apoiando-se na lei do valor de Marx. Para compreendermos isso plenamente, é essencial explorar alguns aspectos da lei geral da acumulação capitalista do pensador alemão.

Fundamentado no regime de concorrência, Karl Marx (2017) analisou que, em determinado setor, o aumento da produtividade de um capitalista individual permitia este reduzir o valor individual de suas mercadorias e, ao vender pelo valor de mercado, se apropriava de uma mais-valia extraordinária. Isso ocorre porque cada setor possui um tempo de trabalho *socialmente* necessário para produzir a mercadoria cujo cálculo se dá pela média da soma total do tempo de trabalho necessário de cada empresa para sua produção, o resultado dessa média corresponde ao valor da mercadoria⁵; então caso a capacidade produtiva de uma empresa seja

⁵ “O valor de cada mercadoria – portanto, também das mercadorias que formam o capital – está condicionado não pelo tempo de trabalho necessário nela contido, mas pelo tempo de trabalho *socialmente* necessário que se exige para sua reprodução” (MARX, 2017, p. 174).

maior, o tempo de trabalho necessário para produzir a mercadoria é menor que a média do seu setor, ao vender pelo seu valor de mercado, a empresa mais produtiva se apodera de um valor extra extraído da diferença entre o valor de mercado e o valor individual por ela produzida.

será sempre preciso distinguir entre um valor de mercado [...] e o valor individual das mercadorias produzidas pelos diversos produtores. O valor individual de algumas dessas mercadorias ficará abaixo do valor de mercado (quer dizer, menos tempo de trabalho será necessário para sua produção do que o expresso pelo valor de mercado), e o de outras mercadorias ficará acima desse valor (MARX, 2017, p.212)

Como apontado por Marx, o valor individual de algumas mercadorias fica abaixo do valor de mercado, mas também o valor individual de outras fica acima do valor de mercado, justamente por serem menos produtivos. A empresa menos produtiva se apropria de um valor inferior ao que produziu e o valor que ela não apoderou é “transferido” para a empresa mais produtiva. Com a possibilidade de obter mais-valia extraordinária, o movimento da concorrência capitalista leva a uma tendência identificada por Marx, o nivelamento da taxa de lucro. Assim,

por conta do processo de concorrência em busca da mais-valia extra, as empresas procuram incessantemente aumentar sua produtividade, explicando-se, assim, a queda no Vm^6 das mercadorias e, por conseguinte, a queda na taxa de lucro das empresas pertencentes ao setor em questão (AMARAL e CARCANHOLO, 2012, p.92)

Assim, diante do aumento da capacidade produtiva do trabalho, ou seja, da maior produtividade das empresas, Marx enxerga que há uma tendência crescente da composição orgânica do capital (c/v). Esse crescimento se traduz pelo aumento do capital constante em relação ao capital variável, de acordo com o pensador alemão, a mesma quantidade de trabalhadores:

mobiliza – elabora, consome produtivamente –, em consequência dos métodos de produção peculiares que se desenvolvem no interior da produção capitalista, uma massa sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria e capital fixo de todo tipo, matérias-primas e materiais auxiliares, no mesmo intervalo de tempo e, por conseguinte, também um capital constante de volume de valor sempre crescente (MARX, 2017, p.250)

Isso resulta, portanto, na queda da taxa de lucro, retratando uma das contradições da acumulação de capital. Com isso, Marx (2017) aponta as influências contra-arrestantes que fazem essa lei da queda da taxa de lucro atuar apenas como tendência, entre elas estão: o aumento do grau de exploração o trabalho, compressão do salário abaixo de seu valor, barateamento dos elementos do capital constante e o comércio exterior (p.271).

⁶ Os autores utilizam Vm para se referir ao valor de mercado, isto é, o tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) para a produção da mercadoria.

Vamos nos deter um pouco sobre a fórmula da taxa de lucro. A taxa de lucro (l') é a relação entre a mais-valia (m) e a composição do capital ou capital empregado (C) que, por sua vez, é igual a soma do capital constante e variável ($C=c+v$); sendo assim, a taxa de lucro é expressa por $l'=m/c+v$. Como vimos que no curso do desenvolvimento da produção capitalista há um crescente aumento do capital constante, a composição do capital aumenta (C) e a relação m/C decresce – o resultado disso é a queda de l' . Uma das formas de contornar esse resultado é aumentar a taxa de mais-valia ($m'=m/v$).

A taxa de mais-valia é a relação entre o tempo de trabalho excedente⁷ e o tempo trabalho necessário⁸, sendo assim, determinada pelo grau de exploração da força de trabalho. Quanto menor for o tempo de trabalho necessário, maior será o excedente, para isso:

a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. A mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho (MARINI, 2022, p.177)

A posição da América Latina na divisão internacional do trabalho se consolida para abastecer a matéria-prima exigida pela expansão da produção capitalista nos países industriais. A oferta mundial de alimento e matéria-prima contribui para incrementar ainda mais a taxa de mais-valia e compensar a queda da taxa de lucro – ao baratear os elementos do capital constante e ao rebaixar o valor dos bens necessários à reprodução da força de trabalho, isto é, ao diminuir o capital variável. Dessa forma, a partir do comércio exterior, os países da América Latina passam a ter um papel crucial de atenuar os obstáculos gerados pela contradição da acumulação capitalista nos países industriais (MARINI, 2022, p.177-178)

a exportação latino-americana de alimentos se realiza em função da revolução industrial europeia e contribui (não determina de maneira exclusiva) a baixa do capital variável, necessária para que o aumento da produtividade, com base no aumento do capital constante, não pressione para baixo a taxa de lucro (MARINI, 2008, p. 173)

⁷ O tempo de trabalho excedente se refere a parte excedente do trabalho vivo que não é paga para o trabalhador, este gera um mais-valor (mais-valia) para ser apropriado pelo capitalista – “o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [Surplusarbeitszeit], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [Mehrarbeit] (surplus labour)” (MARX, O Capital I, 2013 p.293)

⁸ O tempo de trabalho necessário corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho, aqui o trabalhador reproduz o valor da sua força de trabalho que é o seu salário (equivalente ao capital variável) – “Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o *valor da força de trabalho* é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor” (MARX, O Capital I, 2013, p.245)

No caso do mercado mundial marcado por esferas distintas da produção⁹ que se inter-relacionam, a aplicação da lei do valor é mais ainda complexa, uma vez que os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas entre os países permitem que o país mais produtivo, sem pressão concorrencial, não seja forçado a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor (MARINI, 2008, p. 183). Por isso, não cabe afirmar que a lei de intercâmbio de equivalente se aplica nesse contexto, visto que, na realidade, observa-se o fenômeno do intercâmbio desigual na economia internacional que resulta na transferência de valor das economias dependentes para as economias centrais.

Isso explica por que os países industriais, não obstante a elevada produtividade que reduz o valor unitário da mercadoria, vendem os produtos manufaturados a preços superiores aos produtos primários, contribuindo para a deterioração dos termos de troca nos países da América Latina. Conforme vimos na Tabela 1 do presente estudo, o Raúl Prebisch elaborou uma série estatística dos termos de intercâmbio na América Latina entre 1876 e 1947, demonstrando a depreciação dos bens-primários. Em contraste com os pensadores cepalinos, Marini buscou compreender esse fenômeno a partir dos elementos da produção de valor e da transferência de valor no mercado mundial (LUCE, 2018, p.53). Dessa forma, Marini deixa claro que

não é a rigor necessário que exista a troca desigual para que comecem a operar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão conseguinte da produção de valores de uso em produção de valores de troca que isso acarreta, tem como resultado imediato desatar um afã por lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente (MARINI, 2022, p. 187)

Para compreender como ocorre essa transferência de valor, vamos nos atentar ao exemplo numérico da tabela 7 elaborado por Marisa Amaral e Marcelo Carcanholo (2012, p.94) e utilizado por Mathias Luce (2018, p.43). Se considerarmos no âmbito da economia mundial, temos três empresas de países diferentes (I, II e III) que produzem uma mesma mercadoria com seus respectivos níveis de tecnologia. A empresa I possui maior nível tecnológico, portanto, seu investimento no capital constante é maior em relação ao capital variável; a empresa II tem um nível médio de tecnologia, seu capital constante e variável com o mesmo montante de investimento; a empresa III, com condições tecnológicas inferiores, investe em maior quantidade no capital variável, isto é, no trabalho vivo.

⁹ De acordo com Mathias Luce (2018), Marini considera as esferas distintas da produção como sendo “os espaços produtivos que se especializam com distintos papéis na divisão internacional do trabalho e que se inter-relacionam no marco de uma mesma totalidade diferenciada hierarquicamente” (p.30).

Tabela 7: Esquema de empresas em setores de diferentes níveis de produtividade

	E	c+v	m' (=m/v)	m	V	l'	PP	PP-V
I	A	$60c + 40v = 100$	100%	40	140	40%	150	+10
II	B	$50c + 50v = 100$	100%	50	150	50%	150	0
III	C	$40c + 60v = 100$	100%	60	160	60%	150	-10

Legenda: M = mercadoria

c = capital constante

v = capital variável

m = mais-valia

m' = taxa de mais-valia

V = valor final da mercadoria individual

l' = taxa de lucro

PP = preço de produção (custo de produção mais lucro médio)

PP-V = lucro apropriado por cada capital em relação ao lucro médio

Fonte: adaptado de Marisa Amaral e Marcelo Carcanholo (2012, p. 94).

No exemplo dado pelos autores, a taxa de mais-valia é de 100% nas três empresas, portanto, como a mais-valia depende da utilização da força de trabalho, a empresa I auferir 40 de mais-valia e a empresa III obtém uma mais-valia de 60 e uma maior taxa de lucro. Com isso, somando o capital constante, o capital variável e a mais-valia, temos o valor final da mercadoria individual (V) – a empresa I vai gerar o menor valor comparado as outras empresas, chegando a ser menor que o preço de produção (PP). Com isso, a empresa I se apropria de um lucro extraordinário de +10 caso venda pelo preço de produção. Já a empresa III, com valor de mercadoria individual acima de PP, transfere valor para a empresa que produz abaixo de PP que, no exemplo dado, seria a empresa I.

Se aprofundarmos na lei do valor, teríamos aqui uma tendência ao nivelamento da taxa de lucro e, conseqüentemente, uma difusão nas economias mundiais do nível médio de produtividade. Como bem observa Luce (2018), no âmbito da economia mundial, o mecanismo nivelador ocorre de forma diferenciada e resulta na transferência de valor ou na “não-identidade entre a magnitude do valor produzido e a do valor apropriado”. Isso coloca os países com menor produtividade numa posição desvantajosa em relação aos países avançados tecnologicamente:

aunque la productividad reduzca el valor unitario de la mercancía, ésta puede venderse en el mercado mundial por encima de su valor, si la concurrencia no actúa en sentido

contrario. “La jornada más intensiva de trabajo de una nación se traduce en una expresión monetaria más alta que la jornada menos intensiva de otro país”. Es ésta la razón fundamental por la cual las relaciones entre las economías capitalistas avanzadas y dependientes, al expresar relaciones de intercambio entre sistemas productivos con distintos niveles tecnológicos y, por ende, con distintas intensidades medias de trabajo, normalmente hacen que se operen transferencias de valor vía precios, es decir, que se realice un intercambio desigual que corresponde, a la vez, al deterioro de los términos de intercambio en perjuicio de las últimas. Y es por esto, también, que éstas tienen que recurrir, como medida de compensación, a aumentar la magnitud extensiva e intensiva del trabajo que explotan, o sea, a los métodos de superexplotación del trabajo referidos a la producción (MARINI, 2008, p.184)

Sem a difusão do nível de produtividade no mundo, alimenta-se uma profunda brecha tecnológica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e, se formos considerar a consolidação do capitalismo monopolista representado pelas corporações multinacionais, intensifica a dependência tecnológica, comercial e financeira dos países subdesenvolvidos. Isso, por sua vez, sustenta continuamente a transferência de valor pelas formas de deterioração dos termos de intercambio, de serviço da dívida (remessas de juros), de remessas de lucros, royalties e dividendos e, por fim, da apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio (LUCÉ, 2018, pp.49-51).

Dessa forma, é possível inferir, em parte, que mesmo ao dispor de um aparato industrial desempenhando um papel significativo na economia, os países subdesenvolvidos continuariam à mercê dos países imperialistas. Como evidenciado, a abordagem desenvolvimentista como solução para o subdesenvolvimento preconizado pela Cepal revelou-se insuficiente para sairmos desse labirinto projetado para impedir nossa emancipação.

Estarmos presos no labirinto não implica necessariamente que a economia esteja condenada à estagnação. Marini (2008) deixa isso claro ao explicar que a reação das economias dependentes diante da transferência de valor é aplicação um mecanismo de compensação, a superexploração da força de trabalho:

en condiciones de intercambio marcadas por una neta superioridad tecnológica de los países avanzados, las economías dependientes debieron echar mano de un mecanismo de compensación que, permitiendo el aumento de la masa de valor y plusvalía realizada, así como de su cuota, contrarrestara al menos parcialmente las pérdidas de plusvalía a que tenían que sujetarse; ese mecanismo fue la superexplotación del trabajo. Ésta explica el fuerte desarrollo de la economía exportadora latinoamericana, pese al intercambio desigual. [...] una vez en marcha un proceso económico sobre la base de la superexplotación, se echa a andar un mecanismo monstruoso, cuya perversidad, lejos de mitigarse, es acentuada al recurrir la economía dependiente al aumento de la productividad mediante el desarrollo tecnológico (op.cit., pp.173-174)

Assim, as economias dependentes não se contrapõem à transferência de valor, mas sim compensam a perda de mais-valia no plano da produção interna. Essa compensação gira em torno dos mecanismos utilizados para que o trabalho seja remunerado abaixo de seu valor que

correspondem, de acordo com Marini (2022), a uma superexploração do trabalho; são eles “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (p.188).

Acerca da intensificação do trabalho, Marini (2008) apontou algumas formas como o aumento de instrumentos de trabalho que cada trabalhador manuseava e a velocidade das máquinas, tendo uma variação na magnitude intensiva do trabalho que resulta em maior esgotamento e acidentes de trabalho¹⁰. A prolongação da jornada de trabalho, segundo o autor, pode ser verificada, por exemplo, pela imposição de horas extras¹¹ e pelo sistema de turnos, provocando um aumento extensivo do trabalho. Assim, o dependentista afirma:

Ahora bien, sabemos, con Marx, que cualquier variación en la magnitud extensiva o intensiva del trabajo hace variar en el mismo sentido el valor de la fuerza de trabajo. La prolongación de la jornada y el aumento de la intensidad del trabajo acarrear un mayor gasto de fuerza física y, en consecuencia, un desgaste mayor que, dentro de ciertos límites, incrementa la masa de medios de vida necesarios para su reposición. Los métodos de superexplotación arriba mencionados, relacionados con la esfera de la producción (aunque estén condicionados por la circulación, es decir, por las condiciones en que el obrero realiza la venta de su fuerza de trabajo) implican, pues, una elevación del valor de la fuerza de trabajo y refuerzan la conclusión a que habíamos llegado anteriormente. Como elemento indicativo de la ampliación de la brecha entre ese valor y el salario, es significativo el hecho ya visto de que, pese a que tiene más miembros trabajando, la familia obrera consume hoy menos alimentos per cápita (op.cit., pp.221-222)

A remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, o prolongamento da jornada de trabalho e o aumento da intensidade do trabalho são formas de superexploração porque permitem que o capital tenha a apropriação do fundo de consumo (corresponde ao valor diário) ou do fundo de vida (corresponde ao valor total) do trabalhador (LUCE, 2018, p.178). A superexploração da força de trabalho implica que, sem variação no valor unitário, a massa de valor produzida e/ou apropriada pelo capitalista aumente, em ambos os casos há um aumento na taxa de mais-valia. Assim, Marini (2008) analisa os dois casos:

El aumento del valor *apropiado*, sin aumento de la masa de valor producido, corresponde a la reducción del salario sin una reducción equivalente del tiempo de trabajo necesario para que el obrero reponga el valor del mismo; el aumento de la masa de valor *producido* y *apropiado* resulta del aumento de la masa de trabajo

¹⁰ De acordo com Marini (2008), os acidentes de trabalho no Brasil, “pasaron del índice 100 en 1970 al índice de 157 en 1976, y evolucionaron de 1,2 millones a casi 2 millones de casos en el período; en ese contexto, el índice de muertes pasó a 156 y el de casos de invalidez permanente a 160” (p.221)

¹¹ No ramo dos metalúrgicos, “los obreros están trabajando 12 horas por día”, a lo que añade que el 97% de los metalúrgicos de São Paulo tiene el siguiente régimen semanal de trabajo: 8 horas diarias, 2 extraordinarias (máximo permitido normalmente por la ley) más 1 y 3 con el pretexto de compensar el sábado; sin embargo, el sábado los obreros cumplen una jornada normal de 8 horas; el total suma 66 horas semanales, y no las 48 horas que la ley establece, lo que significa un aumento del 40%, y no del 4,4%. En declaración a la prensa, un obrero de la misma rama revela que en enero de 1977 la Volkswagen brasileña trabajó en un régimen de horas extras que “equivalen a 3.300 empleos nuevos” (Debate Proletario, no. 1, México, enero-marzo de 1978 *apud* Marini, 2008, p.219)

rendido por el obrero, vía prolongación de la jornada de trabajo o intensificación del trabajo. En su concepto, la superexplotación se expresa pues en el incremento de la *cuota de plusvalía* sobre la base de una *masa* mayor de plusvalía y un *valor unitario constante*; la única excepción, que la acerca al aumento de la explotación sobre la base de una mayor productividad del trabajo, deriva del aumento de intensidad, el cual, si se generaliza a toda la rama de producción y se estabiliza en un nivel superior, conduce a la reducción del tiempo de trabajo socialmente necesario para producir la mercancía y, en consecuencia, a la reducción de su valor unitario (pp. 177-178)

2.2.2 Padrão de reprodução do capital: ciclo do capital nas economias dependentes

O ciclo de capital que ocorre nos países latino-americanos reproduz em escala ampliada a dependência e, como vimos no item anterior, encontraremos a superexploração da força de trabalho como um dos elementos fundamentais assentados pelo ciclo do capital nas economias dependentes. Marini (2012) vai esclarecer as três fases do ciclo – da circulação, da produção e da realização, representadas pela fórmula D-M ... P ... M'-D' e assim descrita:

o dinheiro assume a forma de mercadorias (meios de produção e força de trabalho), naquilo que é a primeira fase da circulação, para dar curso a um processo de produção, do qual resultam mercadorias que devem transitar pela segunda fase da circulação, para que o capital recupere novamente a forma dinheiro. A fase da produção tem a característica de ser um processo de valorização, ou seja, de criação de valor novo. A força de trabalho, atuando sobre os meios de produção, não somente transfere o valor contido nestes (no capital constante) às mercadorias que elabora, mas também cria um valor novo que, por um lado, repõe o valor equivalente que foi pago sob a forma de capital variável e, por outro, lança um valor excedente, um remanescente sobre o capital inicial, que corresponde à mais-valia (MARINI, 2012, pp. 21-22)

As formas do ciclo do capital acima se reproduzem também nas economias dependentes, entretanto seu ciclo é determinado pelas economias centrais. Diante disso, Marini (2012) apontou as particulares encontradas em cada fase do ciclo nos países da América Latina – na primeira fase da circulação (C1), grande parte da origem do D (capital dinheiro) vem do capital estrangeiro, tanto sob a forma de investimento direto quanto de investimento indireto.

Assim, a força de trabalho que será adquirida por esse capital estrangeiro se constitui de trabalhadores nacionais, porém o mesmo não ocorre com a aquisição dos meios de produção, somente parte dela adquire-se internamente – como terra, matérias-primas, certos materiais, alguns equipamentos. A outra parte dos meios de produção é importada, então “parte desse capital [estrangeiro] que entrou para ser investido sai imediatamente ao ser intercambiado por meios de produção adquiridos no exterior, particularmente máquinas e equipamentos” (MARINI, 2012, p. 27).

O que podemos extrair dessa fase é que o capital estrangeiro se integra no ciclo do capital das economias dependentes e, ao mesmo tempo, torna-se um fator determinante deste; além disso, a realização dessa fase não dependerá somente do capital dinheiro externo, mas também das mercadorias (bens de capital) vindas do exterior, especificamente das economias centrais. Na segunda fase, a de produção, a superexploração do trabalho nos países dependentes se estabelece; para entender de que modo ocorre, o Marini supôs em sua análise duas distintas empresas de capital privado de um mesmo ramo de mercadoria, sendo uma de capital estrangeiro (empresa A) e a outra de capital interno/nacional (empresa B) (MARINI, 2012).

A situação posta pelo autor confere as condições que são geradas na fase da produção, a empresa A introduz tecnologias novas e métodos sofisticados no país dependente em questão, isso permite abaixar seu custo de produção em relação à empresa B que opera em condições normais de produção. Considerando que o preço da mercadoria vendida por A é o mesmo que a de B, o lucro daquela será maior que o deste devido à transferência do valor no interior do ramo.

a capacidade de apropriação da mais-valia extraordinária resulta então da transferência de valor, neste caso, intrassetorial, ou seja, entre as empresas no interior do mesmo setor, ou entre produtores do mesmo tipo de mercadoria. Todavia, a capacidade de apropriação de maior mais-valia extraordinária resulta também da capacidade de inovação tecnológica, na qual a empresa não inovadora transfere valor à empresa inovadora, permitindo que esta, por sua vez, se aproprie de mais-valia superior à que produziu. No caso da renda, já é o lucro extraordinário resultante da transferência de valor entre os diferentes ramos de produção, que será apropriada por aqueles ramos de produção mais inovadores, ou seja, com alta composição orgânica e que empregam menos trabalho (PAIVA, 2021, p.110)

Marini (2012) afirma que o problema não se encontra nesse episódio em si, mas sim na impossibilidade da empresa B¹² elevar sua composição orgânica, seu nível tecnológico e a produtividade a um patamar que torne seu custo de produção igual ao da empresa A. Diante das circunstâncias postas na economia dependente, as empresas que dirigem sua produção em termos médios ou abaixo deles irão agir para compensar sua posição desfavorável na concorrência e não deixar seu excedente ser abolido ou reduzido.

Essa reação consiste em, diante da sangria crescente de sua mais-valia, e dada a impossibilidade de detê-la mediante o aumento da produtividade do trabalho,

¹² Marini (2012) não anula a possibilidade de aumento da produtividade pela empresa de capital nacional (exemplo empresa B), esta pode adquirir equipamentos de considerável tecnologia no exterior, porém o autor afirma que “no caso de que B iguale seu nível tecnológico (suponhamos, por uma queda do preço internacional do equipamento que A utiliza), a superioridade em termos de magnitude do capital que A detém lhe dá condições para responder de imediato, introduzindo outro avanço tecnológico que, baixando novamente seu custo de produção, restabelece seu lucro extraordinário.” (p.29)

tais empresas médias e pequenas tratem de recompor sua taxa de lucro através da elevação da taxa de mais-valia, obtida à custa de – sem variação significativa na produtividade – extrair mais trabalho não remunerado de seus operários. Isso só é possível se (descartada sempre a elevação da produtividade) aumenta-se a intensidade do trabalho, prolonga-se a jornada laboral e/ou simplesmente se rebaixa forçosamente o salário do trabalhador, sem que essa redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho. Em todos esses casos, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor e, por conseguinte, dá-se uma superexploração dos trabalhadores (p.30)

A superexploração da força de trabalho se torna uma condição *sine qua non* para a reprodução do capital nas economias dependentes latino-americanas. Não só isso, de acordo com Marini (2012), esse recurso favorece os capitais monopolistas e as grandes empresas ao passo que o nível de remuneração da força de trabalho se rebaixa para igualar ao nível médio definido pelas empresas que operam em condição média de produção. O contexto exposto cria contradições interna entranhadas nesse ciclo de difícil resolução, entre elas temos a formação de grandes proporções do exército de reserva (inclui desemprego e subemprego) que desmobiliza a classe trabalhadora na luta de classes; além disso, as necessidades consumidoras dos trabalhadores não é mais respondida pela produção, criando um cenário em que “a estrutura de produção se separa progressivamente da capacidade real das necessidades reais de consumo das massas trabalhadoras” (p. 32)

Isso irá refletir na terceira fase, a de realização (ou segunda fase da circulação). Nessa fase do capital-mercadoria, o autor vai apresentar três categorias principais circuladas: bens de consumo necessário (bens-salário), bens de consumo suntuário (consumo não habitual dos trabalhadores) e bens de capital (intercambiado pelos capitalistas). Na realização dessa circulação, os capitalistas recebem seus lucros, porém parte destes não será gasta nem acumulada em nossa economia, já que é transferida para o exterior, destarte, esse montante não participa da fase de realização, reduzindo de forma considerável o mercado interno.

A mais-valia que permanece no país dependente, uma parte se direciona à acumulação e, a outra parte, aos gastos improdutivos (suntuários) dos capitalistas. Essa distribuição de consumo ocorre nas economias centrais, entretanto, a economia dependente possui maior concentração de renda devido ao aumento da mais-valia provocado pela superexploração do trabalho, tornando a mais-valia não acumulada (gastos improdutivos) maior e, por conseguinte, o consumo individual em suntuários também. Com isso, a estrutura de produção se volta para esse setor de consumo, tornando a indústria do ramo mais dinâmica e desenvolvida, não sem motivo ocorre que,

[...] maior parte dos ramos que produzem para o consumo popular, chamados de tradicionais na linguagem desenvolvimentista, tenha pouco dinamismo na contraposição às indústrias denominadas “dinâmicas”, que crescem rapidamente e produzem bens de consumo suntuário ou bens de capital para a produção destes. Essa limitação do mercado, além de influir sobre o aparato produtivo, tende a deslocar parte da circulação de mercadorias em direção ao mercado mundial através da exportação. Para isso concorre de modo determinante o fato de que a massa de mais-valia gerada não permanece integralmente no país, pois parte dela é transferida ao exterior, o que reduz o mercado (MARINI, 2012, p.34)

Com isso, concluímos que a concentração de renda reflete na maior produção dos ramos dos suntuários, logo, aumenta a demanda destes, gerando mais deformações na estrutura econômica em que se apoia o país dependente. Não só isso, Marini observa uma produção voltada para exportação para tornar possível, diante da deformação da estrutura de renda interna, a realização da segunda fase de circulação, do capital-mercadoria.

3 ECONOMIA BRASILEIRA, SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDENCIA: A EXPANSÃO DA AGROEXPORTAÇÃO NO SÉCULO XXI

Nas últimas décadas do século XX, o cenário latino-americano vai sendo tomado pela globalização neoliberal cujas principais características se expressam na internacionalização intensificada dos capitais e das mercadorias, impondo uma reestruturação nos padrões de acumulação. Veremos como esse processo, a partir de 1980, possibilitou finalizar o caminho que o esgotamento do desenvolvimento autônomo nacional já percorria e canalizou novamente a produção latino-americana de produtos primários para o mercado externo.

Assim, o quadro político e econômico revela que devemos fazer ressurgir o pensamento crítico latino-americano com o propósito de apontar o problema que segue assolando nossas terras e riquezas, nossa cultura, nosso povo: a permanência e o fortalecimento das particularidades e tendências que regem a reprodução do capital nas economias dependentes.

3.1 Contexto da nova divisão internacional do trabalho após 1980: políticas neoliberais e implicações na estrutura produtiva do Brasil

A reestruturação da divisão internacional do trabalho se deu a partir do processo de internacionalização do capital produtivo – aumentando a mobilidade de capital e mercadorias –, da difusão científico-tecnológica no processo produtivo e da centralização de capitais. Na sua realização, os governos latino-americanos adotaram as políticas neoliberais, nas quais o Brasil representou seu auge nos governos de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, submetendo às medidas estabelecidas pelo consenso de Washington. Estas consistiam em políticas de abertura comercial, sobrevalorização cambial, abertura financeira, desregulamentação do mercado, desnacionalização, taxas de juros determinadas pelo mercado, superávit fiscal (MARTINS, 2011, p.263).

Assim, de acordo com Marcelo Carcanholo (2008):

a estratégia e a política econômica podem interferir no grau de dependência das economias periféricas em relação ao centro da economia mundial. A implementação das políticas neoliberais, sob a batuta ideológica do Consenso de Washington, aprofundou a condição de dependência ao longo dos anos 1990. O programa neoliberal se caracteriza pela afirmação de uma estabilização macroeconômica (controle inflacionário e fiscal) [...]. Além disso, o programa afirma que a retomada dos investimentos e do crescimento só é possível após uma fase de reformas estruturais, que englobaria: abertura comercial e financeira, desregulamentação dos mercados (principalmente o de trabalho e o financeiro), amplo processo de privatização e liberalização dos preços (pp.262-263)

A resultante desse cenário macroeconômico para a América Latina foi a dissolução de parte dos processos materiais de acumulação desenvolvidos sob as políticas de substituição de importações – particularmente, os segmentos de maior valor agregado, como o de bens de capital – e sua integração em uma nova onda longa expansiva da economia mundial, iniciada nos Estados Unidos em 1994. Essa integração é feita sob a égide de uma nova divisão internacional do trabalho que reespecializa esses segmentos, dirigindo-os para a produção de *commodities*, bens de consumo e componentes industriais de valor agregado inferior ou médio (MARTINS, 2011, p. 305)

No Brasil, o projeto neoliberal apresentou um novo aspecto nos governos de Lula (2003-2010) devido às medidas adotadas, como os gastos sociais e as políticas anticíclicas que aumentaram a capacidade de consumo interno e o assistencialismo. No entanto, o governo petista manteve o tripé macroeconômico adotado no governo de FHC – câmbio flutuante, responsabilidade fiscal e metas de inflação –, e preservou o quadro de abertura ao capital estrangeiro, desnacionalização e dependência tecnológica. Com a aprovação dos grandes grupos capitalistas, o mandato de Lula não pretendia criar um choque de oposição ao agronegócio nem aos conglomerados privados formados no governo antecessor; além disso, a desmobilização social acentuada e sua ruptura com a radicalidade no campo da esquerda abriu o caminho para estratégia de conciliação de classes sob o projeto social-liberal (KATZ, 2015).

O contexto externo favorável configurado pelo ciclo de expansão da economia mundial, de baixas taxas de juros e melhoria dos termos de troca com a bonança das *commodities*, combinado com a execução de programas voltados para demanda interna possibilitou mudanças positivas nos indicadores econômicos no segundo mandato de Lula, como o crescimento das reservas internacionais, a posição externa favorecida, o crescimento do PIB, a redução da pobreza absoluta e o aumento do crédito de consumo (KATZ, 2015).

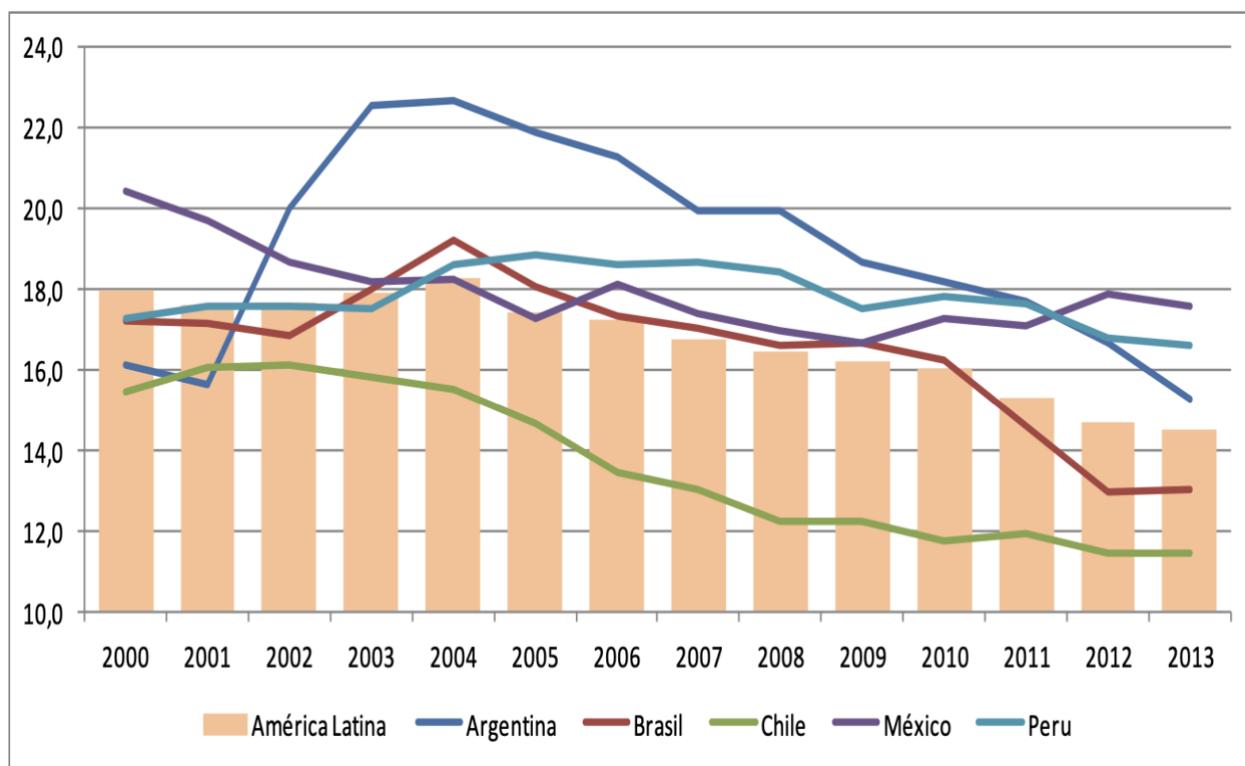
Não obstante o ciclo econômico ascendente que atingiu boa parte dos países latino-americanos e condicionou a estes um maior crescimento econômico, foi posto o fim definitivo do projeto de industrialização para maior autonomia e isso pode ser observado pela destruição dos segmentos de maior valor agregado cujo principal indicador é a participação da indústria manufatureira no PIB:

Há uma nítida contração da participação da manufatura no PIB. Os casos mais acentuados são os do Brasil e da Argentina. No Brasil, a indústria manufatureira representava 33,6% do PIB em 1980. Desde então, se estabelece uma trajetória descendente que se acentua na década de 1990. Em 1990, a participação havia caído para 28,4 e, em 2000, atingia 19,8%. Na Argentina, a queda também se concentra nos anos 1990, o que mostra o papel deletério do comércio exterior para a atividade industrial. Em 1980, a indústria argentina representava 27,9% do PIB; em 1990,

25,2%; e, em 2000, apenas 16,7%. No caso chileno, também se estabelece uma queda nos anos 1990, ainda que mais suave, pois a manufatura passa de 21,7% para 17,4% do PIB, situando-se em termos relativos acima da indústria argentina, submetida a mais de uma década de currency board. O México é o país de melhor desempenho no setor manufatureiro, o que reflete a atuação das maquiadoras. A indústria mexicana representava 22,1% do PIB em 1980 e sofre uma pequena queda para atingir 21,2% em 2000 (MARTINS, 2011, p.333)

Assim, diante das políticas adotadas e da mudança do papel latino-americano na divisão internacional do trabalho, a participação do setor industrial no produto dessa região reduziu de 12,7% (1970-1974) a 6,4% (2002-2006). Como mostrado acima, dentre os países da América Latina, o Brasil e a Argentina sofreram mais contração na indústria manufatureira, o primeiro teve uma redução de 33,6% do PIB em 1980 para 19,8% em 2000, a segunda um declínio de 27,9% do PIB para 16,7% no mesmo período (KATZ, 2020; MARTINS, 2011). Entre 2000 e 2013, podemos verificar no gráfico 3 que a participação da indústria de transformação no valor agregado total na América Latina reduziu de 18,0% para 14,5%; os países da região ilustrados no gráfico tiveram todos redução dessa participação, no Brasil, por exemplo, caiu de 17,2% para 13%.

Gráfico 3: Participação da indústria de transformação no valor agregado total



Fonte: Cepal apud Pinto e Cintra, 2015, p.12.

Criou-se um espaço no plano produtivo dessas economias que foi sendo preenchido gradativamente pelo setor primário durante as primeiras décadas do século XXI, também marcado pelo processo de “desindustrialização” e “reprimarização”. Nesse sentido, há um deslocamento do capital produtivo, estrangeiro e nacional, para o setor primário-exportador, tendo uma significativa ampliação dos bens primários na participação das exportações em detrimento das manufaturas – no caso brasileiro, o primeiro aumentou de 41,6% para 63,6% (crescimento de 53,1%) e a participação da manufatura diminuiu de 58,4% para 36,4% no período entre 2000 e 2013 (PINTO e CINTRA, 2018).

Tabela 8: Exportações por participação de grupo de produtos: primários e manufaturas – América Latina, Argentina, Brasil, Chile, México e Peru (em %)

		Argentina	Brasil	Chile	México	Peru	América Latina
2000	Primários	67,5	41,6	83,8	16,5	79,7	41,8
	Manufaturados	32,5	58,4	16,2	83,5	20,3	58,2
2011	Primários	67,6	65,9	86,2	27,7	86,3	59,8
	Manufaturados	32,4	34,1	13,8	72,3	13,7	40,2
2013	Primários	66,9	63,6	86,1	23,8	85,4	53
	Manufaturados	33,1	36,4	13,9	76,2	14,6	47

Fonte: Cepal apud Pinto e Cintra, 2018, p.173.

Nesse período, os eixos dinâmicos da economia mundial se modificam na presença de uma China fortalecida pela sua grande reserva monetária internacional e pelo seu crescimento acelerado e vemos, a partir disso, crescer o protagonismo da China nas relações comerciais, desempenhando um papel relevante na oferta e na demanda global.

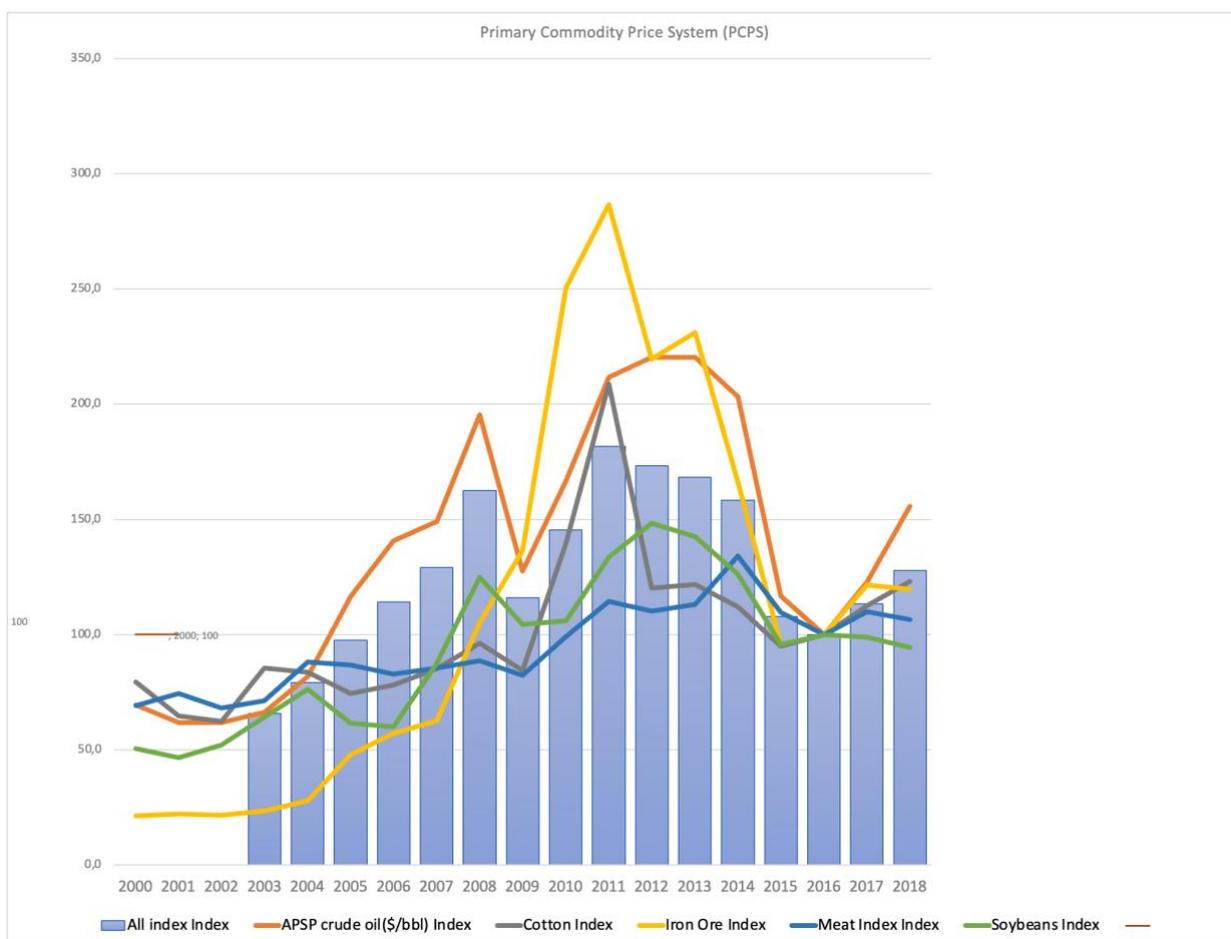
Desde 1978, com a implementação das reformas de Deng Xiaoping, o PIB chinês tem crescido a uma taxa média de 10% entre 1980 e 2010, mas é somente a partir da década de 2000 que esse crescimento contínuo vai alçar a China ao papel de ator relevante na economia mundial em virtude do aumento da sua participação mundial (i) no PIB (de 3,7% em 2000 para 9,3% em 2010, quando suplanta o Japão e torna-se a segunda maior economia mundial); (ii) nas exportações (de 3,9% em 2000 para 10,4% em 2010, quando se torna o maior exportador global); e (iii) nas importações (de 3,4% em 2000 para 9,0% em 2010, quando se torna o segundo importador mundial) (PINTO e CINTRA, 2018, pp.157-158)

O crescimento contínuo do PIB chinês desde 1980 garantiu o papel relevante do país na economia mundial, se tonando um grande importador e o maior exportador global. Nesse sentido, a expansão chinesa criou uma demanda global tanto de bens de capital (máquinas e equipamentos e produtos finais) como de commodities (produtos agrícolas, minerais, petróleo

etc.). O esforço dos países latino-americanos, sobretudo o Brasil, não direcionou para atender as demandas por bens de capital e poder disputar esse mercado e diversificar as exportações, mas sim incentivou prioritariamente o setor primário a ganhar ainda mais espaço na pauta exportadora (MARTINS, 2011, pp.322-323).

A China provocou grandes modificações e tendências na economia mundial, uma delas foi a elevação dos preços internacionais das *commodities* que, de acordo com Pinto e Cintra (2018, p.159), aumentou 195% entre 2003 e 2011 e o índice de preços de alimentos, metais e energia cresceram, respectivamente, 107%, 278% e 249%. O gráfico 4 tem como objetivo mostrar, no período entre 2000 e 2018, a evolução do índice geral de preços de commodities e o índice de preço das principais *commodities* exportadas do Brasil para a China – entre elas estão a soja, óleo bruto de petróleo, carnes, minério de ferro e algodão.

Gráfico 4: Índices de preços de commodities (2000-2018)



Nota: 2016=100

Fonte: FMI. Elaboração própria.

Como podemos observar no gráfico acima, o aumento considerável do índice de preços das commodities favoreceu o contexto externo e possibilitou provisoriamente os termos de troca a favor do Brasil. Essa conjuntura proporcionou uma melhora na economia brasileira, sendo um dos fatores que moveram para cima a taxa de crescimento do PIB, em contrapartida, o autor Claudio Katz observa que:

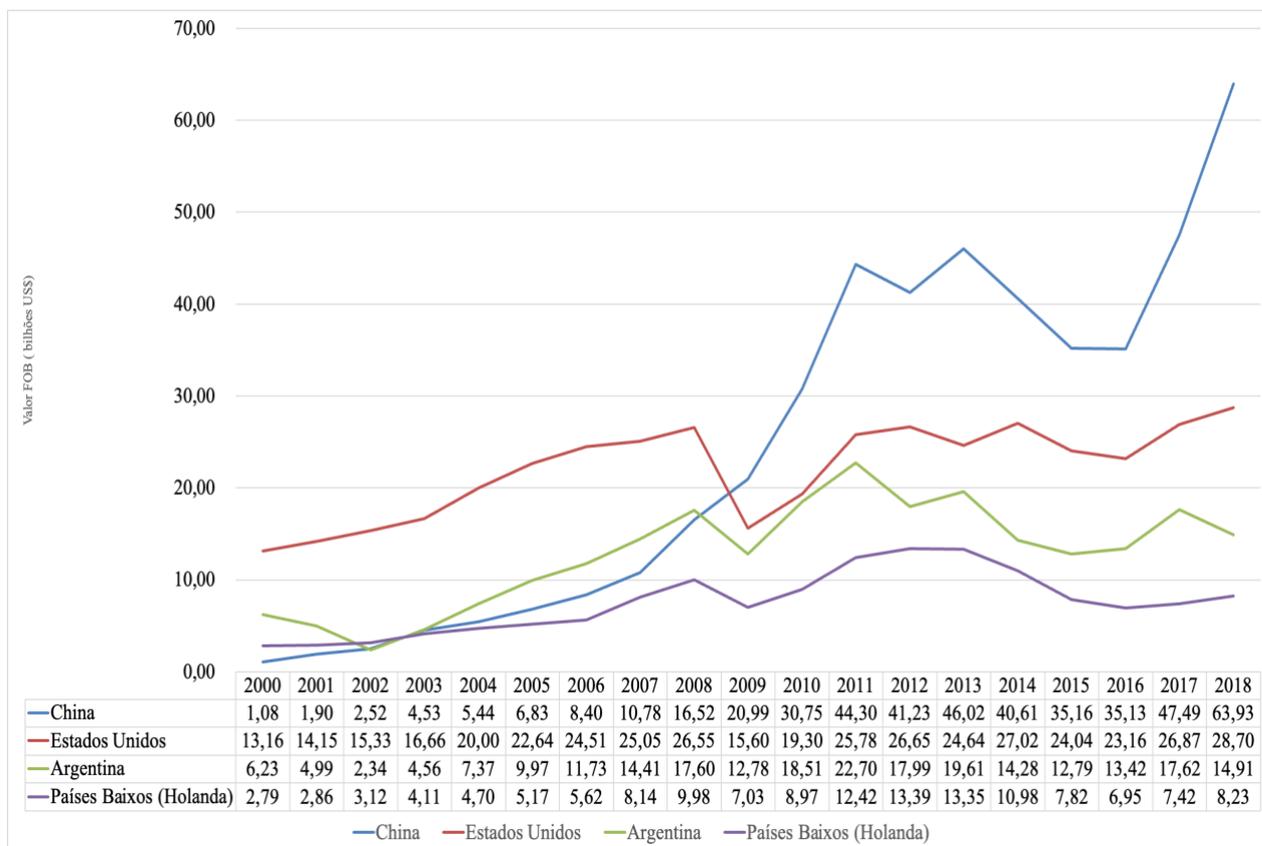
En el caso brasileño la tasa de crecimiento 2006-2013 ha sido muy baja en comparación a períodos precedentes y estuvo sostenida en esquemas de endeudamiento para expandir el consumo. La tasa de inversión (17%-20% del pbi) fue inferior a la media histórica y el pago de intereses de la deuda (40%-45% de la recaudación fiscal) continúa agobiando a la economía [...] Un proyecto neodesarrollista industrializador choca en Brasil con la prioridad asignada a la agroexportación, en desmedro del desenvolvimiento manufacturero. El país depende cada vez más del agronegocio y esta limitación es incluso reconocida por las visiones más afines al modelo actual (KATZ, 2015, p. 173)

No trecho acima, o autor compara a taxa de crescimento entre 2006 e 2013 com os anos do milagre econômico brasileiro entre o final da década de 1960 e início de 1970, ademais, esse crescimento recente não foi acompanhado de uma taxa de investimento que fosse maior que a média histórica, o pagamento de juros da dívida continuou sendo priorizado e o projeto neodesenvolvimentista industrializador não encontrou espaço na economia brasileira cuja prioridade era incentivar o setor agroexportador.

Por isso, quando a China entra na disputa pela hegemonia econômica e vemos acontecer uma transição para multipolaridade, consolidou-se de vez o reposicionamento em curso das economias dependentes latino-americanas na divisão internacional do trabalho que vincula ao setor agroexportador. Aqui, deu-se o início ao novo padrão exportador de reprodução do capital de especialização produtiva. Veremos, por ora, algumas das implicações que isso gerou na produção econômica do Brasil e nas suas relações comerciais no período referente à bonança das *commodities*.

No Brasil, houve uma melhora nos termos de intercâmbio e um crescimento significativo do fluxo comercial com a China. O gráfico 5 mostra o comércio bilateral brasileiro com a China entre o período de 2000 e 2011; podemos ver que a participação da China em nossas importações aumentou de 2,2% em 2000 para 15,5% em 2011, no caso dos destinos das exportações brasileiras, a China representou cerca de 2% do total em 2000, aumentando para 17,3% em 2011 (HIRATUKA e SARTI, 2016, p.87).

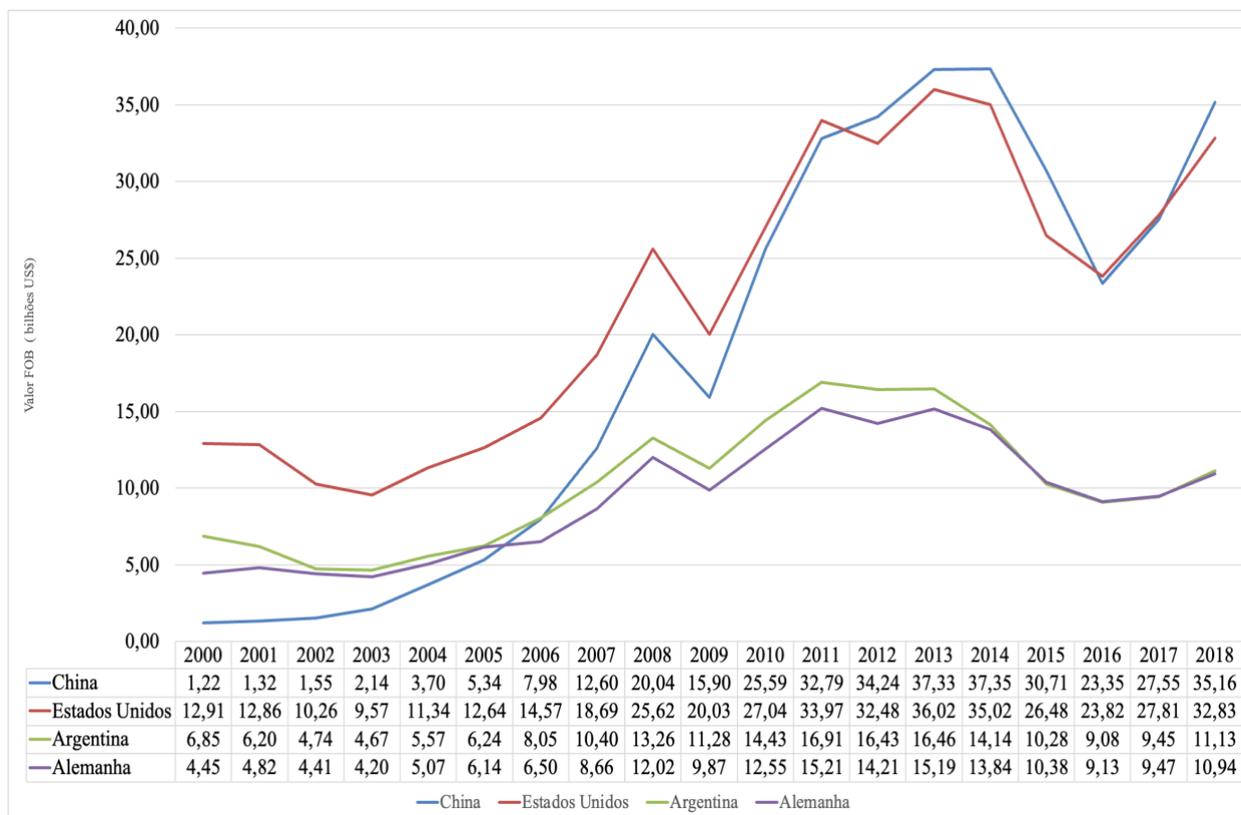
Gráfico 6: Principais destinos das exportações do Brasil (2000-2018)



Fonte: Secex/MDIC (<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/103369>). Elaboração própria.

No gráfico 7, podemos verificar a linha do tempo dos principais fornecedores do Brasil. Até 2005, a China ainda estava atrás de algumas das principais origens das importações brasileiras, o cenário modifica a partir de 2012, quando a China passou a ser o primeiro maior fornecedor de produtos, deixando os Estados Unidos como o segundo maior fornecedor; alguns anos depois houve um declínio das importações brasileiras no período marcado pela crise política e econômica no país; entretanto, a partir de 2017, nossa importação vinda da China voltou novamente a crescer de forma contínua e acelerada.

Gráfico 7: Principais origens das importações do Brasil (2000-2018)



Fonte: Secex/MDIC (<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/103370>). Elaboração própria.

Com esses dados, podemos observar com clareza o estreitamento das relações comerciais do Brasil com a China nas primeiras décadas do século XXI. Por isso, é importante trazeremos o percentual de cada categoria no total de exportações brasileiras para a China e no total de importações brasileiras da China, entre 2000 e 2011, para maior compreensão do caminho que a nossa estrutura produtiva estabeleceu nesse período. Os dados da tabela 9 mostram que os produtos primários possuem maior peso entre todas as categorias na exportação brasileira para a China, chegando a participar de 83% do total em 2011. A segunda maior participação é da categoria de produtos intensivos em recursos naturais que chegou no seu auge em 2004 com uma participação de 19,3% do total; todas as categorias de produtos manufaturados tiveram perda e mantiveram no patamar mais baixo de participação nessas exportações.

Tabela 9: Exportações brasileiras para a China por categoria de produto
(Em %)

Participação no total	Participação das categorias no total de exportações para a China				Participação no total de cada categoria			
	2000	2004	2008	2011	2000	2004	2008	2011
Produtos primários	66,7	60,0	77,3	83,7	6,5	12,9	18,3	31,7
Produtos intensivos em recursos naturais	13,8	19,3	12,2	10,3	1,0	4,2	4,2	7,7
Manufaturados intensivos em trabalho	5,1	4,4	2,8	1,8	0,8	2,4	2,9	4,7
Manufaturados intensivos em escala	5,9	10,7	3,6	1,8	0,6	2,8	1,6	2,2
Manufaturados por forn. especializados	3,2	4,0	2,0	0,7	0,7	2,5	2,1	1,8
Manufaturados intensivos em P&D	5,4	1,6	2,1	1,8	0,9	1,3	2,8	7,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	2,0	5,6	8,3	17,3

Fonte: Secex/MDIC in HIRATUKA e SARTI, 2016, p.88.

A principal categoria de exportação do Brasil para a China é composta por produtos primários. Já nas importações brasileiras da China (tabela 10), as categorias predominantes são distintas, consistindo sobretudo em manufaturados. Entre os anos 2000 e 2011, verifica-se uma redução da participação da categoria de produtos primários, chegando a representar apenas 2,5% do total de importações da China em 2011. Entre as categorias, a distribuição pendeu mais para os produtos manufaturados intensivos em trabalho e escala e manufaturados por fornecedores especializados, isto é, o Brasil passou a importar mais desses manufaturados da China e permaneceu importando, em patamares elevados, os produtos de manufaturados intensivos em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Tabela 10: Importações brasileiras da China por categoria de produto
(Em %)

Participação no total	Part. das categorias no total de importações da China				Part. no total de cada Categoria			
	2000	2004	2008	2011	2000	2004	2008	2011
Produtos primários	8,0	10,4	4,2	2,5	1,3	3,1	2,6	2,4
Produtos intensivos em recursos naturais	13,6	9,9	10,8	9,6	1,3	2,7	5,4	6,0
Manufaturados intensivos em trabalho	18,5	14,9	16,0	19,4	4,9	11,4	23,7	30,6
Manufaturados intensivos em escala	14,1	15,4	19,1	21,7	2,2	6,7	13,5	16,2
Manufaturados por forn. especializados	20,7	18,7	24,2	26,4	2,2	5,9	15,7	20,7
Manufaturados intensivos em P&D	25,0	30,8	25,6	20,4	2,7	9,6	18,5	20,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	2,2	5,9	11,6	14,5

Fonte: Secex/MDIC in HIRATUKA e SARTI, 2016, p.89.

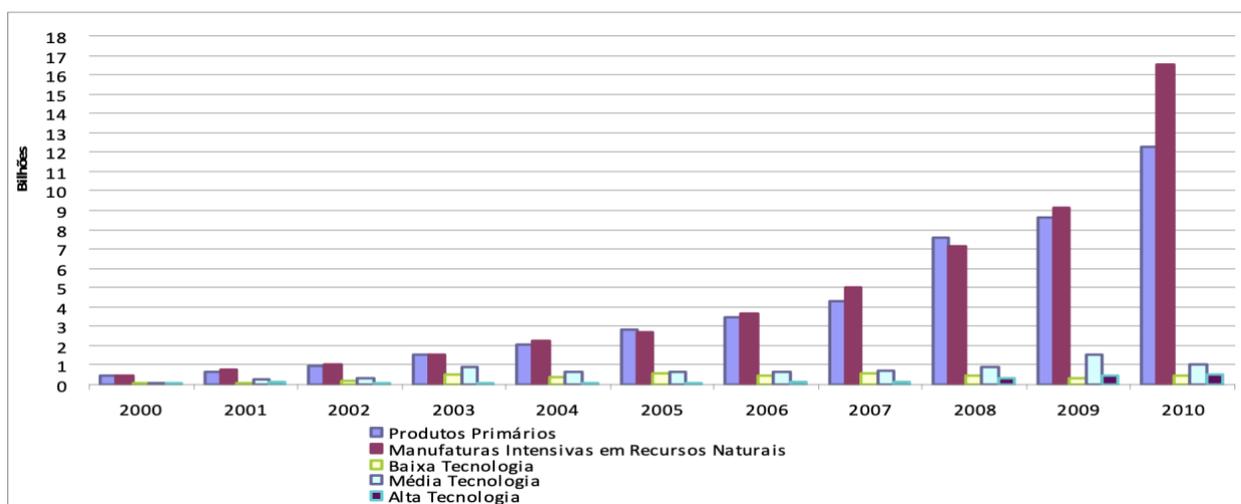
Com a ascensão da China como principal parceira comercial e o avanço do padrão exportador no Brasil, é crucial notar, a partir dos dados apresentados nas tabelas acima, que a produção destinada à exportação não demonstra uma diversificação, mas sim uma tendência a especialização produtiva exportadora. Assim, o Brasil se consolida como grande abastecedor de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial¹³. Segundo Jaime Osorio (2012),

Fala-se em especialização produtiva como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou maquila) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Em torno desses eixos, como produção de petróleo e derivados, soja, montagem de automóveis com graus diversos de complexidade, extração e processamento de cobre e outros minerais, maquila eletrônica, call center etc., articula-se a nova reprodução do capital, propiciando um tipo de especialização em atividades como as mencionadas, que tendem a concentrar os avanços tecnológicos que atingem a região (p.111)

Além disso, a especialização produtiva exportadora, baseada em um número limitado de atividades que centralizam o dinamismo da produção, não se integra organicamente à estrutura produtiva local, pois ainda depende do exterior para adquirir boa parte, por exemplo, de equipamentos agrícolas, de insumos, de tecnologias avançadas para a produção (op.cit., p.113). Nos gráficos 8 e 9, é possível visualizar com clareza as diferenças entre as pautas exploradoras e importadoras do Brasil na sua relação comercial com China. Entre 2000 e 2010, a diferença se traduz na reprimarização da pauta exportadora e na maior dependência de produtos de alta tecnologia.

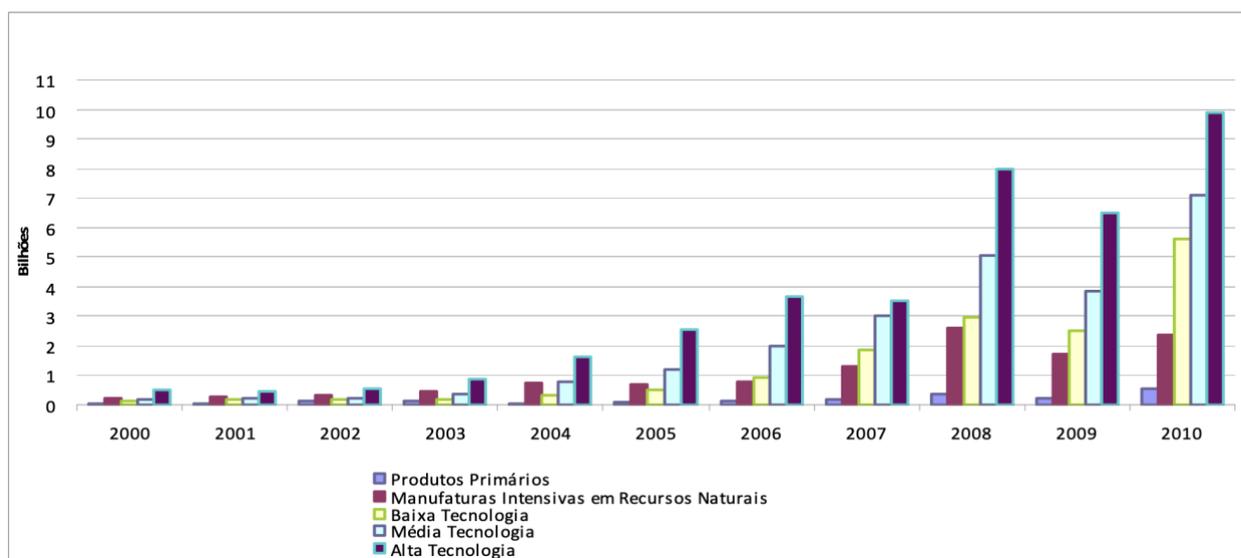
¹³ Países centrais, como os Estados Unidos, também são grandes produtores do agronegócio, porém aqui não assumem o mesmo significado que nos países dependentes – “Em 2015, os EUA eram o maior produtor de soja do mundo e o Brasil, o segundo maior produtor. Mas o que define o caráter da economia dos EUA não é ser produtora de soja, ao passo que a produção de soja diz muito sobre o caráter da economia brasileira” (LUCÉ, 2018, p.30, nota 15).

Gráfico 8: Pauta exportadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto



Fonte: UNComtrade in Acioly, Pinto e Cintra (IPEA, 2011,p.6).

Gráfico 9: Pauta importadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto



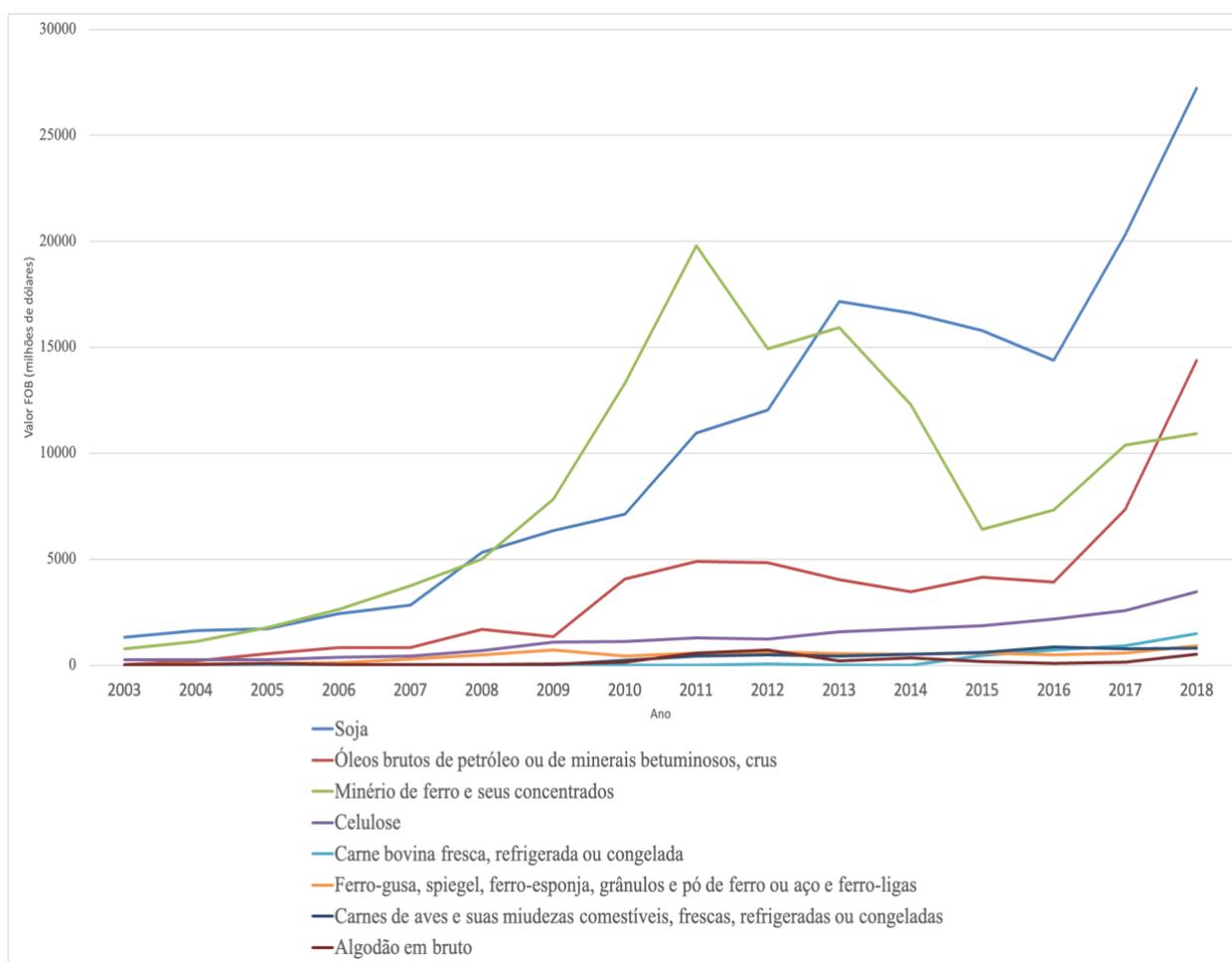
Fonte: UNComtrade in Acioly, Pinto e Cintra (IPEA, 2011,p.7).

Se observarmos o gráfico 10, os principais produtos exportados do Brasil para China, entre 2003 e 2018, foram minérios, petróleo e bens agropecuários. Nos governos do PT (2002-2016), a exportação da soja em valor teve um notável crescimento – que passou de aproximadamente 1 bilhão de dólares em 2003 para mais de 17 bilhões de dólares em 2013 –, uma exportação impulsionada pelo favorecimento dos termos de troca e pela alta demanda da

China. No entanto, após esse período ascendente, houve um leve declínio a partir de 2014¹⁴ devido a queda dos índices de preços da soja¹⁵.

Após o período de crise política que resultou na destituição da presidente Dilma Rousseff, a exportação de soja retomou seu crescimento acentuado no governo de Michel Temer. Este último estagnou o financiamento da agricultura familiar e facilitou o avanço do agronegócio com a aprovação da Medida Provisória 759/2016 (conhecida como MP da grilagem) cujo objetivo era a regularização fundiária rural e urbana, atendendo o mercado de terras e expandindo a fronteira agrícola (CAMPELO, 2017). Assim, ao elevar a quantidade exportada de soja para a China, a venda ultrapassou 27 bilhões de dólares em 2018.

Gráfico 10: Principais exportações brasileiras para a China por grupo de produto



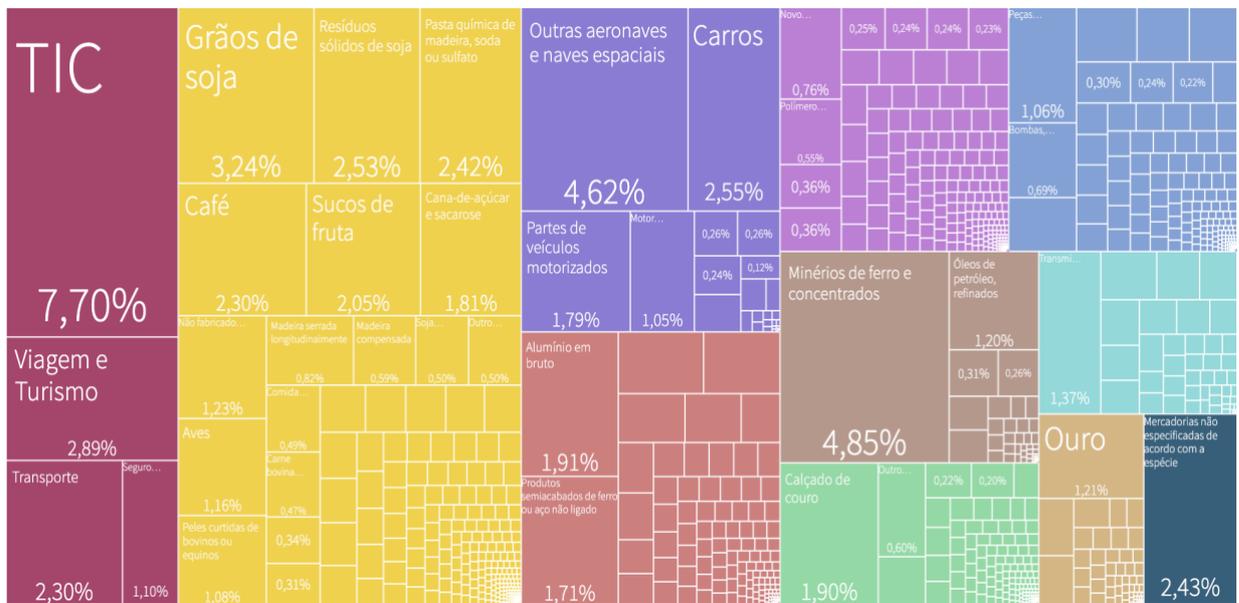
Fonte: Secex/MDIC. Elaboração própria.

¹⁴ Pelos dados da Comexstat (Secex/MDIC), a quantidade por quilograma líquido exportada para China em 2013, 2014, 2015 e 2016 foram, respectivamente, cerca de 32,2 bilhões, 32,6 bilhões, 40,9 bilhões e 38,5 bilhões. A quantidade exportada aumentou e mesmo assim o valor exportado diminuiu entre os anos 2014 e 2016. Após esse período o índice de preços da soja continuou baixo, porém a quantidade líquida exportada aumentou mais ainda para compensar – em 2017 e 2018 foram, respectivamente, 53,7 bilhões e 68,5 bilhões.

¹⁵ Ver gráfico 4 do presente trabalho.

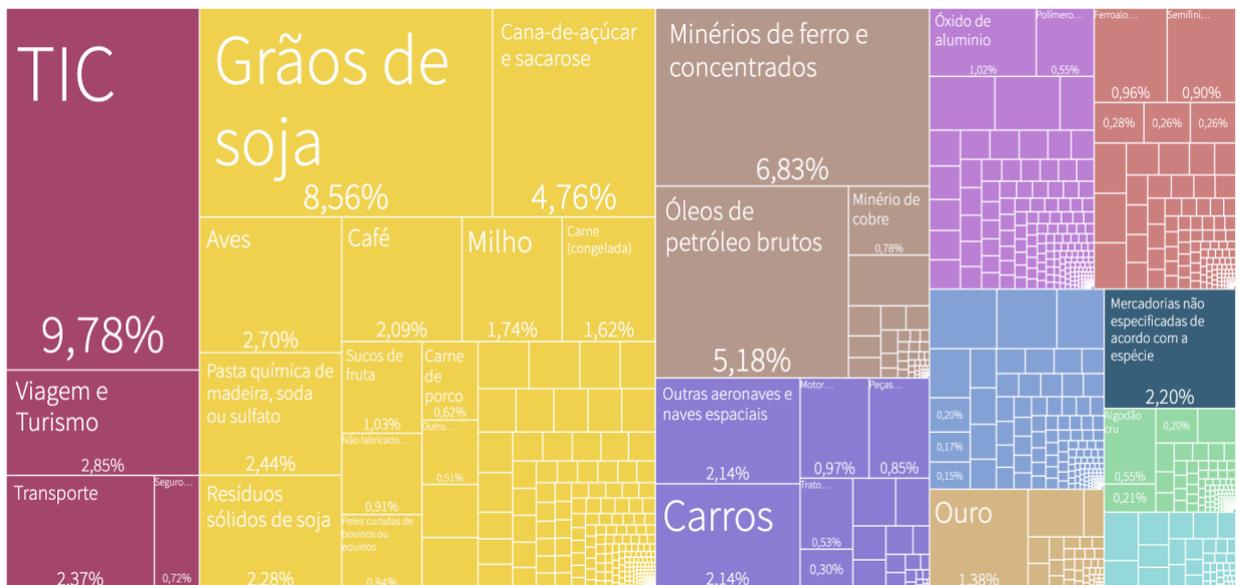
Outros que tiveram destaque na exportação para a China foram os óleos brutos de petróleo e o minério de ferro. Visivelmente, nas figuras 3 e 4, podemos observar como esses produtos e a soja se tornaram extremamente relevantes no total das exportações do Brasil. Em 2000, os grãos de soja, minérios de ferro e o óleo de petróleo correspondiam a 3,24%, 4,85% e 1,20%, respectivamente, do total das exportações brasileiras. Esses números aumentaram para 8,56%, 6,83% e 5,18% em 2016, demonstrando um crescimento considerável nessas participações ao longo do período.

Figura 3: Participação dos produtos na exportação do Brasil em 2000



Fonte: Atlas of Economic Complexity – Center for International Development at Harvard University.

Figura 4: Participação dos produtos na exportação do Brasil em 2016



Fonte: Atlas of Economic Complexity – Center for International Development at Harvard University.

Assim, em 2016, destaca-se o notório peso dos produtos primários entre os principais bens de exportações, ao passo que observamos uma queda na participação dos setores de eletrônicos (azul claro), máquinas (azul escuro), têxteis (verde) e veículos (roxo escuro). Esse cenário já poderia ser notado na comparação da distribuição setorial das exportações entre 2000-2002 e 2007-2009, como mostra a tabela 11 – as matérias-primas ganharam espaço na distribuição (de 23,7% para 33,6%), enquanto as manufaturas com tecnologia alta, média e baixa perdeu (de 47,1% para 39,1).

Tabela 11: Distribuição setorial das exportações do Brasil 2000-2002 e 2007-2009 (em %)

	Matérias-primas	Manufaturas baseadas em recursos naturais	Manufaturas com tecnologia alta, média e baixa	Serviços
2000-2002	23,7	21,8	47,1	7,5
2007-2009	33,6	19,8	39,1	7,4

Fonte: Cepal, Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe 2009-2010.

Por outro lado, ao analisar as importações totais do Brasil (figura 5), observamos que os setores de eletrônicos, máquinas, têxteis e veículos possuem uma participação mais expressiva. Isso sugere que o país ainda depende da importação de produtos como equipamentos, bens intermediários, bens de consumo e serviços, sendo a tecnologia da informação e comunicação (TIC – destaque em rosa) o item com maior destaque, representando 18,71% do total das importações brasileiras.

3.2 Novo padrão exportador de especialização produtiva: categoria da superexploração no setor agroexportador na região do Matopiba entre 2016 e 2019

O neoliberalismo se traduz no movimento que vai ampliar a circulação mundial de capitais e mercadorias, eliminando quaisquer obstáculos que as impediavam de circular. Esse cenário se manifesta devido à perda de capacidade da reprodução ampliada do capitalismo de produzir mais-valia, sendo a apropriação desta o componente central da acumulação de capital. Nesse sentido, faz-se necessário conduzir à mundialização da lei do valor e, com isso, possibilitar o aumento do comércio e dos fluxos internacionais de capital, integrando mercados nacionais e internacionais. Em suma, o neoliberalismo nada mais é que a vigência da lei do valor desenvolvida mundialmente. No entanto, a lei se estabelece com desvios, uma vez que a mundialização da lei do valor encontra limitações ao se fundar em contradições internas, as quais não permitem seu desenvolvimento pleno. Sobre isso, Carlos Eduardo Martins (2011) observa:

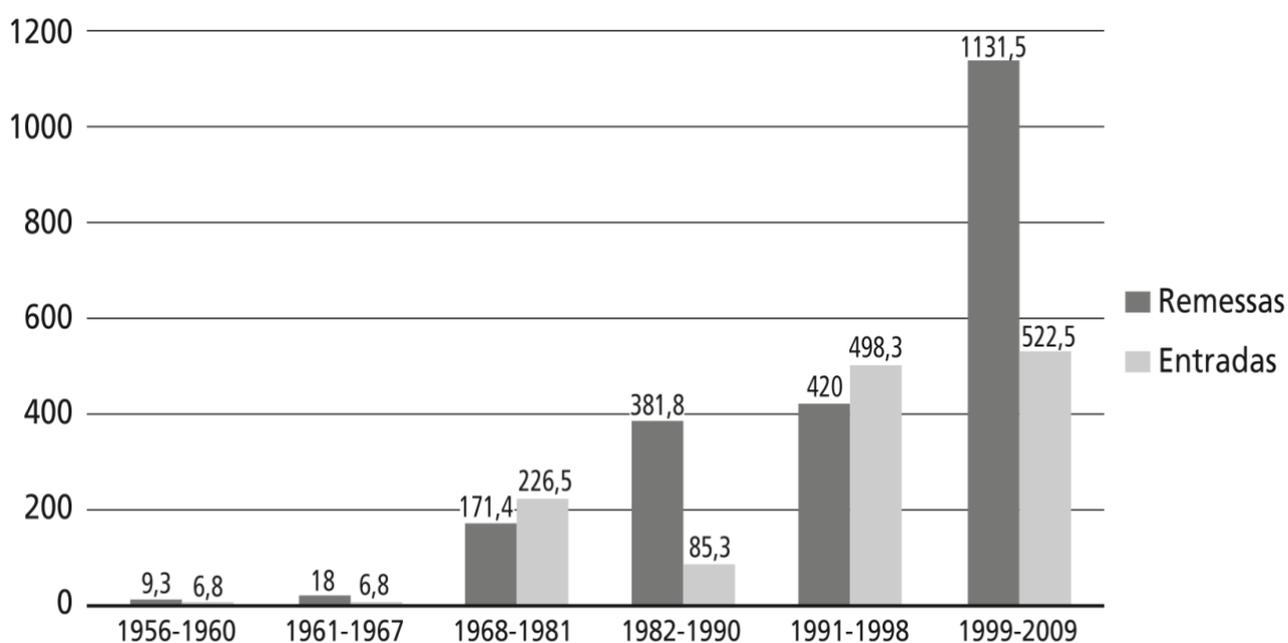
[a tendência geral da acumulação de capital] supõe, sobretudo durante a fase de globalização, a concentração de capital e o monopólio, significando barreiras de entrada e restrições crescentes à mobilidade do capital particular. A contrapartida desse processo é que o nivelamento da taxa de lucro na economia mundial se realiza em grande parte por meio da superexploração do trabalho, quando o capital de menor composição técnica não consegue se deslocar para partilhar a massa de mais-valia que lhe foi apropriada pelos ramos de maior intensidade tecnológica ou quando não tem como migrar para um ramo de composição superior, se o seu sofre o descenso da taxa de lucro. Mencionamos, por outro lado, que a superexploração, ao constituir-se em um expediente de nivelamento da taxa de lucro, representa um limite ao seu pleno desenvolvimento, em função de sua menor capacidade relativa para criar mais-valia, que restringe o nivelamento da composição técnica do capital (p.142)

Conforme destacado nos capítulos anteriores, a mundialização da lei do valor conduz à monopolização, facilitando a transferência de valor e, por conseguinte, desencadeando implicações que agudizam as contradições internas das economias subdesenvolvidas e provocam nelas a reprodução ampliada da dependência. Assim, vamos traçar, sumamente, as tendências nas últimas décadas das formas de transferências de valor para as economias centrais. Dentre essas formas, destacamos a deterioração dos termos de troca, as remessas de lucros, royalties e dividendos e a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio. Por fim, frente ao novo padrão exportador de especialização produtiva, investigaremos a atuação da categoria de superexploração da força de trabalho na região do Matopiba, onde a estrutura produtiva está sendo dominada pelo modelo de agroexportação, especialmente no cultivo de soja.

Em outro momento do presente trabalho, mostramos em dados a entrada e saída de capitais na América Latina, isto é, uma forma de transferência de valor mediante remessas de

lucros. No gráfico 11 e 12, temos uma serie histórica, incluindo os anos mais atuais, que compara as entradas de capital estrangeiro e remessas de lucros, juros e serviços não fatorais. Podemos concluir nos gráficos que as remessas superaram as entradas de capital estrangeiro nos países dependentes latino-americanos na maioria dos períodos apurados¹⁶. No último período (1999-2009), o aumento do capital estrangeiro no processo de acumulação das economias dependentes teve um efeito exorbitante na descapitalização desses países. Para todo o período analisado (1959-2009), os dados do gráfico 12 revelam também que as remessas de lucros, juros e serviços não fatorais superam as entradas de capital externo. Na atualização desses dados, Martins (2022) relata que no período de 2010 a 2014, as saídas totalizaram US\$ 1,086 bilhão, enquanto as entradas foram de US\$ 1,081 bilhão. Entre 2015 e 2016, em apenas um ano, as saídas alcançaram US\$ 398 bilhões e as entradas foram de US\$ 281 bilhões (p.33).

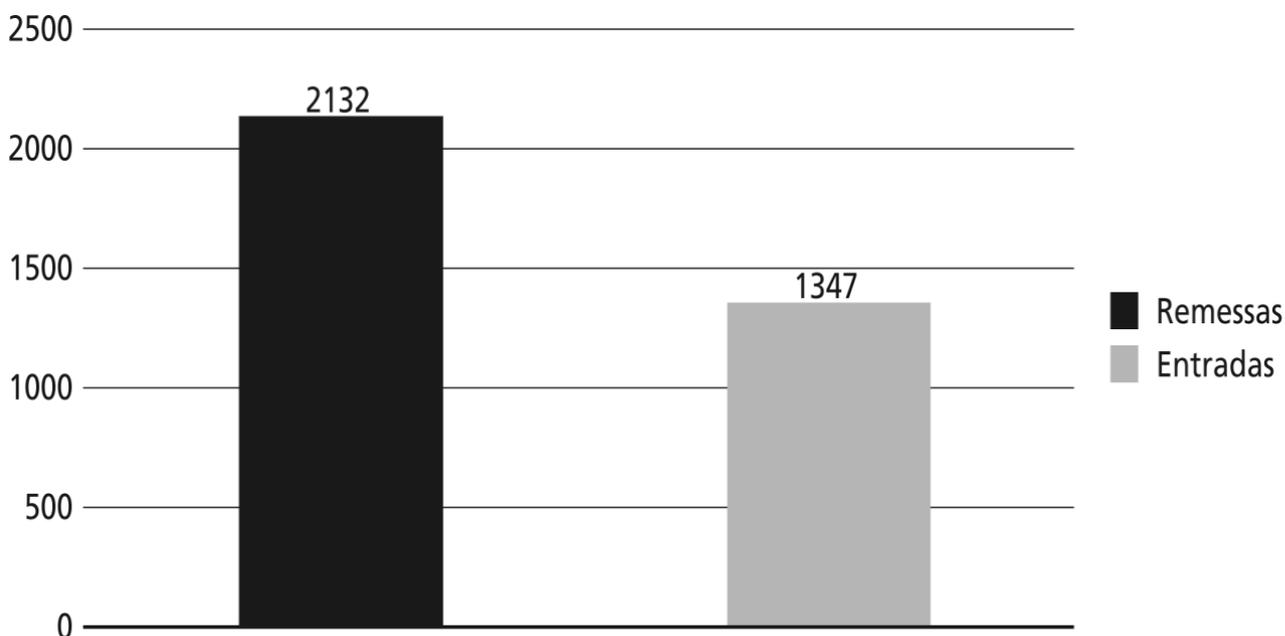
Gráfico 11: Remessas de lucros, juros e serviços não fatorais versus entrada de capital estrangeiro (bilhões de US\$)



Fonte: Cepal (1985, 1992 e 2010). Excluem-se viagens dos serviços não fatoriais. In Martins, 2011, p.249.

¹⁶ Segundo Mathais Luce (2018), os períodos da década de 1970 e 1990, em que as remessas não superaram as entradas, foram marcadas, respectivamente, por uma liquidez internacional oriunda do eurodólar e por investimentos externos direto atraídos pela desnacionalização de empresas (p.67)

Gráfico 12: Remessas de lucros, juros e serviços não fatorais versus entrada de capital estrangeiro – 1956-2009 (bilhões de US\$)



Fonte: Cepal (1985, 1992 e 2010). Excluem-se viagens dos serviços não fatoriais. In Martins, 2011, p.248.

Vimos que os investimentos externos nos países dependentes se desdobram em remessas de lucros, realizando a transferência de valor. Ademais, além das origens dos investimentos terem se diversificado com o protagonismo da China na economia mundial, a finalidade desses investimentos também modificou, direcionando-se para extração e processamento de matérias-primas (LUCE, 2018, p.64). Entre 2003 e 2011, houve um aumento do investimento estrangeiro direto (IDE) na região latino-americana de US\$ 46 bilhões para US\$154 bilhões, destinados sobretudo à produção de matérias-primas (PINTO e CINTRA, 2018, p.171).

Com a crescente relação comercial entre a China e a América Latina, houve uma significativa ampliação dos investimentos e concessões de crédito chineses na região, sendo o Brasil um dos países notavelmente inseridos nesse cenário. Um exemplo que podemos destacar são os empréstimos chineses concedidos ao segmento petrolífero brasileiro:

Os bancos de desenvolvimento chineses adotam, por um lado, condicionantes financeiros e políticos menos rigorosos do que os bancos ocidentais e, por outro, realizam exigências vinculadas (contratos de longo prazo de fornecimento de recursos naturais, especialmente petróleo) às suas estratégias nacionais. O caso emblemático desse processo foi o empréstimo de US\$ 10 bilhões que o China Development Bank concedeu à Petrobras, exigindo em contrapartida a assinatura de um contrato com a estatal chinesa Sinopec que garante o fornecimento por dez anos de 150 mil barris/dia no primeiro ano e de 200 mil barris/dia nos anos seguintes, a preços de mercado. Exigiu ainda a compra de equipamentos chineses no valor de US\$ 3 bilhões (PINTO e CINTRA, 2018, p.178)

Os projetos de investimentos têm como objetivo alimentar os setores como energia, mineração, petróleo e agronegócio e poder, com isso, aumentar a eficiência do complexo exportador do Brasil. Como exemplo, temos a Agrex do Brasil controlada pela japonesa Mitsubishi Corporation que atua em mais de 70 mil hectares nas terras brasileiras, produzindo soja nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Goiás. Outro caso que temos são os investimentos da empresa chinesa Chongqing Grain Group direcionadas às grandes aquisições de terra na ordem de US\$ 300 milhões e à produção de soja no nordeste brasileiro (CASTILHO, 2017; FRISCHTAK; SOARES; O'CONNOR, 2013, p.55).

Com relação a IED praticados em 2011, no setor de agronegócios a atuação em evidência foi da empresa Chongqing Grain Group, num investimento de US\$ 4 bilhões na instalação de um pólo de 100 mil hectares para processamento de soja e fertilizantes em Barreiras, na Bahia, além do desenvolvimento de um sistema de armazenagem e logística de grãos. Outra ação destacada foi a da chinesa Chongqing Huapont Pharm, que anunciou uma aquisição de 7,5% na brasileira CCAB Agro no valor de US\$ 20 milhões, com o objetivo de potencializar e expandir o core business da corporação chinesa principalmente na área de defensivos agrícolas (WANG; FARIA; CARVALHO, 2013, p.7)

O fluxo do IDE chinês não se limitou aos setores de produtos primários, os investimentos se estenderam também para montagem de manufaturados, telecomunicações e têxtil, sendo uma forma de impulsionar a demanda por produtos tecnológicos chineses. Ademais, as grandes corporações chinesas se tornaram também investidores no desenvolvimento da infraestrutura no Brasil, desempenhando um papel essencial na construção de portos e nos ramos de transporte e energia, o que pode otimizar a eficiência nas transações de mercadorias primárias que os chineses importam (PINTO e CINTRA, 2018).

O Brasil, dada a abundância de recursos naturais, tem grande potencial de gerar renda diferencial e renda absoluta de monopólio. Karl Marx abordou sobre a teoria da renda da terra na sua obra *O Capital*; nela, explicou as diferenças formas que a renda da terra poderia assumir. Primeiro seria a renda absoluta que se refere a propriedade do solo; segundo, a renda absoluta de monopólio quando o terreno ou recurso natural tem controle monopolista; a terceira é a renda diferencial equivale a “renda em comparação à terra marginal, ao terreno menos fértil”, assim, a renda é realizada “no âmbito da concorrência intercapitalista e é alcançada quando um terreno opera com produtividade superior à da terra marginal, a qual atua como critério de comparabilidade” (LUCE, 2018, p.68). A renda diferencial se encontra através de duas formas – como renda diferencial I, quando se produz mais riqueza a partir de uma maior fertilidade natural da terra; e como renda diferencial II, quando riqueza superior é criada com a aplicação de capital constante, permitindo potencializar a extração da fertilidade da terra.

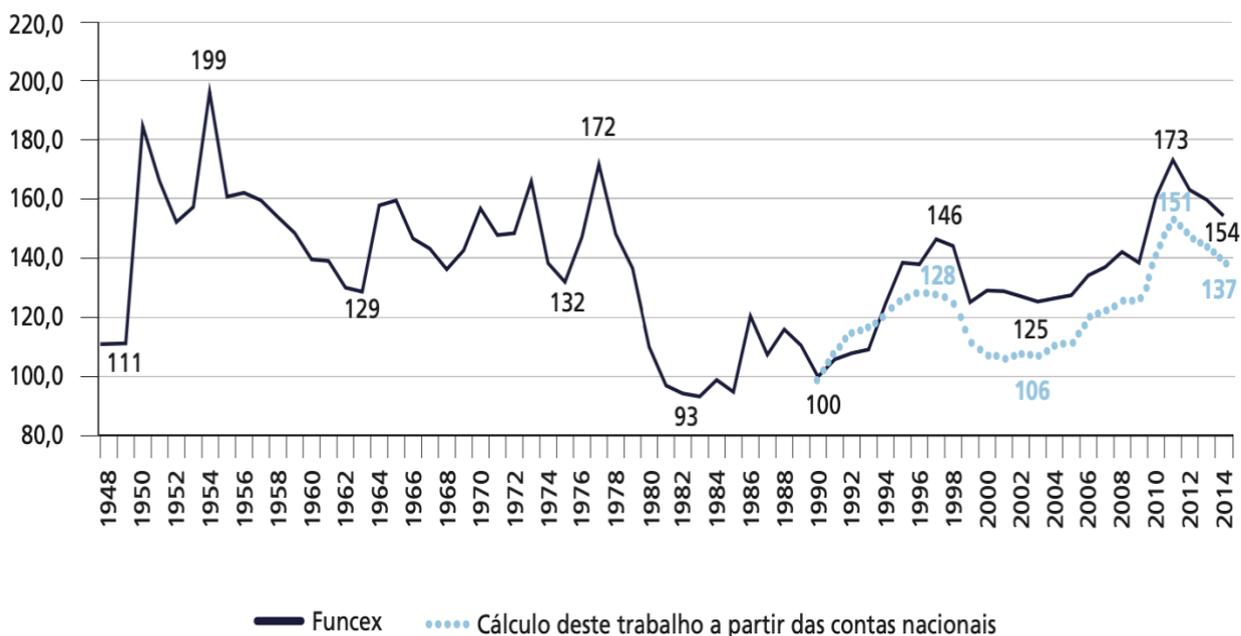
Para entender como pode se dar a transferência de valor mediante a renda diferencial, Mathias Luce (2018) descreve um exemplo:

A empresa Vale, que controla a mina de Carajás e que possui maior grau de pureza do minério de ferro no mundo, gera por essa razão, renda diferencial I. Na mesma unidade de Carajás, no momento em que este livro é publicado, estão sendo implementados investimentos em meios de produção, por meio do projeto denominado SD11, cuja tecnologia incrementará a produtividade, proporcionando renda diferencial II. Nem toda essa renda diferencial fica em solo brasileiro, apesar de as riquezas minerais, no texto da Constituição Brasileira, pertencerem à nação. Grande parte da renda do minério de ferro flui para remunerar os acionistas privados da Vale e também para pagar o capital constante importado (máquinas e equipamentos) utilizado para a exploração do minério. Esses lucros apropriados são portadores de quantum de renda diferencial, que se realiza na forma de lucro extraordinário e assumindo relações de intercâmbio de não-equivalentes que flui para fora do país (p.72)

Conclui-se que a maior parte da renda diferencial gerada nos países dependentes é apropriada pelos países dominantes, proporcionando a estes a obtenção de um lucro extraordinário. Ao analisarmos a mercadoria soja, por exemplo, podemos considerá-la uma riqueza proveniente do cultivo do solo e que traz consigo um *quantum* de renda da terra. Por isso, quando o lucro apropriado por empresas exportadoras possui parte da renda diferencial, a burguesia agrária tende a compensar suas perdas com o mecanismo da superexploração da força de trabalho.

Acerca da deterioração dos termos de troca, o gráfico 13 mostra a evolução dos termos de troca do Brasil de 1947 a 2014, podemos observar grandes oscilações em períodos curtos. Entre 1949 e 1954, os termos subiram em 78%, caindo em seguida 35% até 1963; entre 1977 e 1981, teve uma queda de 44%. Posteriormente, as variações permaneceram, tendo um crescimento mais acentuado entre 1993 e 1997 de 35%. De 2009 a 2011, o aumento foi de 25%; em seguida teve um movimento de queda, em 2014, os termos de troca estavam 11% mais baixos do que em 2011 (BASTOS E FERREIRA, 2016, p.7).

Gráfico 13: Brasil: termos de troca (PX/PM) (1948-2014)
(1990 = 100)



Fonte: Funcex e Ipeadata in Bastos e Ferreira, IPEA, 2016, p.8.

* Note-se que os dados da Funcex se referem apenas ao comércio exterior de bens, ao passo que as Contas Nacionais consideram o comércio exterior de bens e de serviços.

*PX: preços das exportações do país

PM: preços das importações do país

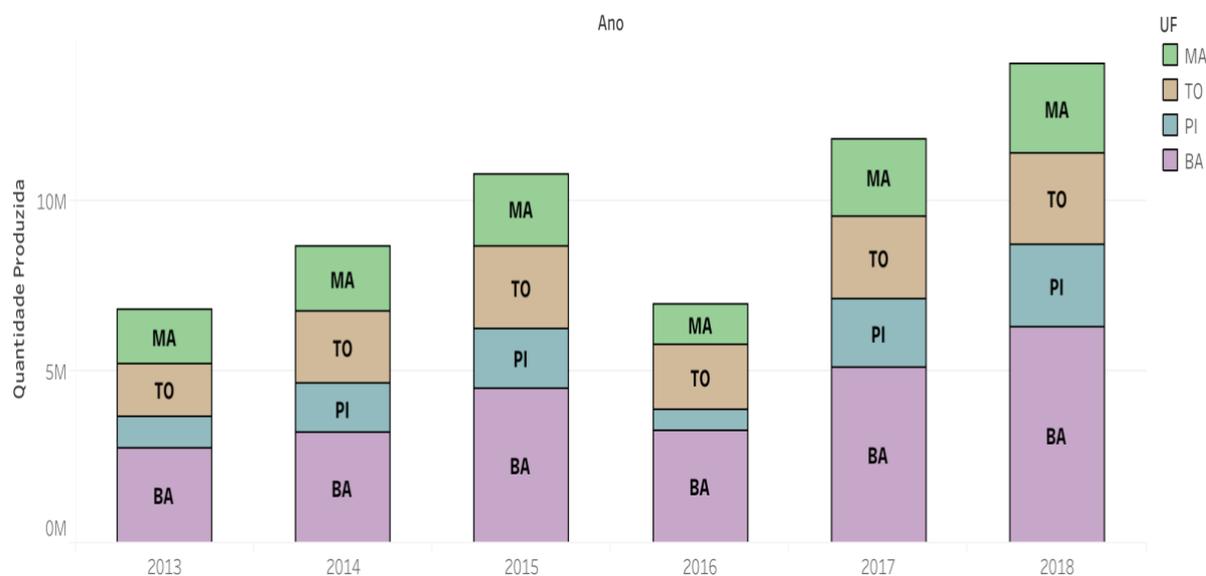
As oscilações dos termos de troca favorecem em alguns momentos o balanço de pagamento, por outro lado, o padrão exportador de especialização produtiva fica sujeito a demanda global dos produtos primários. Temos que considerar também que a longo prazo, no Brasil, a tendência é de deterioração dos termos de troca. Assim, Mathias Luce (2018) afirma que:

Na década de 2000, com a alta conjuntural dos preços das matérias-primas, no contexto de sua elevada demanda pela China - parte da base material de onde a lógica especulativa do capital fictício no mercado de commodities amplificou os seus preços - não foram poucos os analistas que vaticinaram que novas trilhas de crescimento estariam consolidando as economias periféricas e, portanto, não faria mais sentido falar em dependência. Mas os ventos "favoráveis" do mercado sopraram por pouco tempo. Na sequência de 2008, os preços derreteram e voltaram a apresentar tendência declinante. Assim, mesmo incluindo a excepcionalidade histórica da década de 2000, verifica-se nesses sessenta anos abarcados pela série estatística da Cepal uma deterioração dos termos de intercâmbio da ordem de 40% para o Brasil, 13% para a Argentina, 62% para a Guatemala, 44% para o Uruguai, para mencionar alguns casos (p.56)

Como vimos, a bonança das cotações internacionais das commodities resultou na reprimarização das pautas exportadoras do Brasil. Um exemplo notável desse fenômeno é a expansão da produção de soja no país e, nos últimos anos, alastrou por todo o território, até

mesmo no cerrado brasileiro. No gráfico 14, de 2013 para 2018, podemos observar o crescimento da produção de soja na região do Matopiba, principalmente no Estado da Bahia.

Gráfico 14: Produção de Soja (em grão) em Toneladas no Matopiba



Fonte: GeoMATOPIBA/EMBRAPA. <https://www.embrapa.br/en/geomatopiba/sistemas/producao-agropecuaria>.

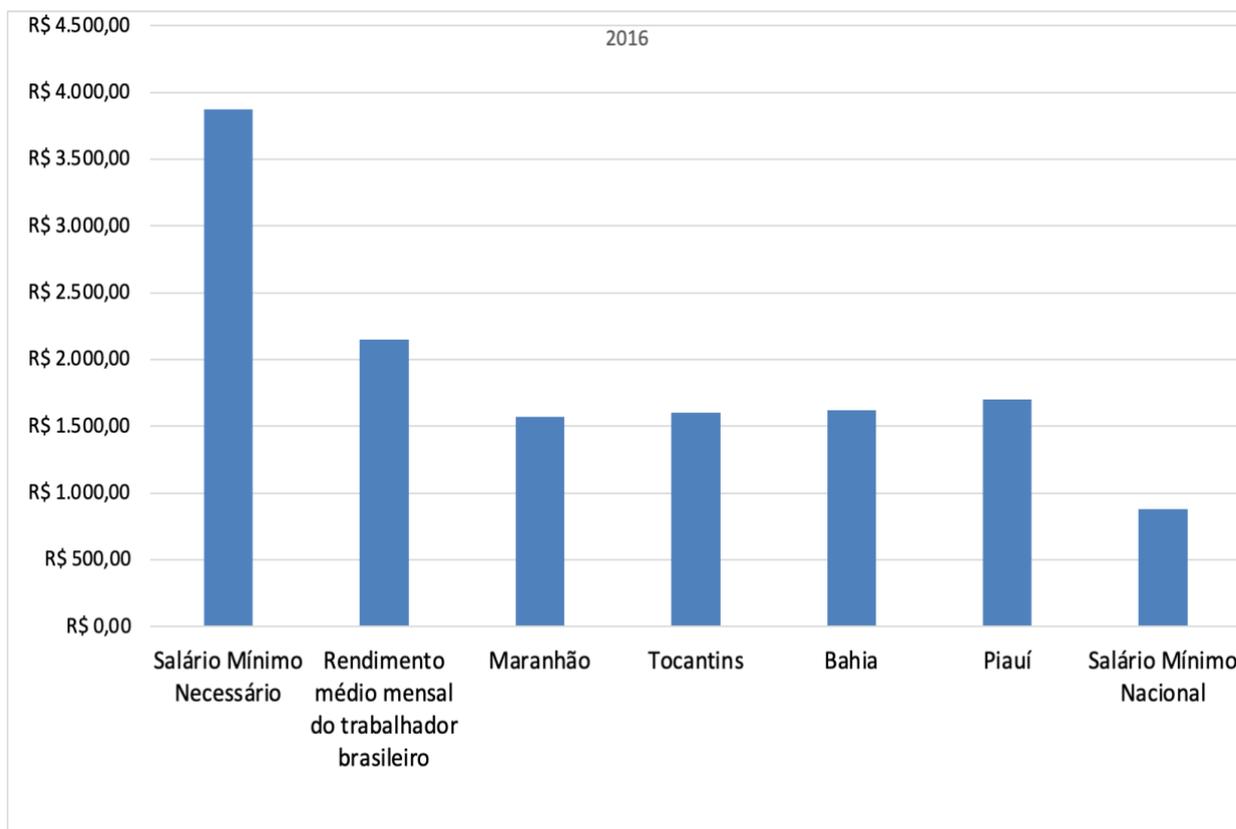
Nesse sentido, analisaremos na região a remuneração média do trabalhador no cultivo de soja e compará-la ao salário mínimo necessário¹⁷ calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Este último representa a quantia necessária para reprodução da força de trabalho em condições normais, se o salário do trabalhador não atinge esse montante, caracterizamos a situação como superexploração da força de trabalho.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2016, temos que a remuneração média do trabalhador no cultivo da soja nos Estados da Maranhão, Tocantins, Bahia e Piauí são respectivamente R\$1573,74; R\$1603,45; R\$1619,28; e R\$1700,89 (gráfico 15). No mesmo período, o DIEESE calculou o salário mínimo necessário para os brasileiros como sendo R\$ 3.875,13, o que representa mais que o dobro dos salários médios mencionados e equivale a cerca de quatro vezes o salário mínimo nacional (R\$880,00) da época. Além disso, vale considerar o rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro que ficou em

¹⁷ Para calcular o Salário Mínimo Necessário, o DIEESE considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família e cujo valor é único para todo o país. Usa como base o Decreto lei nº 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos. A família considerada para o cálculo é composta por 2 adultos e 2 crianças, que por hipótese, consomem como 1 adulto (DIEESE).

torno de R\$ 2.149, uma cifra maior que a remuneração média do trabalhador no cultivo da soja no Matopiba.

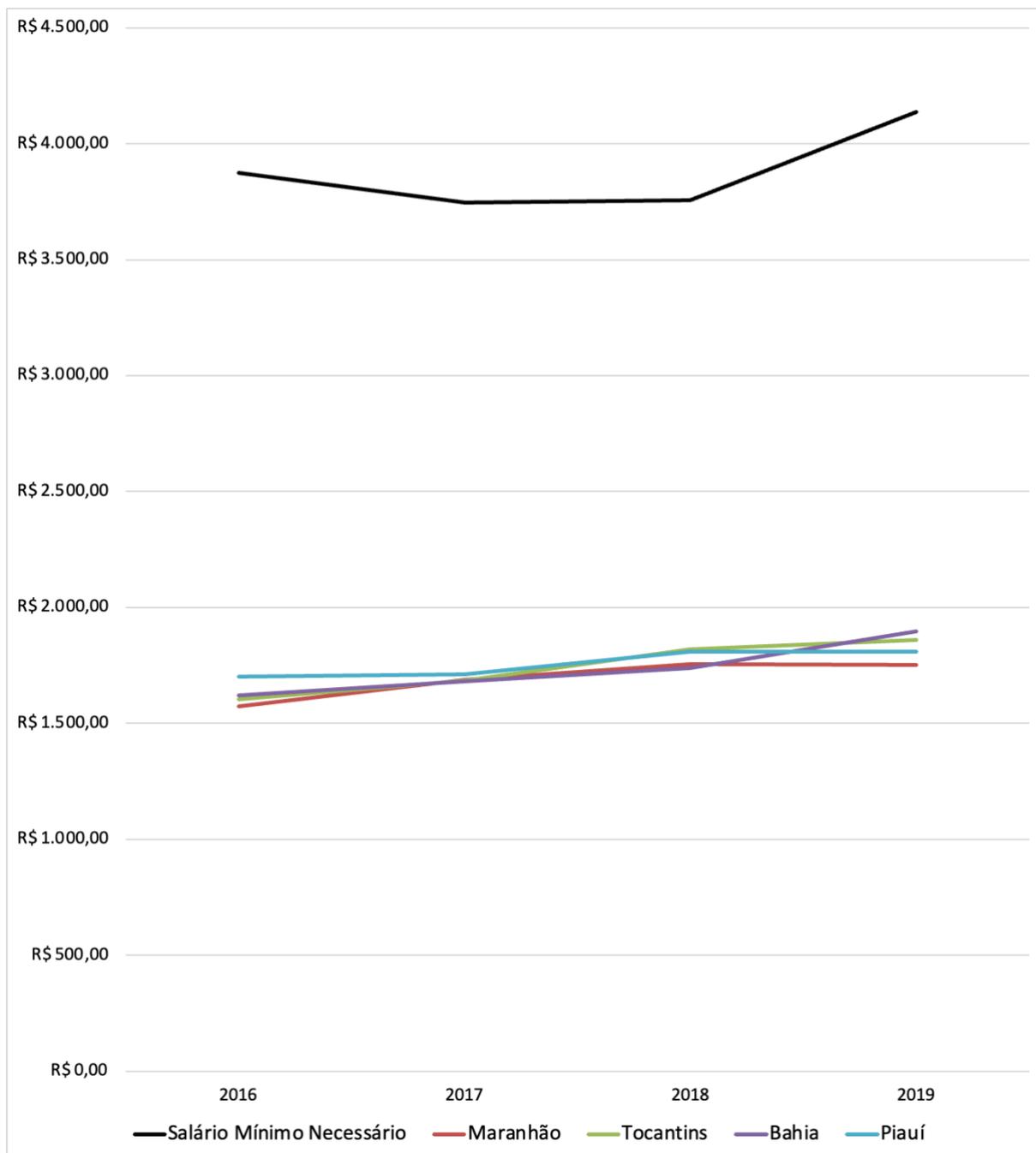
Gráfico 15: Comparação entre a remuneração média do Cultivo da Soja nos Estados Matopiba, Salário Mínimo Nacional, Rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro e Salário Mínimo Necessário em 2016



Fonte: IBGE e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) in DataMPE Brasil

No Gráfico 16, realizamos uma análise comparativa entre a remuneração média no Cultivo da Soja nos Estados da região Matopiba e o Salário Mínimo Necessário no período de 2016 a 2019. Ao examinar os dados apresentados no gráfico, é possível inferir que a remuneração média dos trabalhadores envolvidos no cultivo de soja na região composta por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia permaneceu consistentemente abaixo do Salário Mínimo Necessário ao longo de todo o período considerado. A partir de 2018, observa-se um aumento na disparidade entre essas duas variáveis, acentuando-se ainda mais em 2019.

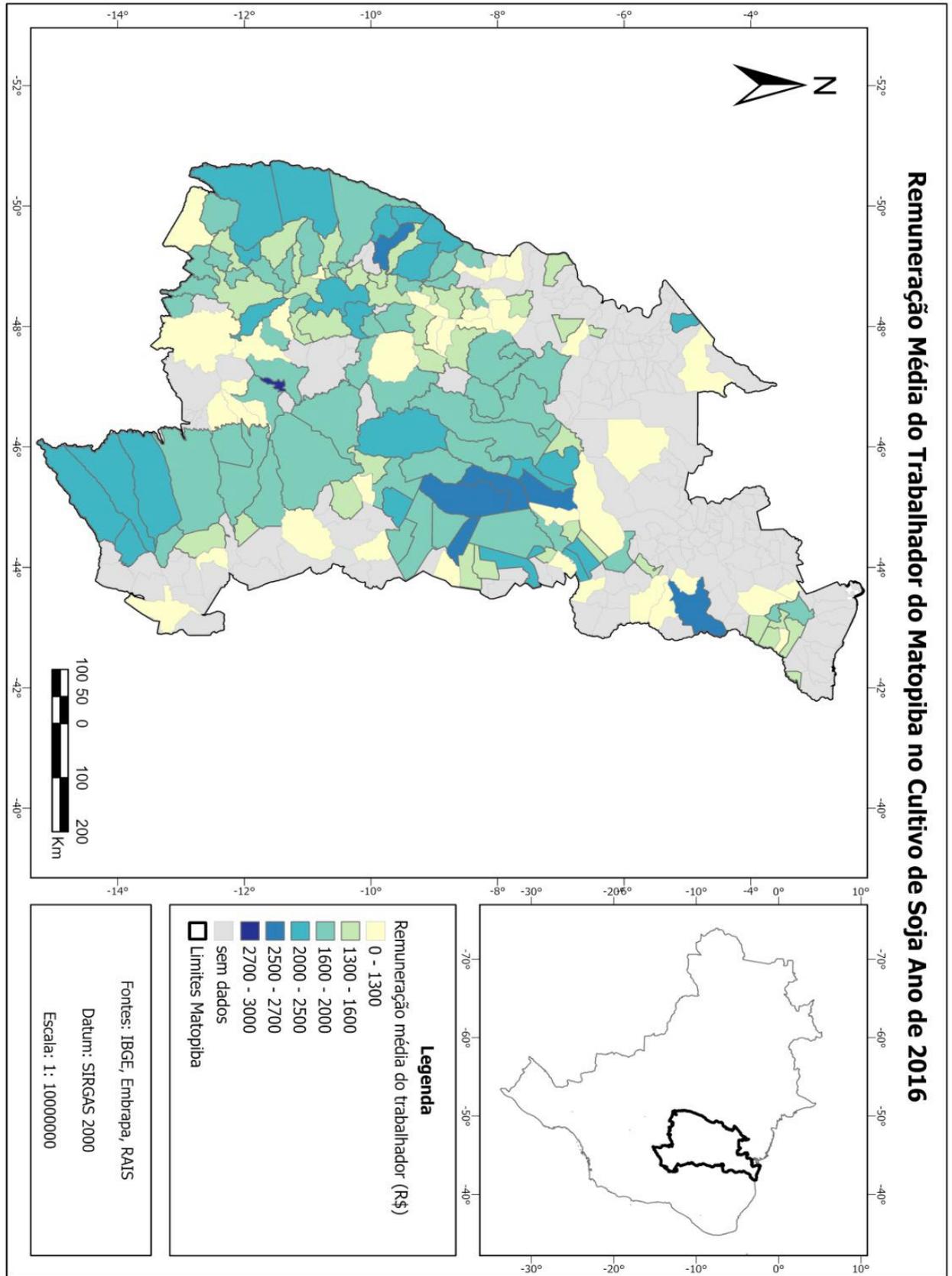
Gráfico 16: Comparação entre a remuneração média do Cultivo da Soja nos Estados Matopiba e Salário Mínimo Necessário entre 2016 e 2019



Fonte: IBGE e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) in DataMPE Brasil

Na figura 6, temos um mapa da região Matopiba com a demarcação dos municípios e suas respectivas remunerações médias dos trabalhadores no cultivo da soja. A maioria dos municípios tem a remuneração média até R\$2000,00 e algumas pontuais de R\$2500,00 até R\$3000,00.

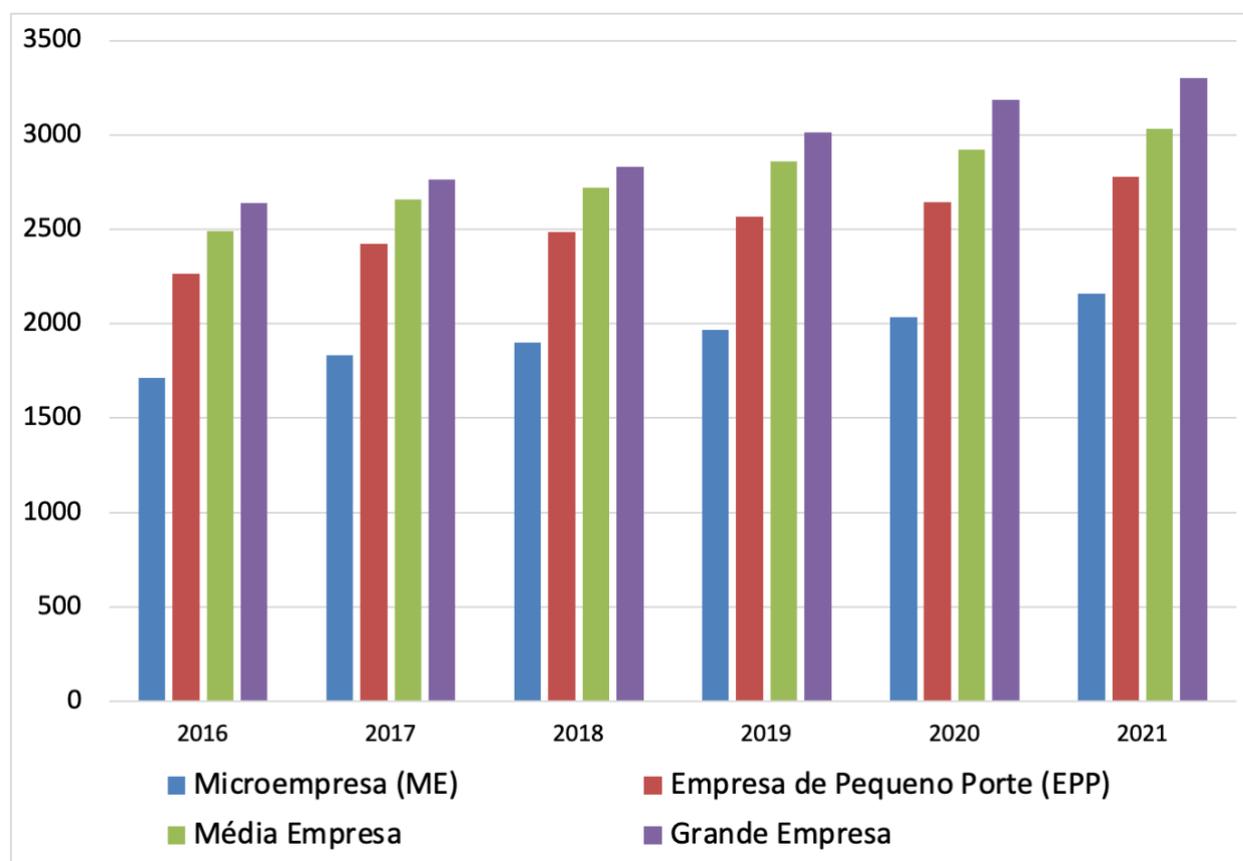
Figura 6: Remuneração média do trabalhador do Matopiba no cultivo de soja em 2016



Fonte: IBGE, Embrapa e RAIS. Elaboração própria.

Outro elemento crucial para nossa análise se refere à remuneração média do trabalhador no cultivo de soja por tamanho da empresa no Brasil. Conforme evidenciado no gráfico 17, ao longo dos anos entre 2016 e 2021, os trabalhadores de grandes empresas receberam em média salários superiores, enquanto aqueles vinculados a microempresa receberam remunerações menores. É possível inferir que as empresas de maior porte disponham de tecnologias agrícolas avançadas, ao passo que as de médio e pequeno porte não mantenham o mesmo padrão tecnológico. Mesmo diante dos salários mais elevados nas grandes empresas, os trabalhadores de todos os portes de empresa recebem remunerações inferiores ao salário mínimo necessário.

Gráfico 17: Remuneração média do trabalhador no cultivo de soja por tamanho da empresa



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) in DataMPE Brasil.

Nos países dependentes, observa-se um desenvolvimento crescente da capacidade produtiva, o que resulta na intensificação da mecanização no agronegócio. Esse contexto aprofunda a dinâmica de exploração do trabalho, promovendo um aumento da intensidade do trabalho e constituindo uma forma de superexploração da força de trabalho. Temos que considerar também que a presença do agronegócio expulsou boa parte das comunidades na região, levando a uma escassa oportunidade de assalariamento rural e compelindo os deslocados

a se empregar na abertura de fazendas, onde enfrentam condições precárias e baixos salários. Assim são descritos o trabalho nas fazendas de produção de commodities agrícolas:

O desmate é feito com a técnica do correntão, que consiste em amarrar uma enorme corrente em dois tratores emparelhados que arrastando-na derrubam o cerrado. Após tal processo os empregados manuais se responsabilizam por catar pedras, tocos e raízes para “limpar” o terreno preparado para a produção de commodities agrícolas. O pagamento diário por este trabalho gira em torno de R\$30 e pode ser enquadrado legalmente como trabalho análogo ao escravo, em razão das condições precárias de alojamento e alimentação, da extensa jornada de trabalho e da ausência de direitos trabalhistas (ALVES e RIBEIRO, 2015, p.39)

Em adição aos dados apresentados anteriormente, é importante ressaltar que muitos trabalhadores não estão inclusos nas estatísticas devido à ausência de registro formal em carteira assinada nesses tipos de trabalho. Além disso, há relatos de situações que se assemelham à escravidão no setor agroexportador na região do Matopiba. Um exemplo emblemático ocorreu em 2018, quando o Ministério do Trabalho resgatou 54 indivíduos vítimas de condições análogas à escravidão no município de Baixa Grande do Ribeiro, Piauí, em uma fazenda dedicada ao cultivo de soja. Essas pessoas estavam envolvidas em tarefas como a limpeza manual de áreas agrícolas, realizando a coleta de raízes diretamente do solo. Portanto, podemos inferir que o setor em expansão na região do Matopiba, no caso o cultivo de soja, se enquadra na categoria de superexploração da força de trabalho conceituada por Marini.

Além de sujeitos à superexploração da força de trabalho, o desenvolvimento do capitalismo dependente sob o neoliberalismo, ao intensificar as assimetrias tecnológicas internacionais e reforçar a exportação de produtos agrícolas ou minerais pelos países dependentes, impulsiona um modelo econômico insustentável e prejudicial ao meio ambiente. Entre 1990 e 2010, a proporção de florestas na América Latina diminuiu de 51,9% para 47,2%, e no Brasil, de 69% para 62,4%. O desflorestamento está associado à expansão da cultura da soja, ocupando 35% das terras aráveis brasileiras e 52% das argentinas em 2008, comparado a 22% e 18,5% em 1990. A deterioração ecológica na região se manifesta por meio do desflorestamento, extinção de espécies, desertificação, perda de nutrientes do solo e emissões de dióxido de carbono, contribuindo para o aquecimento global (MARTINS, 2011, p.340).

Na região do Matopiba, a destruição do cerrado está em curso com presença massiva do agronegócio:

Em Alto Parnaíba, na divisa com Santa Filomena, já no Maranhão, podemos verificar outra forma de expulsão das comunidades que a presença do agronegócio tem causado. Trata-se do esgotamento e da poluição dos rios que nascem nas áreas de Chapada, onde a produção de soja ou a especulação com terras está majoritariamente localizada. É ali que se encontra a recarga dos recursos hídricos pela relação com a presença das árvores de médio porte no cerrado. Nossa pesquisa constatou a extinção de brejos e rios que o desmatamento e o plantio de soja e milho causam diretamente (ALVES e RIBEIRO, 2015, p.40)

No cenário em que o Brasil hoje se insere, podemos afirmar que há uma permanência da lógica de subordinação dependente e do subdesenvolvimento. Mesmo com um período de crescimento econômico e de melhoramento dos termos de troca, não conseguimos sair da submissão dos países imperialistas, não praticamos a soberania nem atuamos com políticas de grande autonomia, cravamos a possibilidade de um desenvolvimento autônomo e isso já era previsto pelos dependentistas marxistas em razão das suas conclusões sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou empreender uma análise abrangente do padrão de reprodução do capital no Brasil a partir dos anos 1980. Nesse contexto, realizamos o desenvolvimento interpretativo da teoria marxista da dependência como fundo para a análise da classe trabalhadora e sua condição de superexploração. A recuperação e o exame crítico dessa teoria, destacando a categoria da superexploração da força de trabalho formulada por Ruy Mauro Marini, bem como a compreensão do ciclo do capital nas economias dependentes, mostraram-se necessárias para elucidar as particularidades do capitalismo dependente na América Latina. Essa análise foi crucial para entender as implicações do avanço da agroexportação no Brasil na atualidade. A expansão da agroexportação apresentou desafios singulares para o capitalismo dependente, marcados pelo aumento da produção de grãos e a concentração do capital no setor agrário. Uma investigação aprofundada sobre a atualidade da teoria marxista da dependência neste contexto torna-se essencial, sobretudo ao destacar a superexploração do trabalho como elemento central.

No início deste estudo, examinamos as circunstâncias determinadas pela expansão do capitalismo mundial mercantil europeu e sua configuração nas sociedades subdesenvolvidas as quais, por sua vez, deram origem às particularidades dos países da América Latina, condicionadas ao desenvolvimento do subdesenvolvimento. A condição de dependência e subdesenvolvimento resultante dessa expansão restringiu o desenvolvimento capitalista nessa região e acabou por enfraquecer qualquer processo que tentasse gerir um desenvolvimento capitalista autônomo e independente. Nesse contexto, compreendemos que o processo de desenvolvimento da industrialização nos países dependentes não abarcou a implementação da plena instalação tecnológica, perpetuando uma profunda disparidade tecnológica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Desta maneira, o nacional-desenvolvimentismo enfraqueceu e entrou em crise com a emergência do novo caráter da dependência nos países latino-americanos.

Vimos que esse novo caráter da dependência na América Latina foi firmado pelo o avanço do capitalismo monopolista e oligopolista, caracterizado pela entrada massiva de capital estrangeiro. Isso resultou na monopolização de setores industriais, na desnacionalização das economias locais e na submissão das classes dominantes nacionais a uma dependência tecnológica e comercial. Adicionalmente, percebemos os mecanismos de transferência de valor que acompanharam esse processo. Após essa explanação, aprofundamos nossa análise nos fundamentos da teoria marxista da dependência e constatamos que, à medida que parte da mais-

valia produzida nos países dependentes é transferida para as economias centrais, as economias dependentes procuram compensar sua perda através da superexploração da força de trabalho.

A partir da compreensão da categoria da superexploração da força de trabalho, que serve como fundamento para o capitalismo dependente, delineamos as determinações do novo padrão de reprodução do capital pautado na especialização produtiva, o qual possibilitou o avanço da agroexportação como o setor produtivo decisivo na economia do Brasil nas primeiras décadas do século XXI. No âmbito do crescimento da agroexportação no Brasil, observamos uma expansão notável da produção de grãos em larga escala, especialmente nas regiões do cerrado brasileiro, situadas no Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Estas experimentaram um aumento significativo na produção de soja, milho, cana-de-açúcar e na pecuária. A concentração do capital no espaço agrário, aliada ao aumento do investimento direto estrangeiro, provocou grandes implicações, incluindo a degradação excessiva do solo, a permanência do uso da força de trabalho dos países dependentes e uma dependência econômica que leva em conta as demandas e as cotações internacionais das commodities.

Nesse contexto, o fundamento da dependência se reafirma como sendo a superexploração da força de trabalho. O panorama atual da economia brasileira sinaliza um ciclo de capital que tende a reproduzir, em escala ampliada, a dependência que caracteriza sua interação com a economia internacional.

5 BIBLIOGRAFIA

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo C.; CINTRA, Marcos A. M. As relações bilaterais Brasil – China a ascensão da china no sistema mundial e os desafios para o brasil. Comunicados do Ipea Nº 85. 08 de abril de 2011.

ALVES, Vicente E. L.; RIBEIRO, Altamiran. A Empresa Radar S/A e a Especulação com Terras no Brasil. Editora Outras Expressões, São Paulo, SP, 2015. Disponível em: <<https://www.social.org.br/files/pdf/RevistaREDE2015paranet%202.pdf>>.

AMARAL, Marisa S.; CARCANHOLO, Marcelo D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: Padrão de Reprodução do Capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. O longo seculo XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP. 1996.

BAMBIRRA, Vânia. Teoría de la dependencia: uma anticrítica. 1ª edição. México: Serie popular Era, 1978.

_____. O capitalismo dependente latino-americano. 4ª edição. Florianópolis: Insular, 2019.

BARAN, Paul A. A Economia Política do Desenvolvimento. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. Capitalismo Monopolista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BASTIAN, Eduardo F. A Sustentabilidade do Endividamento Externo Brasileiro no Período 1963-72: Uma Análise Empírica. Estud. Econ., São Paulo, vol. 47, n. 2, p. 365-394, abr.-jun. 2017.

BASTOS, Estêvão K. X.; FERREIRA, Pedro A. Termos de troca, ganhos de comércio e crescimento da renda interna bruta real no Brasil de 1948 a 2014. Texto para Discussão 2213, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, Brasília, Rio de Janeiro, 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. A trajetória histórica do pensamento da Cepal: 1948-1998. In: Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

_____. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL – uma resenha. In: Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAMPELO, Lilian. MP 759 Expropria a População Pobre do Campo, Explica Sérgio Sauer. Brasil de Fato, 25 de maio de 2017. Disponível em: <<https://brasildefato.com.br/2017/05/25/mp-759-expropria-a-populacao-pobre-do-campo-explica-sergio-sauer>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

CASTILHO, A. L. Grupos Estrangeiros Têm 3 Milhões de Hectares no Brasil. Brasil de Fato, 12 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/12/grupos-estrangeiros-tem-3-milhoes-de-hectares-no-brasil/>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.

CEPAL. Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe 2009-2010. Santiago.

_____. Introdução à técnica de planejamento. In: Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAPUTO, Orlando e PIZARRO, Roberto. Imperialismo, dependência y relaciones económicas internacionales. Santiago de Chile: Cuadernos de estudios socioeconômicos, CESO, n.12-13. 1971.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. Revista Economia contemporânea, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

FRANK, Andre Gunder. Acumulación Dependente e Subdesenvolvimento – Repensando a Teoria da Dependência. São Paulo: Editora Brasiliense. 1980

FRANK, Andre Gunder. Acumulação Mundial 1492-1789. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1977.

FRANK, Andre Gunder. Capitalismo y Subdesarrollo em América Latina. 2ª edição, CEME, Centro de Estudios Miguel Enríquez de Chile, 1968.

FRISCHTAK, C.; SOARES, A.; O'CONNOR, T. Uma Análise dos Investimentos Chineses no Brasil: 2007-2012. Relatório de Pesquisa do Conselho Empresarial Brasil China, 2013.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

HIRATUKA, Celio; SARTI, Fernando. Relações Econômicas entre Brasil e China: Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direto Estrangeiro. Revista Tempo do Mundo, v. 2, n. 1, jan. 2016.

KATZ, Claudio. A teoria da dependência 50 anos depois. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

_____. Neoliberalismo, neodesarrollismo, socialismo. In: Economía y política en la Argentina kirchnerista. 1ª edição. Buenos Aires: Batalla de ideas, 2015.

LOWY, Michael. Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1985.

LUCE, Mathias S. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma viação histórica. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Marcelo Dias Carcanholo. DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO: DEPENDÊNCIA, SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E POLÍTICA ECONÔMICA. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

MARINI, Ruy Mauro. A Crise do Desenvolvimentismo. In: Encruzilhadas da América Latina no Século XXI. Rodrigo Castelo (Org.) .Rio de Janeiro : Pão e Rosas, 2010.

_____. América Latina: dependência e integração. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

_____. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STÈDILE J.P. (Orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

_____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra) (1978). En publicación: América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

_____. O Ciclo do Capital na Economia Dependente. In: Padrão de Reprodução do Capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MANDEL, E. La Teoría Marxiana de la Acumulación Primitiva e la Industrialización del Tercer Mundo. Pensamiento Crítico, La Habana, número 36, p. 115-132, 1970.

MARTINS, Carlos Eduardo. The Longue Durée of the Marxist Theory of Dependency and the Twenty-First Century. LATIN AMERICAN PERSPECTIVES, Issue 242, Vol. 49 No. 1, 18–35, January 2022.

_____. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O pensamento latino-americano e o sistema mundial. In: LEVY, Bettina (comp.). Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MARX, Karl. O Capital. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. O Capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013

_____. Contribuição à crítica da economia política. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. “2. A história dos homens” (manuscrito 1846/publicado em 1933). In: FERNANDES, Florestan (org.). Marx Engels. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1989.

MORAES, R. C. C. Estado, Desenvolvimento e Globalização. São Paulo: Editora Unesp. 2007.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: Padrão de Reprodução do Capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAIVA, Beatriz; SOUZA, Cristiane; CARDOSO, Maísa. Renda da terra e superexploração da força de trabalho: sentidos da luta de classes e extração de valor no capitalismo dependente. Marília: Novos Rumos, v. 58, n. 1, p. 105-117, Jan-Jun., 2021.

PINTO, Eduardo C.; CINTRA, Marcos A. M. Ascensão da China e a América Latina: estratégias de internacionalização, recursos naturais e limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. In: Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

_____. América Latina e China: Limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. IE-UFRJ DISCUSSION PAPER 012. Junho, 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PREBISCH, Raul. O manifesto latino-americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

_____. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIBEIRO, Darcy. As Américas e a Civilização: Formação Histórica e Causas do Desenvolvimento Desigual dos Povos Americanos. Petrópolis: Vozes, 1977.

RODRIGUEZ, Octavio. O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Informe sobre las críticas a la concepción de la cepal. Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social Santiago, julio de 1971.

SANTOS, Theotônio dos. Capitalismo, Subdesarrollo y Dependência. El Trimestre Económico, vol. LXXXVIII (1), núm. 349, pp. 249-274, enero-marzo de 2021.

_____. Socialismo ou Fascismo. Florianópolis: Insular, 2018.

_____. Evolución Histórica de Brasil: De la Colonia a la Crisis de la “Nueva República”. Editorial Vozes, 1995.

SEABRA, Raphael L. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019.

WANG, Y.; FARIA, M.; CARVALHO, J. Investimento Externo Direto Chinês no Brasil: Motivações, Desafios e Perspectivas. Revista Eletrônica de Negócios Internacionais. v.8, n.2, Art.1, p.1-21, 2013.